

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JULIANO WHITAKER AULER

**A Cera dos Rios da Guiné ao Oceano Atlântico:
A participação de africanos no comércio de cera de abelha na Senegâmbia
(1570-1640)**

**Niterói,
2022**

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JULIANO WHITAKER AULER

**A Cera dos Rios da Guiné ao Oceano Atlântico:
A participação de africanos no comércio de cera de abelha na Senegâmbia
(1580-1640)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Marques

**Niterói,
2022**

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

A924c Auler, Juliano Whitaker
A Cera dos Rios da Guiné ao Oceano Atlântico : A
participação de africanos no comércio de cera de abelha na
Senegâmbia (1570-1640) / Juliano Whitaker Auler. - 2022.
148 f.

Orientador: Leonardo Marques.
Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,
Instituto de História, Niterói, 2022.

1. História da África. 2. Senegâmbia. 3. Cera de Abelha.
4. Mundo Atlântico. 5. Produção intelectual. I. Marques,
Leonardo, orientador. II. Universidade Federal Fluminense.
Instituto de História. III. Título.

CDD - XXX

Bibliotecário responsável: Debora do Nascimento - CRB7/6368

JULIANO WHITAKER AULER

**A Cera dos Rios da Guiné ao Oceano Atlântico:
A participação de africanos no comércio de cera de abelha na Senegâmbia
(1570-1640)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Banca Examinadora

Professor Dr. Leonardo Marques - Orientador
UFF - Universidade Federal Fluminense

Professor Dr. Gustavo Acioli Lopes
UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco

Professor Dr. Thiago Henrique Mota Silva
UFV - Universidade Federal de Viçosa

**Niterói,
2022**

Agradecimentos

Os agradecimentos desta pesquisa são para todos que, de alguma maneira, permitiram que ela pudesse se concretizar, desde a escrita de um “simples” projeto de mestrado, e também conseguisse chegar até seu final. Esta dissertação jamais teria começado, muito menos terminado, sem o apoio de tantas pessoas, tanto no desenvolvimento do trabalho, quanto no desenrolar de minha vida.

Expresso meu agradecimento primeiramente a Leonardo Marques, excelente professor e grande orientador. Agradeço pela confiança, pela paciência, pelo amparo nos momentos de desespero e certamente pelos rumos certos que esta pesquisa tomou.

Agradeço também à Capes, pelo investimento que me permitiu uma formação de excelência, sobretudo em tempos de descrédito da ciência e descaso com a memória. Os órgãos de fomento à pesquisa e à pós-graduação no Brasil devem, hoje mais do que nunca, ser valorizados.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFF, muitos dos quais fazem parte da minha trajetória desde o início da graduação. Em especial, agradeço à Larissa Viana, Verónica Secreto, Luiz Fernando Saraiva e Alexander Gebara, professores com quem cursei disciplinas ao longo do mestrado, pelos seus comentários, indicações de autores, dicas e sobretudo pelo interesse e dedicação.

Aos professores Gustavo Acioli e Thiago Mota, por terem aceitado participar do exame de qualificação, seus comentários e sugestões foram essenciais para o resultado final da pesquisa.

Agradeço a todos os colegas e amigos do Grupo de Estudos Atlânticos, posteriormente renomeado para GEEWOB (Grupo de Estudos Eric Williams O Brabo), pelos compartilhamentos de trabalhos, críticas, sugestões e pelos momentos de descontração, mesmo através da distância a que todos fomos sujeitados desde 2020.

Obrigado aos amigos de muito tempo, e também àqueles que surgiram durante o mestrado, provando que é possível fazer novas amizades depois da graduação. Agradeço o apoio e o acolhimento de Érick, Leandro, Henrique, Amanda, Érica, Rômulo, Guilherme, Mariana, Rafael, Giovanna, João, Macauley, Dani, Ju, Ananda e à Bruna, por toda a força e incentivo na reta final. Agradeço também à turma do vôlei, por animar todas as terças e quintas nos últimos meses.

Agradeço muito à Ana, sem a qual esta pesquisa talvez não tivesse saído do projeto, por todo afeto, estímulo e por sempre acreditar.

À André, amigo cuja trajetória sempre esteve lado a lado com a minha, do início da graduação ao fim do mestrado, sou muito grato por todos esses momentos.

Agradeço à toda minha família, pelo incentivo de todos. Agradeço especialmente à Dulce, Adelaide, Luiz, Alessandra e Mônica, pela presença e apoio incondicional.

À Letícia, minha irmã, obrigado por todo o companheirismo.

Finalmente, aos meus pais, Luiz e Valéria, agradeço por tudo.

RESUMO

Esta dissertação discute uma mercadoria específica, a cera de abelha, inserida no contexto de transformações sociais, políticas, econômicas e culturais na região da Senegâmbia a partir do século XVI. Busca-se analisar a cera a partir da perspectiva de cadeias mercantis, apresentando seu processo de mercantilização na África e o protagonismo de agentes africanos nesse processo. Considerando a falta de trabalhos aprofundados sobre este produto em específico na historiografia, este é um estudo inédito na língua portuguesa. Utilizando a cera como fio condutor, esta pesquisa também se aprofunda sobre as relações entre sociedades africanas e mercadores europeus no espaço senegambiano, vital para a formação do Mundo Atlântico. Entre o final do século XVI e o início do século XVII, o comércio lusitano na região entrou em declínio, enquanto a presença de mercadores de outras nações europeias aumentou cada vez mais. Paralelamente, o comércio de cera de abelha, uma mercadoria que, um século antes, era pouco comercializada na África, se espalhou por toda região. Argumenta-se que este era um comércio mobilizado sobretudo por populações descentralizadas e pessoas comuns, explicando em parte sua invisibilidade na historiografia. Para isso, foram utilizados relatos de viagens, cartas de missionários e a documentação administrativa pertencente ao arquipélago de Cabo Verde, produzidos entre os anos de 1570 e 1640.

Palavras-chave: Cera de Abelha; Comércio Atlântico; Senegâmbia; Cabo Verde; Agência Africana

ABSTRACT

This dissertation discusses a specific commodity, the beeswax, in the context of social, political, economical and cultural changes in the Senegambia region since the 16th century. It aims to analyze the beeswax from the commodity chain's perspective, presenting its commodification in Africa as well as the protagonism of african agents in this process. Considering the lack of in-depth studies about this product in the historiography, this is an original research in the portuguese language. Using the wax as a main thread, this research also deeps further about the relations between African nations and Europeans in Senegambia, understanding them as a fundamental part of the Atlantic World formation. Between the late 16th century and the first half of the 17th, the Portuguese trade in this space declined, while the presence of traders from other european nations grew. Concurrently, the beeswax trade spread itself for all over the region. This research argues that this was a trade mostly promoted by decentralized populations and common people, partly explaining its invisibility in the historiography. Voyage letters, missionary letters and administrative documentation from the Cape Verde Islands, produced between 1570 and 1640, were used for this research.

Keywords: Beeswax; Atlantic Commerce; Senegambia; Cape Verde; African Agency

Lista de Figuras

Figura 1- <i>The Man of Bicorp</i>	27
Figura 2- Mapa da Senegâmbia com unidades políticas e principais grupos étnicos.....	59
Figura 3- Rios da costa da Senegâmbia e o as ilhas de Cabo Verde.....	114

Lista de tabelas

Tabela 1- Nacionalidades dos principais mercadores.....	85
Tabela 2- Mercadorias dos Rios da Guiné do Cabo Verde.....	117

Sumário

Introdução	10
A Cadeia Mercantil da Cera de Abelha	23
Coletores de mel selvagem e as velas de altar	26
A cera de abelha na historiografia	34
África, comércio atlântico e a cera de abelha	38
Mercantilização	41
A Grande Senegâmbia e o Mundo Atlântico	49
Contextualização	52
Organização social na Senegâmbia	57
História regional: ecologia e oralidades	65
O complexo mercantil de Cabo Verde, 1570-1600: disputas entre a coroa, corsários e a competição comercial com outros europeus	71
Entre ingleses e franceses: o declínio do comércio português e a ascensão do comércio de cera (1580 - 1640)	83
Integração ao Mundo Atlântico e o Comércio de Cera de Abelha	92
Agentes africanos, lançados e as mercadorias da Senegâmbia	95
Marfim	99
Couro	100
Sal	101
Noz de cola	102
Ferro	103
Transformação do espaço e reordenação socioeconômica	105
Rios do comércio: em busca da cera na Senegâmbia (1582 - 1635)	110
Considerações finais sobre o comércio de cera de abelha na Senegâmbia	126
A cera de abelha em Angola	129
Conclusão	136
Referências	142

Introdução

Esta pesquisa teve seu verdadeiro início alguns anos antes do mestrado, quando eu ainda me encontrava na graduação da História, ao cursar a disciplina de História das Mercadorias, onde discutiu-se, as possibilidades históricas de analisar-se as dimensões de diversas mercadorias, incluindo novos olhares para processos e fenômenos já conhecidos. Naquela disciplina, os trabalhos finais deveriam discorrer sobre uma mercadoria em específico; o meu trabalho foi, sem grandes surpresas para os que agora leem esta introdução, a cera de abelha.

Entretanto, à época, este tema mostrou-se uma grande surpresa, especialmente para mim. Ao tentar me aprofundar sobre a cera de abelha a partir das trocas atlânticas, desde o início da Idade Moderna, temática da qual me aproximei bastante ao longo da graduação, logo percebi que muito pouco se falava desta substância no âmbito da historiografia. Apesar disso, em minha breve pesquisa de graduação, aprendi que ela foi uma mercadoria muito presente no Atlântico a partir do século XV, vinda, principalmente, da África Ocidental. Mesmo com sua grande presença econômica atestada por diferentes autores, a cera praticamente não foi, até hoje, discutida e analisada detalhadamente, sendo, na grande maioria das vezes, apenas aludida como um produto que circulava no Atlântico, sem maiores explicações.

Em minha monografia, escrita no ano de 2019, me aprofundi sobre uma das regiões mais relevantes para esse comércio, especialmente nos primeiros séculos de construção das relações atlânticas entre África, Europa e Américas. Localizada no extremo ocidental do continente africano, a Senegâmbia, que hoje compreende os atuais Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau, foi um dos principais espaços de exportação da cera para os continentes europeu e americano.

Em função da viabilidade de uma pesquisa de graduação, da quantidade de tempo e das fontes disponíveis, não pude dedicar a maior parte da investigação para a cera de abelha especificamente. Enquanto esse trabalho girou mais em torno de uma contextualização do espaço da Senegâmbia, do que precisamente de seu comércio, ele também abriu possibilidades futuras de pesquisa para analisar a cera mais detalhadamente. Em parte, a presente dissertação busca explorar justamente tais ideias, ainda no território da Senegâmbia, mas com o objetivo de oferecer uma análise profunda das relações, não apenas econômicas como também sociais e políticas, existentes no comércio de cera de abelha na região.

Em diálogo com o campo de estudos do Mundo Atlântico, esta dissertação se encontra inserida nos debates sobre a integração entre o continente africano e o espaço histórico em que se constituiu este Oceano a partir das grandes navegações. O espaço de tempo abordado, 1570 a 1640, testemunha a consolidação de mais de uma centena de anos de contato entre populações nativas da região com comerciantes, viajantes e oficiais europeus, além de estar inserido em um modelo maior que compreende as bases da própria da formação do Atlântico enquanto espaço histórico, compreendendo a circulação de bens, pessoas, ideias e microorganismos entre diferentes territórios, até então nunca conectados por uma via tão direta.

O recorte temporal também coincide com o processo de início e fim da União Ibérica. Como será discutido, os primeiros europeus a chegarem na costa da Senegâmbia e travarem relações comerciais com os povos da costa foram os portugueses, e castelhanos em alguma medida. Logo, foram seguidos por franceses, holandeses, ingleses, dinamarqueses, entre outros. A União Ibérica significou o aumento das disputas entre ibéricos, de um lado, e demais europeus, de outro, no mesmo momento em que o comércio geral na região se expandia, enquanto as atividades mercantis lusitanas entravam em declínio.

Nesse contexto geral, analisamos as relações em curso no interior do continente africano, entendido aqui como espaço marcado por disputas entre diferentes sociedades e pela crescente presença europeia. A problemática geral da pesquisa se encontra voltada para os impactos e transformações ocorridos no interior da Senegâmbia, na África Ocidental, nas últimas décadas do século XVI e início do XVII. Tendo como fio condutor e objeto central o comércio de uma mercadoria pouco visualizada, dentro da ampla gama de debates que se têm promovido em torno dos estudos socioeconômicos, esta dissertação busca analisar a trajetória da cera de abelha nesse espaço com uma história tão particular.

A região da Senegâmbia, entendida aqui como o território na costa ocidental da África entre a bacia do Rio Senegal até o norte da atual Serra Leoa, foi uma das primeiras regiões subsaarianas a realizar contatos efetivos com europeus, primeiramente lusitanos, e veio a se tornar a primeira grande esfera econômica africana voltada para o comércio atlântico. Até o século XV essa região era uma zona periférica das rotas transaarianas, economicamente dependente dos impérios sudaneses a oeste e das caravanas islâmicas ao norte.

Foi com a chegada de caravelas portuguesas no litoral da Senegâmbia em 1444, e com o início do comércio de mercadorias como marfim, goma, noz de cola, e sobretudo de escravos na década de 1460, que pode-se observar expressivas transformações na região, com uma rápida adesão ao mundo atlântico em formação

Nesse sentido, a discussão pretendida aqui dialoga com os debates na historiografia africanista de que o tráfico de escravizados, e em maior escala o mercado atlântico, transformou em diferentes graus as dinâmicas internas sociais, políticas e econômicas do continente africano. A Senegâmbia ganha um lugar de destaque já nesse cenário, por ser a principal região exportadora de escravos por ao menos um século desde o início do tráfico escravista. Um assunto que permanece relativamente pouco abordado, entretanto, é sobre muitas das outras mercadorias presentes nas trocas entre europeus e africanos. A grande maioria delas, inclusive, estavam interconectadas com o próprio comércio escravista, ao serem compradas e transportadas pelos próprios traficantes de escravos, ou carregadas pelos cativos utilizados como transporte de cargas.

Alguns desses bens receberam alguma atenção da historiografia nos últimos anos, seja pelo volume comercializado ou mesmo pelas fontes disponíveis, como é o caso do marfim e do couro, por exemplo. Já a cera de abelha, embora seja mercadoria pouco conhecida e de relativamente baixo valor, é um produto que sempre aparece em registros de compras na Senegâmbia, junto com diversos outros bens. Um estudo mais aprofundado sobre a cera de abelha talvez possa nos contar mais sobre os diferentes grupos envolvidos no comércio com europeus e no tráfico de escravos, e ajudar a compreender de que forma algumas populações da Senegâmbia se mobilizaram a partir do século XV e do contato com o mundo atlântico. Para além disso, buscaremos também delimitar o território que aqui chamamos de Senegâmbia, região essa que, com algumas variações geográficas, foi chamada pelos portugueses de “Guiné” ou “Guiné do Cabo Verde” e apresentada em alguns trabalhos como “Alta Guiné”.

A cera é uma mercadoria frequentemente mencionada em estudos sobre o comércio africano com europeus a partir do século XV. Ela aparece principalmente em relatos sobre a exportação na África Centro-Occidental, sobretudo a Angola, e na África Occidental, expressivamente na região da Alta Guiné, em torno do Rio Gâmbia, e é comumente mencionada em conjunto com outras mercadorias, tais como o marfim, goma, noz de cola, borracha e outros produtos que viriam a compor o chamado “mercado lícito” muitas vezes mobilizado pelas próprias iniciativas africanas.

Historicamente, e em parte até os dias de hoje, a cera foi um produto desvalorizado e muitas vezes desperdiçado, mas que adquiriu uma grande visibilidade na África Occidental (e na África Central a partir da metade do século XVII) quando mercadores e traficantes europeus passaram a comprá-la para a fabricação de velas de altar, para o selo de cartas e documentos oficiais, no polimento de armas e materiais, na fabricação de pastas e pomadas,

entre muitos outros usos que caracterizam a cera como uma mercadoria extremamente versátil.

A atividade da apicultura, entretanto, nunca foi estranha para muitos dos povos africanos. O manuseio das colmeias, assim como o mel e a cera de grande qualidade encontrados em regiões da África se encontram exaltados em diversos relatos de viajantes. Ao comentar sobre o que ouvira da invasão fula na costa da Senegâmbia, um narrador diz que os guerreiros fulas “traziam enxames de abelhas, que largavam contra os inimigos, ventando e correndo o vento contra eles”. O mel, em diversos locais, era muito utilizado na fabricação de mel, e servia como importante fonte de nutrientes, sendo consumido muitas vezes no ato de recolha.

Entretanto, existe uma grande lacuna de estudos que abordam especificamente a cera, fator que muito contribui para o desconhecimento dessa substância como um produto de exportação na África por pelo menos quatro séculos. Meu interesse por essa mercadoria, desenvolvido desde a realização de um trabalho para uma disciplina na graduação, surge exatamente a partir de sua marginalidade na história, principalmente por se situar em um período histórico relativamente pouco conhecido (a África pré-colonial), e motiva alguns dos questionamentos que irão nortear essa pesquisa: por quais motivos é a cera de abelha um produto majoritariamente desconhecido, e ainda menos estudado?

Acreditamos que sua análise pode nos ajudar a compreender como grupos africanos interagem, se interagem, com dinâmicas comerciais atlânticas? Como um produto supostamente desvalorizado se tornou uma importante *commodity* de exportação? A presente pesquisa objetiva por fim compreender a dimensão do comércio de cera de abelha na Senegâmbia, considerando não apenas sua produção, circulação e consumo em uma escala ampla, como também as implicações de redes mercantis atlânticas em sociedades africanas e suas respostas frente à um processo de integração do espaço atlântico.

O estudo da cera, além do comércio entre sociedades pré-coloniais, também permite a observação de uma dimensão histórica ainda pouco discutida nas sociedades africanas do período do tráfico atlântico: a alimentação e subsistência humana. Nesse sentido, a atividade de extrativismo se relaciona com a apicultura praticada há centenas de anos por grupos africanos.

Essa discussão dialoga em grande medida com a interpretação sobre a integração da África na economia mundial durante o século XIX, do sociólogo Immanuel Wallerstein. Segundo o autor:

“A grande transformação das relações econômicas da África com o resto do mundo não foi o produto da partilha do continente no fim do século XIX. Ao contrário, a partilha da África foi uma consequência da transformação das relações econômicas desse continente com o resto do mundo e, em particular, com a Europa: processo que começou por volta de 1750, resultando na grande empreitada europeia de colonização dos últimos decênios do século XIX.”¹

No entanto, complementando Wallerstein, se houve alguma região que recebeu efeitos e experimentou transformações em suas relações econômicas mesmo antes de 1750, essa região foi a zona da África Ocidental, e sobretudo a Senegâmbia, por conta de sua significativa participação no tráfico de escravos, já a partir do século XV, considerado por Wallerstein como um elemento fundamental do desenvolvimento capitalista. Esse espaço foi um dos primeiros a interagir com o mundo atlântico, através do contato com traficantes e mercadores portugueses, e foi, até o século XVII, uma das principais regiões de embarque de navios negreiros para o tráfico, de acordo com a *Trans-Atlantic Slave Trade Database*.² Nesse sentido, cabe afirmar que este estudo, visto a partir do comércio atlântico de uma mercadoria, tem lugar dentro das discussões sobre o desenvolvimento econômico africano a partir de perspectivas atlânticas, entendendo o Oceano Atlântico como um espaço específico de desenvolvimento econômico moderno.³

O encontro entre sociedades com organizações sociais e econômicas distintas, a expansão da troca de produtos a partir da formação do chamado Mundo Atlântico, bem como as transformações sofridas e exercidas por populações nativas a partir desses processos, são aspectos importantíssimos que compõem o desenvolvimento histórico da Senegâmbia. Nesse contexto, intenta-se aqui abordar uma mercadoria específica, dentro de um espaço limitado, em uma análise local, mas que também se encontra intimamente relacionada com eventos e estruturas de grande escala. A Senegâmbia, tal qual o próprio comércio de cera de abelha, se encontra fundamentada no espaço do Mundo Atlântico enquanto resultado de singularidades locais e particulares situadas em uma rede maior de interações.

Por fim, assim como um estudo do Atlântico, esta dissertação é também uma análise histórica de um espaço africano, e, portanto, se posiciona dentro da área de estudos africanistas em relação ao Atlântico. Dentro desse campo se situam diferentes correntes

¹ WALLERSTEIN, I. “A África e a economia-mundo”, in: AJAYI, J.F. (ed.) *História Geral da África*, vol. VI. : *África do século XIX à década de 1880*. Brasília:UNESCO, 2010. p. 27

² <http://www.slavevoyages.org/voyages>

³ TOMICH, Dale. *O Atlântico como espaço histórico*. Estudos Afro-Asiáticos, ano 26, nº2, 2004, pp 221-240

teóricas, que por vezes são palco de fervorosos debates, como é o caso entre as teses do impacto africano e da relativa importância do tráfico transatlântico de escravizados na economia mundial, que têm entre seus principais nomes Joseph Inikori e David Eltis.⁴

A polêmica entre destruição e agência, em diferentes intensidades, também aparece em qualquer investigação sobre a História da África a partir do século XV. Em relação à minha pesquisa, o posicionamento adotado não implica em reduzir o protagonismo dos africanos à mera passividade, ou dizer que os processos internos na África não foram fundamentais no desenvolvimento histórico da região. Parece-me que reduzir esse debate ao protagonismo africano por um lado, e à passividade por outro, acaba retirando aspectos importantes de uma análise histórica que leve em consideração a complexidade desse processo, através de fatores endógenos e exógenos.

Busca-se portanto apresentar uma análise mais detalhada sobre as sociedades e grupos habitantes da Senegâmbia e que, direta ou indiretamente participavam das redes comerciais em torno da cera de abelha. Uma discussão bibliográfica mesclando trabalhos recentes com obras e interpretações clássicas da região, pode oferecer uma melhor compreensão das dinâmicas específicas das sociedades da região no período colonial. Nesse sentido, a pesquisa conta com uma discussão sobre as análises, artigos e livros sobre a região, que a partir de autores como Boubacar Barry, Phillip Curtin, Walter Rodney, Peter Mark, George Brooks, bem como discussões recentes, como as dissertações de Felipe Malacco e Thiago Mota, historiadores brasileiros que se voltaram para a região, e têm trazido valiosas interpretações para o movimento de sociedades africanas no seu contato com o mundo atlântico.

Sobre a cera de abelha especificamente, Walter Rodney foi um dos primeiros autores a destacar a importância da cera de abelha a Alta Guiné e sua estreita relação com o tráfico de escravos⁵. Embora esse evento seja apenas mencionado em sua obra, sem um olhar mais aprofundado, ela é de grande relevância pois estimulou um olhar atento para as dinâmicas específicas desse produto na Senegâmbia.

Essa discussão é acompanhada de uma extensa análise documental, sobretudo a partir de relatos de viajantes disponíveis no acervo da *Monumenta Missionária Africana*, uma extensa compilação de cartas, registros e ofícios de agentes lusitanos na África Central e Ocidental. A leitura dessas fontes também serviu na investigação por mais detalhes sobre o

⁴ ELTIS, David and JENNINGS, Lawrence C. *Trade between Western Africa and the Atlantic World in the Pre-Colonial Era*. American Historical, 1988. ; INIKORI, Joseph E. *Africans and the industrial revolution in England: a study in international trade and economic development*. Cambridge University Press, 2002.

⁵ RODNEY, Walter C. *A History of the Upper Guinea Coast*. Oxford: Oxford University Press, 1970.

comércio de cera de abelha na África, onde era produzido, comercializado, por quem e com que relevância.

A vasta documentação organizada pelo Padre António Brásio nos 15 volumes da coleção *Monumenta Missionária Africana* (somando as segundas séries e complementos são 22 títulos de documentação), para além do Tratado Breve de André Almada, contém uma parcela considerável do que pode ser considerada a história eclesiástica e missionária portuguesa na África. De todos esses volumes, focamos nos documentos específicos sobre a região de Cabo Verde e dos rios da Guiné, que tenho aqui denominado como Senegâmbia. Apesar da grande maioria das cartas e registros contidos na coleção serem voltados para a atuação religiosa, existem também menções consideráveis às mercadorias presentes na região, inclusive sobre a cera de abelha.

Essa escolha, de realizar uma análise socioeconômica concreta, em parte com base em menções de uma simples substância em centenas de páginas de documentos, veio justamente da frustração de perceber o quanto esse produto estava presente no dia a dia de povos africanos e comerciantes estrangeiros, e ainda assim há um abismo vazio de informações sobre ela. Um dos principais tipos de documentação utilizada no estudo da História da África, sobretudo no período colonial e pré-colonial, são os relatos de viajantes, escritos por viajantes, desde mercadores e funcionários da coroa, até aventureiros e corsários. Não por acaso, essas fontes compõem os comentários essenciais dessa dissertação, mas ressalta-se que elas, em última instância, reproduzem um discurso intrinsecamente eurocêntrico, pautado pelos interesses particulares desses sujeitos, sendo portanto necessário um olhar crítico e cuidadoso para esses comentários, complementado com a historiografia analisada e outras formas de construção do saber histórico.

Entre os relatos de viajantes, destaca-se o *Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde*, redigido em 1594 pelo capitão e comerciante caboverdiano André Alvares de Almada, e publicada e editada pelo Padre António Brásio, editor do *Monumenta Missionária Africana*. Essa obra contém registros e impressões bastante singulares sobre toda a região da Senegâmbia, com destaque para o Rio Gâmbia e seus arredores, e caracteriza boa parte dos grupos habitantes da região. Tal caracterização ocorre, muitas vezes, tendo aquelas populações como objeto principal de sua descrição, avaliação e julgamento, revelando assim uma preocupação mais antropológica que geográfica. De acordo com José da Silva Horta, Almada esteve sobretudo preocupado em descrever os povos da Guiné e seus costumes.⁶

⁶ HORTA, José da Silva. *A “Guiné do Cabo Verde”: produção textual e representações (1578-1684)*. Lisboa: FCG/FCT, 2011. p. 272

Outra fonte de destaque neste trabalho são as cartas do Padre Baltasar Barreira, talvez um dos personagens mais envolvidos com o cotidiano da capitania de Cabo Verde, estabelecendo forte diálogo entre a metrópole, o arquipélago e também os espaços continentais da Senegâmbia. Em 1606, o eclesiástico escreveu uma carta ao Padre João Álvares contendo, com grandes detalhes, observações do Padre Baltasar Barreira de ordem geográfica, histórica, etnográfica, comercial, política e religiosa sobre os povos que habitam a Senegâmbia.

Esse documento veio como resposta a uma carta de 1604, em que João Álvares, Assistente da Província de Portugal em Roma, pergunta à Baltasar Barreira algumas coisas sobre a Guiné. Não obtivemos acesso à tal carta, mas na introdução do documento de 1606 é possível restituir quais as coisas em que estava João Álvares estava exatamente interessado em conhecer: queria o Padre saber tanto sobre as ilhas como sobre a terra firme, quais reis residem nela, que poder eles possuem, as características dos povos nativos, o “que tem de bem e de mal” e por fim, o que produz a terra.⁷ Baltasar Barreira diz que não é um grande conhecedor de tão diversos e complexos assuntos, pois requer muita experiência da terra e da gente que a povoa, não obstante, todos seus conhecimentos são retirados do que viu e vivenciou, bem como do que ouviu de outros.

Entre as fontes também serão analisados registros como o conhecido Memorial de André Donelha, escrito em 1625, fonte já trabalhada por diversos historiadores da área, a Relação da Costa da Guiné, de Francisco de Andrade, em 1582, e o relato dos viajantes Richard Rainolds e Thomas Dassel nos rios Senegal e Gâmbia, no ano de 1591. Estes são alguns dos principais documentos utilizados na pesquisa; em geral, buscou-se levantar fontes que foram escritas entre as últimas décadas do século XVI e a primeira metade do século XVII, sobretudo de origem lusitana, sempre buscando poder colocar a cera de abelha em evidência, mas também, secundariamente, conferindo devida atenção para os jogos de poder, as mudanças socioeconômicas e demais aspectos históricos da Senegâmbia.

Nesse sentido, o primeiro capítulo apresenta a cera de abelha em diálogo com a perspectiva de cadeias mercantis, ao mesmo tempo em que introduz a cera para o leitor pouco familiarizado com seus usos ao longo do tempo, visto que a própria temática de uma pesquisa específica sobre a cera de abelha, não raro, gera muitas perguntas e questionamentos sobre as

⁷ *Carta do Padre Baltasar Barreira ao Padre João Álvares. Porto de São Miguel, 1 de agosto de 1606.* In: BRÁSIO, António. **Monumenta Missionaria Africana, África Ocidental (1570-1600)**. 2º série. Volume IV. pp 159-174, 1968.

utilidades desta substância. A discussão em torno da análise de cadeias mercantis, em geral, se propõe a analisar as dimensões de produção, circulação e consumo de uma mercadoria. Isso pode ser realizado em um período ou espaço específico, como geralmente o é, embora algumas análises de grande porte também busquem realizar um panorama em escala global da trajetória de determinadas mercadorias.

Não obstante, quanto ao nosso espectro de análise voltado para a Senegâmbia na Idade Moderna, nos voltamos mais para as dimensões de produção e circulação do que o consumo, uma vez que os objetivos desta pesquisa se direcionam especificamente para as sociedades produtoras de cera no continente africano, ao nelas perceber um elo muitas vezes invisibilizado entre sujeitos históricos marginalizados e o processo de formação do Mundo Atlântico.

Dessa forma, este capítulo visa apresentar a cera de abelha enquanto uma mercadoria com características particulares que foi pouco estudada a partir de lentes históricas. Debate-se, nesse sentido, o rápido crescimento do comércio de cera exportada da África a partir do século XV para o Atlântico. Argumenta-se também que a pouca valorização da cera ocorre por este ser um produto do dia a dia, mobilizado e comercializado sobretudo por pequenas sociedades e organizações familiares, buscando ao mesmo tempo escapar dos grandes monopólios comerciais e responder às agressivas transformações instigadas pela escravidão atlântica.

Ao longo do capítulo, será abordada a trajetória histórica da cera de abelha entre seres humanos, seus usos, modos de produção e características. Em seguida, discute-se de que forma a cera de abelha é tratada na historiografia, sobretudo voltada para a Idade Moderna e o comércio Atlântico, quando verifica-se que a cera passa a ser exportada em grandes quantidades de diversas regiões do continente africano. Buscamos aqui traçar um panorama histórico inédito para a história da cera de abelha, procurando alinhar eventos anteriores à Idade Moderna com os fatores e fenômenos que direcionam nosso olhar para o lugar da cera de abelha na Senegâmbia.

Por fim, a última parte do capítulo se aprofunda sobre o processo de mercantilização do produto na região, as problemáticas de um comércio marginal e da interação humana com a natureza. Nesse contexto, a discussão da mercantilização da cera se encontra diretamente relacionada com algumas das principais articulações de análises de cadeias mercantis em

larga escala,⁸ que buscam articular as dimensões de produção e circulação de produtos como um elemento central na reestruturação de espaços históricos “mundiais”, como é o caso do Oceano Atlântico.

O segundo capítulo, intitulado “A Grande Senegâmbia e o Mundo Atlântico”, propõe uma ampla contextualização do espaço aqui discutido. A denominação Senegâmbia pode, a princípio, fazer alusão aos territórios entre as bacias dos rios Senegal e Gâmbia, aqui, entretanto, compreendemos a Senegâmbia como um espaço historicamente construído a partir das interações entre portugueses, estabelecidos no arquipélago de Cabo Verde, por uma grande faixa costeira que vai do rio Senegal até o território da atual Serra Leoa.

Esse espaço recebeu diferentes nomes ao longo do tempo, mas era comumente retratado nas fontes como Guiné dos Rios de Cabo Verde. Sendo assim, na presente pesquisa, as denominações como “Grande Senegâmbia”, “Alta Guiné”, “Guiné dos Rios de Cabo Verde”, “Senegâmbia” e “Costa da Guiné”, geralmente serão utilizadas para se referir ao mesmo espaço aqui enunciado. Nesse sentido, o segundo capítulo apresenta a conceitualização deste espaço a partir de autores como Boubacar Barry e José da Silva Horta.

Além disso, entende-se que tal território é construído historicamente a partir da interação de dois universos culturais distintos: um europeu; outro africano. Portanto pretende-se também abordar com maior detalhes os grupos e sociedades que habitavam a Senegâmbia, destacando sua grande heterogeneidade populacional, à época na integração com o Atlântico. Em contrapartida, entende-se que a problemática de trabalhar a história africana a partir de relatos em grande parte europeus exige, além de um olhar crítico para estas fontes, a busca e o debate com a oralidade, a marginalidade de sujeitos históricos, assim como o diálogo com outras formas de construção do saber histórico, como a história ecológica, especialmente cara para os desenvolvimentos históricos na Senegâmbia.

Por fim, na compreensão do espaço histórico da região apresentamos também a formação do complexo mercantil de Cabo Verde por súditos lusitanos, que em pouco tempo viriam a formar uma identidade própria, cabo-verdiana, em constante disputa com outros europeus na região, ao mesmo tempo em que estavam sujeitos às imposições de soberanos africanos, que verdadeiramente controlavam o comércio na costa. Esta análise se faz a partir de fontes publicadas entre os anos de 1570 e 1600, período que marca o início do declínio comercial lusitano na região, ao mesmo tempo em que representa o crescimento de outros

⁸ MOORE, Jason W., “*Sugar and the Expansion of the Early Modern World-Economy: Commodity Frontiers, Ecological Transformation, and Industrialization*”, in: *Review – A Journal of the Fernand Braudel Center*, XXIII, 3: 409-433, 2000.

européus, sobretudo ingleses e franceses, na Senegâmbia.

Finalmente, o terceiro e último capítulo aborda as transformações sistêmicas na região, dialogando com os impactos do comércio atlântico e as movimentações empreendidas por populações africanas direta ou indiretamente envolvidas nesse comércio. A tese aqui apresentada aponta que, enquanto a Senegâmbia se integrou ao Mundo Atlântico a partir de seu rico sistema fluvial interligando a costa ao interior, uma análise concentrada sobre as mercadorias circulando nessas rotas nos permite compreender outras formas de participação africana neste processo e as diferentes formas de transformação no território africano a partir dele. Acima de tudo, deve-se levar em conta a complexidade desses fatores.

Tais processos ocorrem, sem dúvida, devido à mobilização de agentes e grupos africanos, os principais agentes no comércio com europeus, juntamente com a participação de uma classe de intermediários, que surge apenas com o crescimento das relações na costa, que são os chamados lançados ou *tangomaos*. Em grande medida eram portugueses que se estabeleceram no continente africano por vontade própria, mas que chegaram ao litoral africano por mando da metrópole, a fim de estreitar as relações comerciais com os povos nativos. Estes homens não tardaram a assumir uma identidade própria, transitando entre dois universos culturais distintos, bem como interesses diferentes das aspirações metropolitanas e cabo-verdianas.

Além destes agentes comerciais, apresenta-se algumas das muitas mercadorias que faziam parte desse comércio e compunham o mosaico mercantil do qual fazia parte a cera de abelha, elucidando de que forma diferentes populações as mobilizaram e as relações sociais, políticas e econômicas estabelecidas a partir delas.

A segunda parte deste capítulo aborda especificamente a cera de abelha na Senegâmbia, buscando investigar, a partir das hipóteses formuladas e objetivos propostos, os comentários sobre a cera em toda documentação levantada. Esta é a parte mais analítica do trabalho, onde construí, com base nas fontes, um mapeamento do comércio de cera de abelha entre a década de 1580 e 1630. Observou-se dentre os principais portos de comércio na região onde a cera de abelha era obtida, de acordo com os relatos disponíveis, relacionando essas informações com as disposições ecológicas, geográficas e sociais do território.

Este levantamento é de grande importância, visto que, como já afirmamos, a cera de abelha foi muito pouco estudada através de lentes históricas, e suas próprias características enquanto produto de coleta selvagem dificultam a análise. Nesse sentido, esse trabalho buscou rastrear a cera e seu desenvolvimento através das décadas. Argumenta-se que, a

princípio, ela era comercializada a partir de regiões habitadas por populações descentralizadas como os felupes, que não realizavam o comércio diretamente com europeus. Entretanto, em poucas décadas, o que se observa é uma rápida propagação da cera por boa parte da Senegâmbia, figurando sempre entre os principais produtos encontrados nos portos de comércio por lusitanos e outros europeus. Como se discutirá no capítulo 3, tais fatores trazem discussões bastante pertinentes sobre as características da cera de abelha na África Ocidental, a participação de pessoas comuns no comércio e as transformações ocorridas a partir da integração com o Mundo Atlântico.

Por fim, na última seção deste capítulo, discutiremos o lugar da cera de abelha em Angola, que se configura como um dos principais territórios exportadores de cera a partir do final do século XVII. Antes de ser uma pesquisa sobre a Senegâmbia, ainda que este seja o espaço histórico principal de nossa análise, esta é uma investigação sobre a cera de abelha enquanto uma importante mercadoria do Mundo Atlântico, que adquire proeminência nas exportações a partir do continente africano.⁹ Nesse sentido, algumas das características observadas no desenvolvimento do comércio de cera na Senegâmbia, também se aproximam de particularidades observadas em Angola, inclusive a falta de estudos aprofundados apesar de seu grande destaque, não somente nas exportações atlânticas, como também na formação e desenvolvimento da própria comunidade mercantil em Luanda.

Portanto, considera-se frutífero para o estudo, ainda que de modo mais superficial, trazer para a discussão outros espaços africanos onde a cera foi comercializada em grandes quantidades. Nota-se, sobretudo entrelaçando a discussão com as características da cera de abelha no Brasil, que já produzia bastante mel e cera em alguma quantidade, mas, a partir de meados do século XVII, sofre com uma grande diminuição do número de colmeias, ao mesmo tempo em que fatores externos causam uma grande alta nos preços do produto.

Acreditamos que esses fatores externos estejam relacionados sobretudo ao crescimento do comércio de cera saindo de regiões da África, da Senegâmbia em um primeiro momento e depois com a ascensão de Angola. As ceras de regiões africanas sempre foram descritas como sendo de boa qualidade, muito superior à encontrada nas Américas e mesmo na Europa. Sobretudo para a relação entre Brasil e Angola, ambos territórios lusitanos, acreditamos que a qualidade superior da cera angolana e a crescente escassez da cera

⁹ A cera de abelha não era um produto unicamente encontrado na Senegâmbia, ou de Angola, como também discutirei no capítulo 3. Populações em Ruanda, Tanzânia, Nigéria e Etiópia, por exemplo, são somente alguns dos espaços africanos onde a cera de abelha era coletada e eventualmente comercializada. Entretanto, para o Mundo Atlântico aqui analisado a Senegâmbia foi a primeira grande região de contatos e aproximação, juntamente com o surgimento de um protagonismo da cera de abelha nesse processo, que foi logo seguido por Angola.

brasileira estão intimamente relacionadas ao abastecimento do mercado brasileiro (e atlântico de forma geral) com a cera africana, bem *como de outras regiões produtoras da África Ocidental*.

Nota sobre as traduções de citações e sobre os etnônimos africanos:

Optou-se por uma maior fluidez do texto de modo geral, dessa forma, as citações de fontes foram todas traduzidas para o português atual, de acordo com as normas gramaticais vigentes. Existem duas situações diferentes na transcrição de citações: há aquelas escritas em português, que compõem a maior parte da documentação, mas também existem os relatos escritos em inglês, bem como citações de textos em francês e na língua inglesa.

Para as citações em português antigo, optou-se por modificar apenas palavras e termos que hoje se encontram incorretos segundo as normas gramaticais, como por exemplo verbos terminados em “ão” no tempo passado, forma que atualmente se refere às conjugações verbais no futuro, foram modificadas de acordo com a conjugação verbal vigente. O mesmo vale para o uso do “u” nas palavras em que a pronúncia tem som de “v”, e assim por diante. A escrita de certos nomes e nações, ainda que distintas de como aparecem escritos por mim na dissertação, e os demais componentes do texto foram inalterados.

Já para as citações em outras línguas, sobretudo o inglês, foram feitas traduções próprias, também colocadas para maior fluidez e entendimento do texto. Entretanto, as citações originais se encontram nas notas de rodapé, tanto para citações de obras bibliográficas, quanto para de documentos, os quais se encontram em sua forma de escrita original, como é o caso do relato de Richard Rainolds, escrito em 1591.

Para os etnônimos das nações e grupos africanos, decidiu-se por um “aportuguesamento” dos nomes ao longo do texto: jalofos, por exemplo, aparecem na bibliografia e na documentação com diversos nomes, como wolof, diolof e djolofs; fulas às vezes são descritos como peul, fulbe ou fulos; banhuns como bainuks. O mesmo foi feito com nomes de portos, rios e cidades. Optou-se sempre por utilizar a mesma grafia, salvo quando se encontra em uma citação direta.

Capítulo 1

A Cadeia Mercantil da Cera de Abelha

Em Londres, no ano de 1634, um homem chamado John Levett publicou um inovador estudo sobre a vida e hábitos das abelhas, com o extenso e informativo título de: *O ordenamento das abelhas: ou, A verdadeira história de manejá-las de tempos em tempos, com seu mel e cera, mostrando sua natureza e criação. Como também quais árvores, plantas e ervas são boas para elas, e nomeadamente quais são prejudiciais: junto com o extraordinário lucro que delas advém. Estabelecido em diálogo, resolvendo todas as dúvidas.*¹⁰

A obra, escrita de maneira lúdica no formato de um único diálogo entre dois personagens fictícios, Petralba e Tortona, contém detalhadas informações baseadas em observações empíricas sobre a atividade da apicultura, o convívio dos homens com as abelhas, a manutenção de suas colmeias, diversas observações de natureza biológica sobre sua organização, além dos melhores e mais eficientes métodos para se extrair não apenas o mel, principal produto oriundo das abelhas, mas também uma substância cujos usos são diversos, porém relativamente pouco conhecidos: a cera.

Assim como o mel, a cera é um produto fabricado única e exclusivamente por abelhas, e é uma substância fundamental na construção da colméia, logo, na própria estrutura vital dos insetos, bem como no armazenamento do mel. Em seu estudo seminal sobre a vida das abelhas, John Levett - autor cuja vida, com exceção de seus estudos sobre estes insetos, é completamente desconhecida - afirma que o método de extração da cera é bastante simples, podendo ser realizado por qualquer pessoa: quando o mel for totalmente retirado, deve-se colocar todos os favos (incluindo aqueles que não continham mel) dentro de uma grande quantidade de água fervente até que os favos estejam bem derretidos, para então colocá-los dentro de um saco de pano, por onde a cera derretida é escoada.¹¹ Em seguida existem os processos de purificação e fundição da cera, que podem resultar em produtos de diferentes tonalidades e qualidades, alterando de forma significativa seu valor a partir de então.

¹⁰ LEVETT, John. *The ordering of Bees: or, the True History of Managing them...with their hony and wax, showing their nature and Breed As also what trees, plants, and hearbs are good for them, and namely what are hurtfull: together with the extraordinary profit arising from them. Set forth in a dialogue, resolving all doubts whatsoever. By the late unparalell'd experience of John Levett, Gent.*, first edition, London, Printed by Thomas Harper, for John Harison, 1634. Early English Books Text Creation Partnership, 2011. Disponível em: <http://name.umdl.umich.edu/A05403.0001.001>

¹¹ *Ibid*, p.51.

Não obstante, esse processo de extração da cera, salvo pequenas variações regionais e industriais ao longo do tempo, permanece praticamente o mesmo até hoje, e faz parte de uma atividade extrativista que, a princípio,¹² pode ser realizada sem especialização técnica, ou grandes quantidades de mão-de-obra e terras cultiváveis. Em resumo, a cera de abelha pode ser extraída e comercializada por pessoas comuns, bastando que haja as condições ambientais e climáticas favoráveis para a manutenção das colméias e o desenvolvimento da apicultura. Apesar disso, e de sua multiplicidade de usos e aplicações (que serão discutidas na primeira seção deste capítulo) a cera permanece um produto relativamente desconhecido da maioria das pessoas que não se encontram diretamente envolvidas com a apicultura, mesmo em comparação com o mel.

Curiosamente, em seu prefácio Levett comenta que muitos de seus leitores estranharão um livro dedicado unicamente a um assunto considerado de pouca relevância à época, como a vida das abelhas e a apicultura. Segundo o autor, em seu prefácio dedicado aos leitores, “enquanto o mel e a cera podem parecer de pouca importância aos olhos de muitos, o pobre camponês, os chefes de família, o bom mercador, o bem instruído apotecário e cirurgião, conhecem bem o grande valor dessas commodities”.¹³

Essa passagem é bastante instigante para o presente estudo, uma vez que, assim como Levett caracteriza a vida das abelhas como um assunto de pouca relevância na sociedade inglesa do século XVII, a dissertação parte do que percebemos como uma relativa ausência na historiografia de análises sobre a cera de abelha na Idade Moderna, e busca argumentar que, em certa medida, ela ocorre justamente por conta da participação de homens e mulheres simples, pequenos agricultores e sociedades à margem das principais estruturas comerciais do Mundo Atlântico.

Cerca de um século depois da famosa publicação em Londres, a *Royal African Company*, companhia de comércio britânica que monopolizou o comércio escravista na África Ocidental ao longo da segunda metade do século XVII, instruía seus funcionários no Rio Gâmbia, na região da Senegâmbia, a adquirirem o máximo possível de cera de abelha na

¹² É importante destacar que, quando dizemos que a extração da cera é uma atividade que não exige não exige qualificação técnica, isso não é o mesmo que dizer que qualquer pessoa poderia ser um apicultor ou um coletor de mel. Ao contrário, como veremos adiante, a coleta de mel muitas vezes se encontrava vinculada à conhecimentos específicos sobre o mundo natural, essenciais na extração de mel e cera.

¹³ Tradução nossa: *And although that honey and wax may seem to be matters of {small estimation in the eyes of many; yet to the poore Countryman, good Houfholder, well traded. Merchant, expert Apothecary, andlnerd experienced Phyfitian and. Chirargian, they are known to. bee commodities well: worth the. looking after.*

região. De acordo com uma de suas cartas, enviada em 1721, a cera era uma commodity valiosa ao ponto da quantidade enviada nunca ser o bastante.¹⁴

Essa ânsia pela mercadoria por uma das principais companhias de comércio da Era Moderna contrasta com a pouca visibilidade que ela tem, como já anunciado no início do século XVII por John Levett, e, principalmente como se continua a observar nas análises históricas que abordam a história das mercadorias e o chamado comércio Atlântico. Nas últimas décadas, trabalhos com foco nas denominadas cadeias mercantis dos mais diversos produtos têm aumentado cada vez mais, sobretudo no contexto do Intercâmbio Colombiano e da formação do Mundo Atlântico.¹⁵ Nesse sentido, é surpreendente que uma mercadoria tão presente nos circuitos de troca atlântica como a cera de abelha tenha, até hoje, recebido relativamente pouca atenção dessa parcela da historiografia. Salvo raras menções entre um rol de produtos, é raro encontrar um estudo totalmente dedicado a esse produto tão único.

Neste primeiro capítulo busca-se apresentar a cera de abelha como uma mercadoria histórica particular, com possibilidades de análise que variam da escala local à global, ao mesmo tempo em que é um produto de origem animal e fruto da interação de sociedades humanas com sociedades de abelhas, conhecidas há pelo menos 40.000 anos, o que também abre caminhos interessantes para um estudo que relacione os campos da história e do meio ambiente.

O capítulo se encontra dividido em quatro tópicos. No primeiro, aborda-se a trajetória histórica da cera de abelha entre seres humanos, seus usos, modos de produção e principais características, em uma tentativa de aproximação com a abordagem de cadeias mercantis e sobretudo de aprofundamento sobre um produto pouco discutido em análises sociais. Em seguida, discute-se de que forma a cera de abelha é tratada na historiografia, sobretudo voltada para a Idade Moderna e o comércio Atlântico, quando verifica-se que a cera passa a ser exportada em grandes quantidades de diversas regiões do continente africano, desenvolvimento que é abordado no terceiro tópico.

Em linhas gerais, é perceptível uma brusca mudança no lugar ocupado pela cera de abelha em diversas regiões do continente africano, bem como em seu fluxo mercantil de larga escala, que não foram suficientemente analisados através de lentes históricas. Enfim, a última parte do capítulo se aprofunda sobre o processo de mercantilização do produto na região a

¹⁴ TUCK, Michael W. "Everyday Commodities, the Rivers of Guinea, and the Atlantic World: The Beeswax Export Trade, c.1450-c1.800." In: *Brokers of Change: African Commerce and Cultures in Pre-colonial Western Africa*, edited by Toby Green, 285-303. Oxford: Oxford University Press, 2012.

¹⁵ CROSBY, Alfred. *The Columbian exchange: biological and cultural consequences of 1492*. Westport, Conn.: Greenwood Publishing Co., 1972. Para uma discussão sobre as cadeias globais de mercadorias ver GEREFFI, Gary; KORZENIEWICZ, Miguel (Ed.). *Commodity chains and global capitalism*. ABC-CLIO, 1994.

partir de meados do século XVI, quando lusitanos e mercadores europeus de outras nacionalidades passam a comercializar mais efetivamente na costa africana, e a cera de abelha torna-se de fato um bem de exportação. Procuramos delinear as problemáticas de um comércio marginal em relação às principais *commodities* comercializadas na região e as possibilidades de análise da interação humana com a natureza.

Coletores de mel selvagem e as velas de altar

A cera de abelha é uma substância única na natureza, produzida somente por espécies de abelhas do gênero *Apis* ao longo do processo de construção dos favos que estruturam a colméia e armazenam o mel, por isso, ao longo da atividade de extração do mel a cera é também inevitavelmente extraída, embora ela, ao contrário do mel, necessite passar por um processo subsequente de derretimento dos favos a partir, geralmente, de água fervente, bastante semelhante ao descrito por John Levett nas páginas anteriores.

Seu uso entre grupos e sociedades humanas pode ser considerado tão antigo quanto o exercício da apicultura e a própria interação entre seres humanos e abelhas, que remonta há milênios de anos atrás. Embora seja difícil traçar uma data precisa, pinturas rupestres na região da atual Espanha descrevem coletores de mel em árvores durante o período Mesolítico,¹⁶ e o mesmo se repete em outros lugares ao redor do globo, como na África do Sul. Talvez a representação mais famosa que descreve essa atividade seja a encontrada na “Caverna da Aranha”, em Valência, também na Espanha, conhecida como *The Man of Bicorn* (Figura 1).

¹⁶ DAMS, M.; DAMS, L. "Spanish Rock Art Depicting Honey Gathering During the Mesolithic". *Nature*. 268 (5617): 228–230. 1977.

Figura 1. *The Man of Bicorp*:



Fonte: Kirsten TRAYNOR, Ancient Cave Painting. Disponível online em: [MD Bee Articles: Ancient Cave Painting \(archive.org\)](http://MD.Bee.Articles.Ancient.Cave.Painting.archive.org)

O homem de Bicorp (município na província de Valência) data de pelo menos 8.000 anos atrás, e foi encontrado juntamente com outras pinturas retratando importantes atividades do cotidiano, como a caça e rituais sagrados, sugerindo que a coleta de mel e a interação com abelhas eram atividades relativamente importantes já naquela época. Na pintura, uma figura humana escala uma árvore com uma colméia próxima ao topo, utilizando-se de chama e fumaça para espantar as abelhas - também retratadas na imagem - e poder coletar o mel.

A técnica do uso do fogo como método para espalhar os insetos se encontra relacionada sobretudo à fumaça da tocha, que torna as abelhas mais confusas e portanto menos agressivas, e é praticada até hoje em algumas localidades. Na África Ocidental ao longo da Idade Moderna, que é para onde direcionamos o foco da pesquisa, esse era o principal método utilizado por coletores de mel e apicultores, e exigia uma certa familiaridade com o processo, uma vez que o fogo, não raro, poderia matar as abelhas se fosse utilizado descuidadamente - por isso não era permitido a qualquer um que se realizasse a coleta do mel e da cera: era necessário um grau de experiência e conhecimento para que a técnica de coleta não causasse danos à colméia.

Mesmo com a grande concentração de representações na Europa e na África, a apicultura provavelmente surgiu de maneira independente ao redor do mundo, inclusive entre

povos pré-colombianos em diferentes partes do continente americano.¹⁷ Assim sendo, traçar uma análise das origens desse produto a partir de um local ou tempo específico mostra-se uma tarefa virtualmente impossível, e até mesmo desnecessária, pelo menos dentro da perspectiva da presente dissertação. Esse é um debate significativo a partir do momento em que essa pesquisa, cujo foco é uma mercadoria em particular, passa a dialogar com a perspectiva de análise de cadeias mercantis hoje em evidência nos círculos acadêmicos historiográficos, com análises de mercadorias que vão desde as grandes commodities como açúcar e algodão, até produtos exóticos e de nicho como o corante cochonilha ou as chamadas drogas do sertão, como métodos de análise da construção de uma economia mundial.¹⁸

Apesar da grande heterogeneidade dos estudos, que, pela própria diversidade de mercadorias, tem a possibilidade de abordar espaços e períodos históricos radicalmente diferentes, a análise de cadeias mercantis tem como ponto comum entre a maioria de seus trabalhos a articulação das dimensões de produção, circulação e consumo. Tal perspectiva pode muito bem ser ampliada, ou mesmo diversificada, como trabalhos que dividem a dimensão da produção em diferentes fases de recursos, colheita e manufatura,¹⁹ ou pesquisas que incorporam múltiplos produtos dentro de uma mesma cadeia mercantil.²⁰

Nesse sentido, a análise mercantil proposta aqui tem por objetivo, de início, apresentar as origens, formas e usos da cera de abelha em sociedades humanas até o fim da Idade Média, quando, enfim, pode-se observar um desenvolvimento histórico coeso a partir de características particulares, mas movidas sobretudo em torno do comércio, e que por fim suscitaria a produção de cera de abelha em larga escala no continente africano em direção à Europa e às Américas. Antes desse período, a cera dificilmente encontrava-se encadeada através de redes de comércio de longa distância, embora as técnicas envolvendo seus usos e modos de extração com certeza atravessassem espaços longínquos por meio da locomoção de comunidades e grupos nômades - hipótese bastante instigante, mas que não tem espaço na presente dissertação.

Dessa forma, ainda que a apicultura e a extração de cera de abelha seja uma atividade surgida de maneira espontânea em diferentes regiões, é importante destacar que espécies de abelhas e localidades distintas produzem cera de diferentes tipos e qualidades. Como já

¹⁷ CRANE, Eva. *The world history of beekeeping and honey hunting*. Routledge, 1999.

¹⁸ TOPIK, STEVEN; FRANK, ZEPHYR; MARICHAL, CARLOS (Org.). *From Silver to Cocaine: Latin American Commodity Chains and the Building of the World Economy, 1500–2000*. [S.l.]: Duke University Press, 2006.

¹⁹ RIELLO, Giorgio. *Cotton: the fabric that made the modern world*. Cambridge University Press, 2013.

²⁰ KIMBALL, Eric Bartholomew. *An essential link in a vast chain: New England and the West Indies, 1700–1775*. 2009. Tese de Doutorado. University of Pittsburgh.

mencionado, a principal espécie relacionada à fabricação de cera são as abelhas do gênero *Apis Mellifera*, conhecida popularmente no Brasil como abelha-europeia, que produzem uma cera de coloração branca e considerada de melhor qualidade.

De acordo com Eva Crane, a cera produzida na Europa e na África é, em geral, oriunda da *Apis Mellifera* e suas subespécies; já na América Latina, ao menos até o período colonial, a principal fonte de cera vinha das abelhas *Meliponinae*, conhecidas como abelhas sem ferrão, em geral uma cera com coloração mais amarelada considerada de qualidade inferior. Esse cenário começa a mudar no continente americano após a importação de abelhas do tipo *Apis* por ingleses e espanhóis a partir do século XV.²¹

Os únicos materiais de fato necessários para a fabricação da substância pelas abelhas são os carboidratos presentes no próprio mel (frutose, glicose e sacarose). O volume produzido é determinado pelo fluxo de néctar coletado e pela quantidade de ovos colocados pelos insetos, pois ambas atividades requerem a construção dos favos e a fabricação de mel, e calcula-se que as abelhas produzem 6kg de mel para cada 1kg de cera. Naturalmente, fatores climáticos externos como chuva e temperatura são cruciais nesse processo, e podem determinar não somente o volume produzido como a qualidade do material. Especificamente para a produção da cera, é ideal que a temperatura ambiente esteja entre 33° e 36° C e que as colméias estejam localizadas próximas a fontes de água, como rios e córregos.²²

Nesse sentido, percebemos que a importante dimensão da produção de um produto - que geralmente envolve fatores como o trabalho, as relações sociais de produção²³ - no caso da cera de abelha, parcialmente já se encontra pronta mesmo sem a ação humana. A cera, enquanto um material utilizado por seres humanos e transformado em mercadoria depende apenas do processo de extração por apicultores e de condições ecológicas favoráveis, mas relativamente simples de atingir em diferentes localidades. Como diversos outros produtos oriundos de qualquer atividade agricultora, chuvas irregulares e períodos prolongados de seca afetam as produções de cera. Ainda que os requisitos para sua fabricação sejam mínimos, alguns espaços são mais propícios que outros, e, como veremos mais adiante, acabam por adquirir importância histórica significativa nas relações em torno dessa substância que articula aspectos da vida humana.

²¹ CRANE. *The world history of beekeeping and honey hunting*. pp. 288-298

²² BOGDANOV, Stefan. *Beeswax: uses and trade*. In: BOGDANOV, Stefan (org) *The Beeswax Book*. Bee, Product Science, 2009. pp. 1-16

²³ HOPKINS, Terence; WALLERSTEIN, Immanuel. *Commodity Chains: Construct and Research*, In GEREFFI, Gary; KORZENIEWICZ, Miguel. (Ed) *Commodity chains and global capitalism*. Westport (USA): Praeger, 1994

A extração da cera por coletores humanos ocorre juntamente com a retirada do mel, sendo feita com o auxílio de facas ou instrumentos cortantes para retirar os quadros de cera dos favos. Os favos são então processados geralmente por meio de água fervente, embora hoje existam processos químicos que realizam essa tarefa. Esse processamento ocorre sobretudo para eliminar impurezas e alcançar uma cera de melhor qualidade, que é então processada em formatos de barras ou lâminas. Qualidade essa que se refere à coloração e ao odor obtidos a partir da cera. Esse é um processo, quando comparado à simples extração do mel, relativamente mais trabalhoso e acabou contribuindo para que em alguns espaços, sobretudo antes das inovações tecnológicas e sua divulgação, a cera da abelha fosse muitas vezes descartada.²⁴

De acordo com Nicola Bradbear, um tema recorrente entre especialistas na área da apicultura é que o desperdício de cera foi e ainda é uma questão preocupante no campo de criação de abelhas e no mercado de seus produtos: o valor, os métodos de processamento e sobretudo a grande variedade de produtos obtidos a partir da cera ainda são desconhecidos por muitos. De acordo com Bradbear, em uma afirmação talvez um pouco exagerada, tendo em conta o crescimento do interesse por abelhas e seu comércio no século XXI, cerca de metade da cera produzida no mundo hoje ainda é desperdiçada.²⁵ No entanto, o fato de muita cera ser desperdiçada até hoje e ter sido, sem dúvidas, muito mais no passado, chama a atenção para suas peculiaridades enquanto produto histórico, e talvez seja parte do motivo para que a mercadoria seja relativamente desconhecida, sobretudo quando comparada com o mel e outros produtos de base animal.

Não surpreende, portanto, que esse ofuscamento reflita-se também no campo dos estudos históricos e das análises sociais. Nesse estudo, como será descrito a seguir, investigou-se a versatilidade da cera de abelha e sua presença em diferentes sociedades e períodos históricos, e, observando seu crescimento a partir do século XV, argumenta-se que é necessário um olhar mais analítico para a cera de abelha enquanto uma importante mercadoria de exportação na Idade Moderna, sobretudo dentro do contexto de formação do Mundo Atlântico, quando a cera de regiões africanas começa a circular, através das ações de mercadores europeus e produtores africanos, entre espaços até então pouco conectados.²⁶

²⁴ BRADBEAR, Nicola. *Production and trade of beeswax*. In: *Bees and their role in forest livelihoods*. FAO, Rome, Italy, 2009. São muitos os estudos que apontam para o grande número de usos que a cera de abelha tem na sociedade humana, com a industrialização e o criação cada vez mais rápida e em maior escala de novos produtos, a cera encontrou ainda mais usos e hoje se encontra presente em diversos tipos de indústria.

²⁵ *Ibid*, p. 103.

²⁶ Em diálogo o movimento historiográfico de reforçar a agência africana nos processos históricos, em que a obra de John Thornton surge como paralelo imediato. THORNTON, J. K. *A África e os Africanos na Formação do Mundo Atlântico, 1400 – 1800*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004

Uma das principais características da cera de abelha é sua grande versatilidade e multiplicidade de usos: a cera era muitas vezes um componente utilizado no Egito Antigo no processo de embalsamamento e mumificação das múmias. A palavra múmia, inclusive, remonta ao radical persa, *moum*, que pode ser utilizado para designar a palavra cera,²⁷ indicando que seu conhecimento e uso na região pode ser bastante difundido desde, pelo menos, o século IV a.C. Na China Antiga, a cera era utilizada na preparação de bálsamos e medicamentos por conta de suas propriedades medicinais, assim como em sociedades pré-colombianas nas Américas.²⁸

A cera pode ser utilizada para polir e lubrificar móveis, ferramentas e até mesmo construções como casas e navios. Hoje ela se encontra presente em diversas indústrias, como a de cosméticos, na fabricação de diversos tipos de cremes, mas mesmo antes do advento industrial a cera era componente de pastas e pomadas de cunho medicinal. A cera é também o material utilizado nos lacres de cartas e documentos oficiais, de forma que boa parte da comunicação escrita entre seres humanos ao longo de séculos foi acompanhada por essa substância, assim como parte significativa dos documentos que, no passado e no presente, nós historiadores consultamos para a investigação dos processos históricos.

A cera produzida por abelhas foi também um material utilizado na metalurgia em povos como os Vikings, presente em rotas escandinavas no início da Idade Média, onde havia uma demanda de cera entre os ferreiros suecos.²⁹ Eva Crane, em *The World History of Beekeeping and Honey Hunting*, aponta para o uso da cera de abelha como forma de presentes e tributos em diferentes espaços, inclusive entre os Maias e Incas antes e durante a chegada de europeus.³⁰

A cera era também utilizada para o selo de documentos oficiais, na medicina, fabricação de remédios, etc. No século XVIII, o principal mercado da cera era Amsterdã: essa bolsa comercializava cera da Rússia, da Polônia, de Gdansk, do Levante, etc. Essas informações se encontram em uma compilação de 1765 sobre produtos e mercadorias, o *Dictionnaire universel de commerce*. Enquanto sua precisão sobre os dados contidos pode ser contestada a partir de informações e análises históricas mais atuais, já é bastante relevante a presença da cera de abelha em uma publicação como essa.³¹

²⁷ MAGALHÃES, E. de O.; BORGES, I. L. *Manual de Apicultura Básica: módulo I*. Ilhéus: CEPLAC/CENEX, 2012. 36p.

²⁸ BOGDANOV. *Beeswax: uses and trade*. pp. 2-6.

²⁹ GUSTAFSSON, Ny Björn. *Beeswax in metalworking in Viking Period Gotland*. Fornvännen, v. 111, n. 2, p. 97-101, 2016.

³⁰ CRANE. *The world history of beekeeping and honey hunting*. p. 498.

³¹ DES BRUSLONS, Jacques Savary. *Dictionnaire universel de commerce*. 1765.

Ainda sobre a cera, o *Dictionnaire universel de commerce* aponta que, no século XVIII, o maior consumo de todas as espécies de cera em geral faz-se em Portugal, Castela, Itália e na América portuguesa e hispânica. Em todas as províncias do reino de Portugal, onde se criam abelhas, acha-se também cera; porém a quantidade não é suficientemente copiosa para suprir o consumo do mesmo reino e das suas dilatadas conquistas.

Podemos inferir, até agora, que a cera de fato possuía uma produção espalhada ao redor da Europa. Existia um circuito ao norte, com as redes russas e polonesas, e um ao sul, Mediterrâneo, que abarcava regiões produtoras de cera como Egito e Grécia. Entretanto, essa produção em parte não abastecia suficientemente (principalmente após a colonização e a demanda nas Américas) e também não oferecia cera da melhor qualidade.

A despeito dessa grande gama de aplicabilidades, um dos seus principais usos ao longo da história foi, sem sombra de dúvidas, na fabricação de velas de altar para a Igreja Católica. Embora a cera já fosse utilizada na fabricação de velas anteriormente, é por volta do século IV d.C, quando introduzida na Europa cristianizada, que a substância assume um lugar de destaque e passa a estimular um comércio constante de cera para a produção de velas de altar.

De fato, a partir da bibliografia consultada faz sentido perceber a Idade Média como um momento de intenso aumento no consumo de cera de abelha, principalmente mas não somente na fabricação de velas. Na Idade Média, a cera das abelhas era bastante usada na fabricação de instrumentos musicais, no artesanato, pinturas e até mesmo como moldes para joalherias.³² A substância funcionava também como uma unidade de medida tributável, servindo para o comércio de produtos e pagamento de taxas e impostos.³³ Nesse período a Igreja Católica decretou que todas suas velas deveriam ser 100% feitas a partir da cera de abelha (uma versão dessa regra existe até hoje, mas as porcentagens variam de 5% a 51% entre diferentes localidades).³⁴

Durante o século XIII, com o aumento e sofisticação das práticas religiosas, surge de fato uma grande demanda por cera de abelha na Europa, principalmente em Londres. Um levantamento bibliográfico geral sobre o comércio na Idade Média aponta que existia uma rede de comércio de cera de abelha através da Liga Hanseática, com importações da região

³² OLLÉ, T. de A., LF WOLFF, and E. H. da SILVA. *Métodos simplificados de derretimento de favos e reciclagem da cera de abelhas*. Embrapa Clima Temperado-Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento (INFOTECA-E) 2018.

³³ BROWN, R. *Beeswax*. Butler & Tanner Ltd. Frome Frome, GB; v. 3, p. 87, 1995.

³⁴ Sobretudo por conta dessas razões litúrgicas; as abelhas durante a Idade Média se tornaram fortes símbolos culturais e religiosos, sendo frequentemente associadas às figuras de Cristo e Maria.

dos Balcãs e da Península Ibérica.³⁵ Entretanto, o consenso é de que boa parte da cera consumida na Inglaterra durante a Idade Média era de origem local.³⁶ Nesse período surgiram também em Londres diversas guildas de fornecedores e fabricantes de cera, entre elas a *Worshipful Company of Wax Chandlers*, que se encontra ativa até os dias de hoje e existe, ao menos, desde o século XIV, sendo uma das mais antigas companhias londrinas.³⁷

Nesse sentido, as décadas que se seguiram às viagens de Cristóvão Colombo e deram início ao processo de colonização das Américas, significaram também a crescente presença da Igreja Católica na região, e, portanto, a presença de todo o aparato simbólico - material e imaterial - necessário para a realização de missas, batismos e celebrações, dentre o qual as velas feitas a partir da cera de abelha eram um componente obrigatório.³⁸

Nesse momento de expansão marítima, trazendo consigo a complexificação do comércio marítimo através da interconexão - sem dúvidas inconstante e pautada pela violência - entre espaços antes separados, surge uma maior demanda pela cera de abelha, preferencialmente de alta qualidade. Como já mencionado, até esse momento a cera do continente americano era considerada de baixa qualidade, em virtude da coloração amarelada proveniente das abelhas *Meliponidae*, desfavorecida em função da cera mais esbranquiçada. A demanda crescente no Novo Mundo também não foi suprida pela cera produzida na Europa, e, ao que tudo indica, isso significaria uma crise no abastecimento dessa substância em pouco tempo no circuito de compra de cera de abelha para a fabricação de velas de altar. Entretanto, graças ao surgimento de um novo espaço produtor de cera a partir do século XV, em crescente contato com o mercado Atlântico nascente, tal crise jamais ocorreu.

Em meados do século XV, quando portugueses efetivamente estabeleceram conexões com a África Subsaariana, após algumas décadas de tensões militares, ataques e contra ataques entre europeus e sociedades da costa da Guiné, relações comerciais foram construídas em torno do comércio de africanos escravizados e outros bens como ouro, marfim, peles e, talvez surpreendentemente, a cera de abelha.³⁹ Surpreende porque, de acordo a bibliografia consultada (não somente a partir da historiografia, mas também de trabalhos científicos do campo da apicultura e do estudo das abelhas), a cera era um produto extremamente

³⁵ SAPOZNIK, Alexandra. *Bees in the medieval economy: religious observance and the production, trade, and consumption of wax in England, c. 1300–1555*. *The Economic History Review*, v. 72, n. 4, p. 1152-1174, 2019.

³⁶ VELLUT, J.-L. *Diversification de l'économie de cueillette: miel et cire dans les sociétés de la forêt claire d'Afrique centrale (c. 1750-1950)*. *African Economic History*, No. 7, pp. 93-112, 1979. p. 108.

³⁷ A companhia mantém um site oficial - <http://www.waxchandlers.org.uk/wax/beeswax.php> - com informações sobre sua origem, uma detalhada cronologia e um banco de arquivos históricos.

³⁸ NEWSON, Linda A. "Piety, beeswax and the Portuguese African slave trade to Lima, Peru, in the early colonial period." *Atlantic Studies*, v. 16, n. 2, p. 144-162, 2019.

³⁹ SILVA, Alberto da Costa e. *A Manilha e o Libambo: a África e a escravidão de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. p. 151.

marginalizado em diversas regiões do continente, incluindo quase toda a África Ocidental, e majoritariamente não era de fato comercializada nos circuitos mercantis tradicionais.

Em pouco tempo, uma substância antes descartada por coletores de mel selvagem tornou-se uma das principais mercadorias de exportação africana.⁴⁰ Obviamente essa virada se encontra diretamente relacionada com as transformações causadas pelo tráfico transatlântico de escravizados e a própria integração ao Mundo Atlântico de forma geral, entretanto, um dos objetivos dessa dissertação é melhor compreender de que forma esse mercado se desenvolveu, e como esse processo foi - ou não foi - abordado na historiografia, com foco principalmente para a região da Senegâmbia, por ser a primeira a efetivamente consolidar-se como parte do complexo mercantil Atlântico.

A cera de abelha na historiografia

Embora um dos apontamentos que norteia essa pesquisa seja a pouca relevância da mercadoria cera de abelha em estudos históricos, seria errôneo afirmar que ela é pouco mencionada em análises histórico-sociais, sobretudo de africanistas. Não são poucos os estudos aprofundados sobre comércio e organização social na África Ocidental e Central com foco nas conexões Atlânticas desde o tráfico de escravizados até o chamado comércio lícito, no século XIX, que descrevem a cera como um dos muitos produtos comercializados por africanos. A questão a ser reforçada é que essa menção é, na grande maioria dos casos, apenas superficial, sem atenção às particularidades que vêm sendo destacadas no presente estudo e que, esperamos, possam contribuir para novas perspectivas nos estudos sobre escravidão e o impacto do comércio Atlântico no continente. A seguir são abordadas algumas obras e pesquisas importantes nesse campo, enunciando a forma como a cera de abelha, sobretudo no período de surgimento e consolidação do chamado Mundo Atlântico, aparece na discussão historiográfica.⁴¹

Embora a cera não seja abordada em particular, ela é bastante mencionada no corpo de estudos atlânticos e africanos, e a partir do estudo dessa bibliografia foi possível traçar sua

⁴⁰ Mesmo após o declínio do tráfico de africanos escravizados, a cera de abelha permaneceu como uma das principais produções africanas exportadas do continente. FRANKEMA, Ewout; WILLIAMSON, Jeffrey; WOLTJER, Pieter. *An economic rationale for the African scramble: the commercial transition and the commodity price boom of 1845-1885*. National Bureau of Economic Research, 2015.

⁴¹ Naturalmente, não buscarei apresentar todo o corpo de estudos onde a cera aparece, uma vez que as simples menções ao longo do texto são frequentes. Nesse sentido optou-se por trazer alguns dos estudos sobre a economia e sociedade na África Ocidental e Central à época do tráfico de escravizados, com diferentes vertentes e perspectivas, que foram mais utilizados na discussão historiográfica da pesquisa de mestrado.

trajetória histórica em geral, bem como suas características particulares. Em *A Manilha e o Libambo*, Alberto da Costa e Silva comenta que comerciantes portugueses no século XV buscavam se abastecer de “ouro, de couros, de panos, de goma, de cera, de marfim e de escravos”.⁴²

Em sua pesquisa da década de 1970, *Economic Change in Precolonial Africa: Senegambia in the Era of the Slave Trade*,⁴³ Phillip Curtin, apoiado em uma extensa análise de material empírico, realiza uma profunda discussão sobre a organização interna do comércio na Senegâmbia, bem como após a chegada de europeus, mais especificamente ingleses e franceses, alocando-se nas regiões do rio Gâmbia e do rio Senegal, respectivamente.

A despeito de sua concepção mais rígida sobre o processo econômico,⁴⁴ Curtin apresenta dados de exportações e importações de diferentes produtos baseados em uma ampla documentação primária, e dedica todo o capítulo 5, “*Production for the Market*”, para discutir mercadorias produzidas na Senegâmbia para exportação. Entre as 36 páginas do capítulo, o tópico sobre a cera de abelha tem menos de uma página, cuja maior parte é dedicada a descrever o processo de produção e purificação da cera. Curtin encerra argumentando que:

“É impossível estimar a produção total de mel na Senegâmbia, mas ele era a principal fonte de açúcar para toda a região, e se manteve assim em muitos lugares apesar da competição das importações de cana de açúcar. Não há mais razões para supor que as abelhas eram mantidas majoritariamente pela cera do que há para assumir que o gado era criado pelo valor das peles.”⁴⁵

Sem dúvidas um dos principais nomes no campo de estudos africanistas, e mais especificamente sobre a Senegâmbia, Boubacar Barry em seu livro *Senegambia and the Atlantic Slave Trade*,⁴⁶ publicado pela primeira vez em 1997, também menciona a cera em algumas passagens. Barry confere um pouco mais destaque à cera de abelha que Curtin e boa parte dos estudos sobre comércio na Senegâmbia, mas ainda assim, em sua análise geral, ela é apenas um dentre os produtos comercializados na região.

⁴² SILVA, *A Manilha e o Libambo*. p. 136.

⁴³ CURTIN, Philip D. *Economic Change in pre-colonial Africa*, Madison. 1975.

⁴⁴ Para Curtin a obtenção de escravizados por parte de grupos africanos, por exemplo, ocorre pura e simplesmente por fatores “políticos” ou “econômicos”, em uma abstração das ações humanas e do próprio curso histórico na África Ocidental. Não raro sua análise se direciona para um enquadramento das escolhas de agentes históricos a partir de uma perspectiva funcional, muito inserida em um viés ocidental de processos como comércio e lucro.

⁴⁵ Tradução nossa: “*It is impossible to estimate total Senegambian honey production, but it was the main source of sugar for the whole region, and it has held its own in many places in spite of competition from imported cane sugar. There is no more reason to suppose that bees were kept mainly for the wax than there is to assume that cattle were raised for the value of the hide*”. Curtin, *Economic Change*. p.233

⁴⁶ BARRY, Boubacar. *Senegambia and the Atlantic Slave Trade*. Cambridge: University Press, 2002.

Boubacar Barry aborda a cera ao discutir a existência de outros bens comercializados - para além do tráfico de escravizados - com destaque para o comércio de marfim, mas trata também da cera de abelha como um produto bastante procurado por holandeses, ingleses e franceses no século XVII.⁴⁷ Com exceção desse apontamento, os momentos em que a cera é mencionada seguem o mesmo padrão de outras pesquisas que abordam o comércio africano de forma geral: citam-se as mercadorias produzidas na região “peles, ouro, marfim, cera, especiarias, etc.”.⁴⁸

Em *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*,⁴⁹ Joseph Miller, ao discutir o complexo formado no Atlântico Sul a partir do tráfico de escravizados, trabalha a questão do surgimento de uma demanda europeia por cera de abelha, considerando como um produto originalmente de baixo custo e pouco utilizado teve, ao longo da formação do Mundo Atlântico, papel importante na aquisição importações por parte de apicultores africanos.

Embora esse não seja seu foco, a breve análise de Miller sobre o lugar da cera na África Central oferece direcionamentos importantes para o argumento sustentado aqui. Das florestas africanas aos portos costeiros, convertidos em locais de intenso fluxo comercial vitais para o funcionamento do sistema mercantil atlântico, a cera de abelha era trocada por produtores por bens como óleo de palma, sal e têxteis locais ou mesmo importados, em uma escala menor. Esses produtores, assim como no caso da Senegâmbia, eram pequenos fornecedores em escala individual ou familiar:

“A cera de abelha, nas quantidades limitadas trocadas no século XVIII, vinha de pequenos produtores individuais, e circulava principalmente através de pequenos circuitos de comércio descentralizados distantes da autoridade dos reis. Consequentemente, os nobres que poderiam ter reunido trabalho para produzir cera refinada em uma escala comercial não tinham chance de alcançar os baixos custos de vendedores de mel e cervejeiros de hidromel em tempo parcial, cujos produtos eram para uso próprio ou para troca em circuitos locais de aliança e dependência.”⁵⁰

⁴⁷ BARRY, *Senegambia and the Atlantic Slave Trade*. p.38/39.

⁴⁸ *Ibid*, p.69.

⁴⁹ MILLER, Joseph Calder. *Way of death: merchant capitalism and the Angolan slave trade, 1730–1830*. Univ of Wisconsin Press, 1997.

⁵⁰ Tradução nossa: “*Beeswax, in the limited quantities exchanged in the eighteenth century, came from small individual producers and moved mostly through decentralized petty trade circuits beyond the authority of kings. Hence, the lords who could have assembled labor to produce refined wax on a commercial scale had no chance of matching the low marginal costs of part-time sellers of honey and brewers of mead, whose products were for their own use or for exchange in the local circuits of alliance and dependency.*” MILLER, *Way of Death*. p. 115.

Recentemente publicado, o livro sobre a atuação da *Royal African Company* (RAC) na África Ocidental e a participação de agentes africanos nas trocas comerciais, de Colleen Kriger,⁵¹ averigua que a cera de abelha era, de fato, uma das mercadorias mais procuradas pela companhia inglesa na região da Alta Guiné. De acordo com a autora, mesmo viagens ao sul do rio Cacheu - região no sul da Senegâmbia com uma grande quantidade de rios e terras alagáveis - valiam o risco que ofereciam, uma vez que aquele posto de troca português se tornou um dos pontos mais importantes de fornecimento de cera de abelha para a RAC no final do século XVII.⁵²

Kriger sustenta que, ainda que o mel fosse a mais importante fonte de açúcar na região, mesmo quando o açúcar importado das *plantations* de cana-de-açúcar começou a ser mais comercializado na costa, a cera de abelha retirada dos favos de mel tinha muito pouco uso antes do comércio com europeus, e a descoberta de um mercado ávido por esse produto como no Mundo Atlântico fez com que africanos rapidamente desenvolvessem mais esse processo nas atividades de extração do mel.⁵³

Sem dúvidas poderiam ser citadas muitas outras pesquisas sobre o comércio africano que colocam a cera de abelha entre os produtos exportados da região, entretanto, em linhas gerais, o produto não recebe muito mais destaque do que o já demonstrado até aqui. As pesquisas como a de Joseph Miller e Colleen Kriger, mais focadas na participação africana no comércio, chegam próximas da argumentação aqui proposta, que realça o lugar de pequenos produtores e a agência africana no desenvolvimento do comércio da cera. Contudo, o mais comumente observado em pesquisas de grande porte como essas é que a cera recebe pouco, ou nenhum destaque. Desse modo, é perceptível que existe uma lacuna de estudos específicos sobre essa mercadoria a partir da teoria e metodologia histórica, como têm recebido tantas outras mercadorias na historiografia das últimas décadas.⁵⁴

Como veremos a seguir, o desenvolvimento histórico da cera de abelha na África a partir do século XVI é particularmente sensível a duas tendências historiográficas muito relevantes na atualidade: a análise de cadeias mercantis e os estudos da agência africana.

⁵¹ KRIGER, Colleen E. *Making Money: Life, Death, and Early Modern Trade on Africa's Guinea Coast*. Ohio University Press, 2017.

⁵² *Ibid*, p. 54.

⁵³ *Ibid*, p. 61.

⁵⁴ SANTOS, Vanicléia Silva.; PAIVA, Eduardo.; GOMES, René. (Orgs.) *O comércio de marfim no mundo atlântico: circulação e produção (séculos XV a XIX)*. Belo Horizonte : Clio Gestão Cultural e Editora, 2018. ; DE OLIVEIRA MALACCO, Felipe Silveira. *O Comércio Atlântico de Couro na Senegâmbia: 1580-1700*. AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos, v. 3, n. 3. Outubro de 2019.

África, comércio atlântico e a cera de abelha

No início do período Moderno a maior parte da cera consumida na América Hispânica dependia de exportações europeias, e, em menor escala, da cera de baixa qualidade da região do México e da América Central. Até então, as regiões americanas possuíam apenas a cera produzida por abelhas *Meliponidae*, longe da qualidade do produto obtido a partir de espécies do gênero *Apis*, inexistentes na região. Ao mesmo tempo, a disponibilidade de importações de cera da Europa para o Novo Mundo sempre foi limitada, e tornou-se cada vez mais escassa a partir do início do século XVII, período em que se destacam uma série de mudanças ambientais e demográficas em curso desde o final da Idade Média que contribuíram para a diminuição na produção e fornecimento de cera. Esses eventos, aliados à procura por uma cera de alta qualidade, trouxeram a necessidade de novos espaços que fornecessem o produto.

Diferentes estudos, não somente históricos, mas principalmente de livros e artigos voltados para o campo da apicultura, apontam que a partir de meados do século XVI a cera de abelha se torna uma importante mercadoria de exportação em regiões do continente africano. Segundo Eva Crane, a África praticamente não comercializava a cera até o momento em que comerciantes e agentes europeus passaram a comprá-la, contudo, rapidamente o continente se tornou o principal fornecedor desse produto no mundo ocidental, para as Américas e também para a Europa.⁵⁵

Ainda por essa ótica, Tammy Horn, em *Bees in America: How the Honey Bee Shaped a Nation*, afirma que, durante o século XVII, o continente africano era o maior fornecedor de cera de abelha no mundo, apesar de até cerca de dois séculos antes grande parte da cera africana ser desperdiçada.⁵⁶ A rápida transformação de um produto pouco valorizado, muitas vezes descartado e sem status comercial dentro de boa parte continente africano, em uma mercadoria amplamente comercializada indica um processo ainda pouco estudado, e que pode ser útil para melhor compreender as dinâmicas de grupos africanos ao longo do desenvolvimento do sistema escravista Atlântico.

Ressalta-se que é um processo pouco estudado pois percebe-se um consenso na historiografia africanista de que a cera, tal como o marfim, a noz de cola, a goma, entre outros, era uma mercadoria exportada da África para o Atlântico, mas a análise para nesse

⁵⁵ CRANE. *The world history of beekeeping and honey hunting*. p. 498.

⁵⁶ HORN, Tammy. *Bees in America: How the honey bee shaped a nation*. University Press of Kentucky, 2005. p.2.

ponto. Salvo raras exceções,⁵⁷ os estudos sobre essa mercadoria nunca foram alvo específico de nenhum debate, aparecendo apenas descritivamente no rol de bens comercializados entre africanos e europeus.

A análise desses bens vem sendo retomada por estudos de cadeias mercantis, a partir de pesquisas clássicas sobre a História da África: é comum afirmar que comerciantes europeus vendiam bens como barras de ferro, uma ampla variedade de têxteis indianos, europeus, de outras regiões africanas, além de produtos como tabaco, álcool, armas de fogo e miçangas, em troca de escravizados e mercadorias como ouro, marfim, couros, peles, óleo de palma e cera de abelha.⁵⁸ Os produtos variam sutilmente de acordo com a região e a data, mas um levantamento da literatura sobre o comércio e economia na África pré-colonial aponta que a cera de abelha em regiões como Senegâmbia e Angola é presença constante nos fluxos comerciais, chegando inclusive a ser fundamental na virada do século XIX do chamado comércio lícito.⁵⁹

As análises históricas com ênfase no chamado Mundo Atlântico vêm conquistando cada vez mais espaço nos laboratórios e centros de pesquisa, sobretudo a partir da virada dos estudos nacionais para uma história global, conectada e transnacional, assim como no aprofundamento dos estudos subalternos. No que se refere aos estudos de cadeia mercantil, ou seja, as análises das dimensões de produção, circulação e consumo de uma mercadoria, parte significativa deles se concentra justamente no espaço Atlântico, em diálogo com a História Atlântica conforme as metodologias teorizadas por autores como David Armitage e Dale Tomich.⁶⁰

Nesse contexto historiográfico, diversas produções buscam enfatizar as relações presentes no espaço Atlântico, no sistema escravista e em sociedades africanas a partir da análise de cadeias mercantis: boa parte das mercadorias citadas acima possuem análises individuais sobre sua trajetória, como, por exemplo, a obra de Vanicleia Silva sobre o marfim,

⁵⁷ Especificamente sobre a historicidade da cera de abelha na África Ocidental foram encontrados apenas dois trabalhos, um artigo publicado em francês e um capítulo de livro em inglês. Na língua portuguesa esse é um estudo ainda inédito. Trata-se do artigo de Jean-Luc Vellut sobre a cera em Angola e do capítulo de Michael Tuck sobre a cera na Guiné. VELLUT, J.-L. *Diversification de l'économie de cueillette: miel et cire dans les sociétés de la forêt claire d'Afrique centrale (c. 1750-1950)*. African Economic History, No. 7, pp. 93-112, 1979. e TUCK, Michael W. "Everyday Commodities, the Rivers of Guinea, and the Atlantic World: The Beeswax Export Trade, c.1450-c1.800."

⁵⁸ WONDJI, C. *Os Estados e as Culturas da Costa da Alta Guiné* In: Ogot, B. A. (Ed.) *África do Século XVI ao XVIII*. Brasília: UNESCO, 2010.; LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. (p.60-89).

⁵⁹ BROOKS, George. *Yankee Traders, Old Coasters and African Middlemen. A History of American Legitimate Trade with West Africa in the Nineteenth Century*. Boston University Press, 1970.

⁶⁰ ARMITAGE, D. *Three Concepts of Atlantic History In: The British Atlantic World: 1500 – 1800*. New York: Palgrave MacMillan, 2002.; TOMICH, Dale. *O Atlântico como espaço histórico*.

para citar uma produção brasileira com enfoque em uma mercadoria africana, que dialoga especificamente com a dimensão de circulação do marfim e as representatividades sociais que o envolvem. Outro exemplo é a recente pesquisa de Felipe Malacco, enfatizando o comércio Atlântico de couro na Senegâmbia enquanto um dos principais produtos de exportação na região, unindo as espacialidades locais em um âmbito global de circulação.

Poderíamos citar outros produtos, não apenas de origem africana, mas também bens de consumo que se desenvolvem a partir das plantations americanas, como o algodão e o açúcar, até se tornarem mercadorias de fato globais dentro do sistema capitalista em formação. No entanto, a intenção aqui é, sobretudo, enfatizar que, dentre os principais artigos que circulam a partir da África no Atlântico, e que têm sido estudados cada vez mais no Brasil e no mundo, parte significativa deles é de origem animal, e traz para o centro da história mercantil as relações entre humanos, fauna e flora. Dentro do contexto de desenvolvimento da escravidão e do próprio sistema capitalista,⁶¹ essa relação torna-se muitas vezes predatória e catastrófica, como é o caso da caça de elefantes para adquirir o marfim, capaz de em um período curto de tempo mudar completamente a fronteira natural do *habitat* desses grandes mamíferos.

Já a cera de abelha, também um produto de exportação africano de origem animal, permanece como uma mercadoria relativamente desconhecida à luz das análises históricas aqui mencionadas. A relação de seres humanos com a cera é bastante particular, e pode oferecer novas perspectivas para o estudo ambiental entrelaçado com a História da África. Enquanto o extrativismo da cera pode vir a oferecer danos para as abelhas, ele não é necessariamente prejudicial, como é o caso do comércio de marfim, e gira em torno não somente do processo de extração, mas da relação de convivência humana com uma colônia animal.

Em seu clássico estudo sobre a Alta Guiné, o historiador e ativista político Walter Rodney foi um dos primeiros autores a destacar a cera de abelha não somente como uma mercadoria comercializada na região, mas também como um produto importante para o desenvolvimento do tráfico de escravizados na região.⁶² Embora a cera seja, novamente, apenas mencionada, o entrelaçamento do comércio escravista com o de outras mercadorias ainda havia sido pouco estudado, principalmente em relação às perspectivas de grupos africanos envolvidos nesse comércio. O autor guianense busca também ressaltar que a África não é apenas o espaço da escravidão, que grupos e pessoas também podem existir nos processos históricos através de outras relações sociais, incluindo a produção e comércio de

⁶¹ WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. Editora Companhia das Letras, 2012.

⁶² RODNEY, Walter C. *A History of the Upper Guinea Coast*. Oxford: Oxford University Press, 1970.

diferentes mercadorias, dentre elas, a cera. Como se observa, essa é uma perspectiva bastante cara ao estudo aqui proposto.

Linda Newson, no rastro da observação deixada por Walter Rodney, chama a atenção em um instigante artigo para os vínculos transatlânticos entre a Senegâmbia e a América espanhola, observados a partir do diário de um traficante de escravizados que também comercializava cera, ao longo da travessia negreira.⁶³ De acordo com a autora, o baixo custo de transporte de uma mercadoria como a cera tornava seu comércio lucrativo, ainda que seu valor absoluto fosse muito inferior ao de um escravo, por exemplo. Embora foque mais na relação de circulação e seus impactos na região do Peru, Linda Newson também comenta sobre as possibilidades do estudo de uma mercadoria africana, oriunda de um animal e que provavelmente não era monopolizada por grupos particulares e elites.

Em geral, pode-se afirmar que a historiografia voltada para os estudos Atlânticos e da África pré-colonial pouco se voltou para as particularidades da cera de abelha, seja em sua mercantilização e eventual circulação a nível global (ou atlântico), seja em como tais processos se desenvolveram a partir de articulações locais e ações de grupos africanos. Enquanto são raras exceções as pesquisas de fato aprofundadas sobre o tema, e as razões para o próprio desinteresse sobre a mercadoria digam mais respeito sobre as particularidades da cera e sua obstrução em muitos documentos primários, esses poucos estudos lançam bases importantes para pesquisas futuras, além de oferecer possibilidades instigantes que buscaremos apresentar a seguir.

Mercantilização

O questionamento acerca da pouca relevância da cera nos estudos africanos ocorre, sobretudo, por conta da importância que é atribuída ao produto a partir do século XVI na África Ocidental (figurando entre as principais exportações da região) e como isso não se traduz na historiografia. Tal relevância, já destacada anteriormente, levanta a questão da trajetória da cera de abelha em um contexto histórico, considerando seu processo de mercantilização no interior e a dimensão da relação entre seres humanos e natureza. Afinal, há uma mudança drástica no comércio e produção de cera no interior do continente africano a partir do século XV, com destaque para as regiões de Angola e da Senegâmbia.

⁶³ NEWSON "Piety, beeswax and the Portuguese African slave trade to Lima, Peru, in the early colonial period." p.145

De fato, é bastante difícil estimar o quanto seu uso era difundido pelo continente, uma vez que a cera possuía uma ampla gama de utilizações e a quantidade de relatos disponíveis para antes das navegações europeias é bastante reduzida. Não obstante, ainda que fosse aplicada na fabricação de medicamentos em determinada região, ou no revestimento de construções em outras, podemos afirmar que antes do comércio Atlântico seu uso era local e seu comércio provavelmente também.

Tendo em vista as estimativas de que boa parte da cera de abelha era desperdiçada não apenas na África, mas no mundo todo até poucos séculos atrás,⁶⁴ e sua pouca relevância no comércio transaariano de longa distância, a ideia de que a cera era uma substância bastante desvalorizada permanece bem fundamentada. De acordo com Jean-Luc Vellut, certos grupos na África Central como os Ngangela utilizavam a cera para reparar suas ferramentas, mas isso parece ter sido uma prática excepcional. Tratando especificamente do mundo Banto, Vellut afirma que a cera não era utilizada para fins artísticos, mas o mesmo não se pode dizer das civilizações egípcia e Ife, na atual Nigéria. Em geral, as sociedades na África Central não pareciam ter muita utilidade para a cera.⁶⁵

Assim, convém direcionar parte da problemática para a transformação de um produto se não desperdiçado, ao menos pouco valorizado, em uma mercadoria volumosa no Mundo Atlântico. Como isso ocorreu? Quais foram os agentes que tornaram tal processo possível? O relato do veneziano Alvise Cadamosto, viajando a serviço de Portugal em 1455, na região da Senegâmbia, oferece uma passagem bastante instigante sobre a cera de abelha:

“Eles também se maravilharam ao ver uma vela acesa em um castiçal, pois aqui eles não sabem como fazer qualquer outra luz que não uma fogueira. Para eles a visão de uma vela, nunca antes vista, era bela e miraculosa. Como, nesse país, se encontra mel, eles sugam o mel do favo e jogam fora a cera. Tendo comprado um pequeno favo de mel, mostrei a eles como extrair o mel da cera e perguntei se eles sabiam o que havia restado. Responderam que não servia para nada. Então, em sua presença, mandei fazer e acendi algumas velas.”⁶⁶

⁶⁴ HORN. *Bees in America*. p.32

⁶⁵ VELLUT. *Diversification de l'économie de cueillette*. pp. 96-100.

⁶⁶ Tradução nossa: “*They also marveled much on seeing a candle burning in a candlestick, fo(r) here they do not know how to make any other light than that of a fire. To them the sight of the candle, never seen before, was beautiful and miraculous. As, in this country, honey is found, they suck the honey from the comb, and throw away the wax. Having bought a little honeycomb, I showed them how to extract the honey from the wax, and then asked whether they knew what it was that remained. They replied that it was good for nothing. In their presence, therefore, I had some candles made, and lighted.*” CRONE, Gerald Roe (Ed.). *The voyages of Cadamosto and other documents on Western Africa in the second half of the fifteenth century*. Routledge, 2017. p. 51.

Primeiramente, é importante destacar que não devemos tomar o relato deixado por Cadamosto como um documento completamente intocável, cujas palavras não se encontram sujeitas a dúvida e a relativização, especialmente por se tratar de um caso explícito da mentalidade europeia em territórios não ocidentais, selvagens e incultos de acordo com os valores representados na figura de Cadamosto e outros tantos viajantes e mercadores europeus que deixaram registros de suas viagens no continente africano. Entretanto, apesar da óbvia generalização e caracterização dos nativos como ignorantes, esse trecho é relevante pois mostra que um grupo de nativos - nota-se como um grupo pode ser de 5, 50 ou 500 pessoas - desconhecia um dos muitos usos da cera de abelha, embora esse uso em específico fosse o motivo maior da procura da cera de abelha pela Igreja Católica.

Não sabemos ao certo qual grupo de nativos era esse que, em contato com Cadamosto, testemunhou que da cera de abelha podem-se fabricar velas, e com elas fogo. Entretanto sua localização era próxima às margens do Rio Gâmbia, principal via econômica da Senegâmbia que viria a florescer com o comércio Atlântico, habitado sobretudo por diversas populações Mandingas, um dos grupos majoritários da região.

A criação de abelhas e extração do mel nunca foi uma novidade na África. De acordo com o pesquisador alemão Carl Seyffert, que documentou relações tradicionais africanas com as abelhas e seus produtos no período colonial, na região do Gâmbia e da Guiné a “abundância massiva de abelhas, de um mel requintado, e uma cera de igual qualidade permitiram que um intenso comércio chegasse muito cedo [no período colonial]”.⁶⁷

Esse “intenso comércio” representou, acima de tudo, um profundo processo de mercantilização de um produto do extrativismo que sempre esteve marginal frente a outras mercadorias. Marginal pois a cera não tinha o *status* de uma mercadoria em muitas regiões africanas, e sobretudo por conta de, a partir do momento em que ela passa a ser comercializada com o Atlântico, sua produção encontrar-se nas mãos de pequenos agricultores, de homens comuns que possuíam alguma afinidade com a apicultura, e não de elites políticas e econômicas que dominavam o comércio escravista e/ou de produtos como ouro e marfim.

A mercantilização da cera de abelha na Senegâmbia ocorre a partir de uma junção de fatores: em primeiro lugar, como já observado, o produto existia em grande quantidade na região, sem que houvesse uma grande procura interna quando comparado a outros produtos; somado a isso, temos a crescente demanda de cera de abelha de alta qualidade não só na

⁶⁷ HORN. *Bees in America*. pp.33-34

Europa, mas também nas Américas a partir do processo de colonização e expansão da Igreja Católica, com sua alta demanda por velas.

Com base em Walter Rodney, Linda Newson observou que o desenvolvimento desse comércio esteve atrelado às ações de traficantes portugueses, os primeiros agentes europeus a estabelecerem trocas constantes entre a Península Ibérica, o litoral da Senegâmbia e a América Hispânica. No início do século XVII, homens como o traficante Manuel Bautista Perez, analisado por Linda Newson, passaram a comercializar, juntamente com africanos escravizados, cera de abelha para ser vendida no Novo Mundo. Apesar do valor relativo da cera ser bastante baixo, comparado com o preço de escravizados, seu lucro poderia ser tão grande quanto o da venda de um escravo, por conta do baixo preço de locomoção e custo quase zero de manutenção da mercadoria, como é mostrado nos registros de contabilidade do traficante.⁶⁸

Entretanto, não basta oferta, demanda e a existência de um meio que possibilite a circulação e o consumo em outros espaços, para que o estabelecimento do comércio de um produto (no sentido das relações que denominamos aqui como cadeia mercantil) de fato ocorra. Aqui se encontra outra das problemáticas dessa temática: justamente a dimensão que envolve a produção de uma mercadoria, e que se relaciona intrinsecamente com o tema da mercantilização, não apenas da terra, ou do trabalho, mas também das relações humanas e ambientais. Para a efetiva formação do comércio de cera de abelha no Atlântico foi preciso, antes de tudo, que populações familiarizadas com as técnicas da criação de abelhas e o manejo das colméias, assim como com o ambiente em que elas se situam, se integrassem nessa complexa rede a partir da posição de produtores e fornecedores.

O grande diferencial da produção de cera para a maioria dos outros produtos na Senegâmbia, inclusive aqueles advindos também do extrativismo, como a noz de cola, e africanos escravizados, marfim, entre outros, é que sua produção não se encontrava majoritariamente concentrada nas mãos grupos e elites com maior poder econômico e político. As elites guerreiras jalofas, os pastores fulas e os principados mandingas, ao longo do século XVI, em geral possuíam força suficiente para empreender ataques contra outros grupos em busca de cativos, a principal mercadoria comercializada nos portos africanos a partir de então, e esse mercado costumava se encontrar fora do alcance de sociedades menores, mais marginalizadas ou descentralizadas.

⁶⁸ NEWSON "Piety, beeswax and the Portuguese African slave trade to Lima, Peru, in the early colonial period." p.155.

Esses grupos, mesmo quando eram numerosos, mas com uma organização política descentralizada, passaram a ser os principais alvos desses ataques com o crescimento do tráfico de escravizados nas Américas. Nesse sentido, a existência de um produto em grande quantidade, com forte demanda por comerciantes e traficantes, e cuja produção se encontrava fora do controle dos grandes reinos e cidades africanos, serviu como um meio tanto para a inserção dessas populações no comércio Atlântico em um contexto de rápidas e profundas transformações, como para a própria defesa e sobrevivência frente aos ataques efetuados por outros grupos.⁶⁹

Dessa forma, existe um duplo movimento no processo de mercantilização da cera na Senegâmbia. A partir do momento em que sociedades como os balanta, ou os diola, também conhecidos com felupes, habitantes da região dos rios São Domingos e Casamansa, abaixo do rio Gâmbia, principal área de produção de cera de abelha na região, passam a comercializar cada vez mais esse produto em quantidades volumosas via Atlântico,⁷⁰ a apicultura deixa de ser uma atividade de extrativismo esporádica e se torna muitas vezes uma prática única; em um paralelo com reinos como Oyó, que passaram a se dedicar unicamente ao tráfico de escravizados.

Tal movimento se manifesta no fato de que, enquanto o comércio de cera por grupos menores foi possível somente pelas características únicas do produto, tais populações precisaram, por conta da pressão do tráfico transatlântico, se voltar cada vez mais para a produção de cera, modificando em aspectos fundamentais suas organizações sociais, políticas, econômicas e culturais.

A expansão da produção da cera na África Centro-Occidental, afirma Vellut, ocorreu essencialmente para atender as demandas de mercados internacionais.⁷¹ Não há motivos para crer que essa informação não possa ser válida também para a região da Senegâmbia em específico, e da África Occidental de forma geral; ao contrário, os indícios apontam constatação semelhante.

Do outro lado do Atlântico, no início do regime colonial, a produção de mel e cera no Brasil cresceu em grandes proporções: o mel, antes de ser superado pelo açúcar, era consumido em grande quantidade pelos portugueses, enquanto a cera, com seus muitos usos, servia até mesmo como moeda no interior, e provavelmente levava a um consumo

⁶⁹ Em diálogo com o estudo de Walter Hawthorne sobre os Balanta, tradicionais plantadores de arroz que modificaram sua organização social a partir do comércio Atlântico. HAWTHORNE, Walter. *Planting Rice And Harvesting Slaves: Transformations Along The Guinea-Bissau Coast*. Portsmouth: Heinemann, 2003

⁷⁰ O breve estudo de Michael Tuck direciona para o protagonismo de grupos descentralizados como os Diola, espalhados na região do rio Casamansa, ao sul do Gâmbia, no pioneirismo do comércio de cera.

⁷¹ VELLUT. *Diversification de l'économie de cueillette*. pp. 100-101.

significativo de velas. Entretanto, como já detalhado, a cera americana possuía uma qualidade inferior, e ao longo do século XVI a própria produção de mel e cera locais diminuiu consideravelmente, resultando em um rápido aumento dos preços, como detalha Sérgio Buarque de Holanda ao analisar *les civilisations du miel*.⁷²

A pesquisa em torno da mercantilização da cera de abelha na África dialoga também, em grande medida, com as discussões em torno das fronteiras das mercadorias, campo interdisciplinar conceitualizado inicialmente por Jason Moore, que aborda estudos de desenvolvimentos globais e ambientais, em relação aos processos de expansão da produção capitalista.⁷³ Guardadas as devidas proporções, o espaço de análise da dissertação não é um espaço propriamente capitalista, mas sim um local de encontros entre estruturas socioeconômicas, políticas e culturais distintas, e de transformação a partir dessas relações. Entretanto, tais processos, sobretudo as relações comerciais, que são nosso foco, caminham em um sentido de intensificação da produção, da circulação e do consumo, fatores que se encontram entrelaçados com o conceito de Moore.

Em um nível conceitual, as fronteiras de mercadorias, ou *commodity chains*, capturam as contradições capitalistas que mobilizam uma constante procura por novas formas de energia e produção, em cada vez maiores quantidades. Nesse sentido, tais estudos emergem para analisar as disputas em torno da terra, do trabalho e da natureza. Nessas visões analíticas, os territórios rurais, em contraposto com centros urbanos e metrópoles, são tomados como palco central, ao buscar contribuir para uma análise mais profunda do papel do campo na emergência e consolidação do capitalismo nos últimos séculos.

Esse debate se relaciona com a mercantilização da cera de abelha na medida em que, enquanto um processo profundamente generificado e racializado, a formação de fronteiras de mercadorias não pode apenas ser entendida em termos de violentas e radicais transformações do espaço, mas também em termos de mudanças ambientais e articulação de conhecimentos.

A expansão de uma economia-mundo agrupou terra, trabalho e capital em constantes transformações para transformar recursos disponíveis em *commodities* para os mercados globais. As produções de mercadorias, entretanto, também dependiam de íntimo conhecimento sobre o mundo natural, inclusive na Senegâmbia, visto que as paisagens locais não apenas oferecem possibilidades econômicas, como também eram possíveis barreiras e

⁷² DE HOLANDA, Sérgio Buarque. *Au Brésil colonial: Les civilisations du miel*. In: Annales, Histoire, Sciences Sociales. Cambridge University Press, 1950.

⁷³ MOORE, Jason W., “*Sugar and the Expansion of the Early Modern World-Economy*”.

dependiam da articulação de saberes em torno das chuvas, secas, da navegabilidade dos rios e das florestas.

Ainda que a discussão de fronteiras das mercadorias se refira mais diretamente ao mundo após a metade do século XIX, quando os processos de expansão e busca por novos recursos se encontram em plena atividade, a cera de abelha também faz parte de um processo de transformação de uma substância, ou produto pouco utilizado, em uma mercadoria de amplo alcance no Mundo Atlântico. Esse processo envolveu mudanças nas estruturas socioeconômicas de populações engajadas nesse comércio, bem como transformações de ordem geopolítica; como se verá no capítulo 3, sociedades majoritariamente envolvidas com o comércio de cera de abelha também se expandiram em regiões da Senegâmbia.

Nesse sentido, o processo de mercantilização aqui discutido, compreendendo os processos de produção e circulação de mercadorias, corresponde a aspectos essenciais para a própria formação do Mundo Atlântico. A cera de abelha, enquanto um produto pouco conhecido e de relativa menor importância, também molda e é moldada pelas estruturas de uma economia-mundo, ainda que sua análise na presente pesquisa seja de dimensões mais locais.

Os eventos que se iniciam no século XV na costa da Senegâmbia, e se desenvolvem a partir dos séculos seguintes, são marcados pelo encontro entre dois modos diferentes (e também desiguais) de organização econômica. Karl Polanyi foi um dos primeiros a derrubar a falácia liberal do auto surgimento e autorregulação dos mercados, e, ao ressaltar a relação intrínseca entre o desenvolvimento do Estado Moderno e o desenvolvimento das economias de mercado, essa perspectiva reitera a existência de economias (ou sociedades) sem mercado.⁷⁴

Nesse sentido, a abordagem de Polanyi é também essencial para a distinção da vida econômica de uma sociedade com mercado, mas não *de* mercado, como é o caso dos diferentes reinos e populações da Senegâmbia, que não se organizam a partir da vida econômica enquanto instituição fundamental para a regulação de trocas de bens. Entretanto, como se discute nos capítulos seguintes, o final do século XVI e a intensificação do comércio marcam um momento de transição, ou ao menos de transformação dessas estruturas, acompanhada também pelo crescimento do comércio da cera de abelha por toda a região.

A presente análise coloca em evidência, através do estudo de uma mercadoria simples, o estreitamento de relações entre esses dois tipos de economia e as transformações no espaço

⁷⁴ POLANYI, Karl. *A Grande Transformação. As origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

geopolítico e social da Senegâmbia, impulsionadas pelo avanço de uma lógica expansionista, mercantilista, voltada para o desenvolvimento das *commodities*, e de tudo que pode ser transformado em uma mercadoria.

Capítulo 2

A Grande Senegâmbia e o Mundo Atlântico

A macrorregião da Grande Senegâmbia, com sua grande diversidade populacional e seu litoral aberto ao Oceano Atlântico, tem um lugar de destaque na história da África Ocidental a partir do século XV. Tal posição se relaciona com a expansão marítima europeia, empreendida a partir de desenvolvimentos tecnológicos em curso na Europa,⁷⁵ que se voltou para a costa africana em busca, entre outras coisas, do acesso às ricas minas de ouro, sobretudo por conta do imaginário construído em torno do Império do Mali e de sua riqueza. Esse foi o primeiro espaço subsaariano a estabelecer contatos, a princípio nada amistosos, com viajantes europeus na década de 1440. Até então relativamente marginal nos circuitos comerciais transaarianos, considerado uma periferia dos grandes Impérios africanos, a Senegâmbia viria a se tornar, ao longo do século XVI, uma região vital no espaço Atlântico em formação.

Conforme apresentado até aqui, o processo de mercantilização da cera de abelha se encontra intimamente relacionado com a própria formação de um comércio atlântico abastecido pelas rotas fluviais interligando o Oceano aos continentes. Daí vem, em grande parte, a relevância da região da Senegâmbia nesse contexto, marcada pela grande quantidade de rios e pela contingência histórica de um rápido estreitamento de relações comerciais entre grupos habitantes da costa e mercadores europeus.

Enquanto o ouro, noz de cola, âmbar, escravizados, tecidos, sal, entre muitos outros produtos já percorriam a região através das rotas transaarianas até meados do século XV, a abertura de uma nova rota comercial em direção ao Atlântico significou, para além da reordenação geopolítica e social das sociedades da costa, uma afluência de novas mercadorias na Senegâmbia e o surgimento de novos mercados.

Armas de fogo, ferro - muito presente no interior da África Ocidental mas bastante escasso em alguns pontos do litoral da Senegâmbia - e mesmo uma adição aos diversos tecidos que já circulavam na região através de comerciantes árabes e berberes eram trocados por muitos dos produtos já em trânsito nos circuitos mercantis. Entretanto, algumas dessas dinâmicas sofreram transformações significativas, cujo exemplo mais impactante é a venda

⁷⁵ THORNTON, J. K. *A África e os Africanos na Formação do Mundo Atlântico*. p. 64-67

de escravizados, motor principal do processo de colonização nas Américas e que acabou por reconfigurar as estruturas políticas, sociais e econômicas no interior da Senegâmbia nos séculos seguintes.

A caça pelos dentes de elefantes já era praticada antes da chegada de europeus, mas após o século XV ela atingiu níveis predatórios que causaram uma diminuição alarmante no número de animais. De forma semelhante, ainda que eventualmente a cera de abelha pudesse ser comercializada em pequenas quantidades em determinadas regiões, ela nunca chegou de fato a estruturar um comércio em torno de sua produção antes de sua demanda por parte do comércio atlântico.

.Esse capítulo se destina justamente a contextualizar a formação desse espaço histórico, através do qual um produto comum como a cera de abelha serviu como elo entre apicultores africanos e o Mundo Atlântico. Primeiramente, é necessária a discussão sobre o espaço que tratamos aqui como Senegâmbia às vésperas do contato com os primeiros portugueses. O desenvolvimento do comércio atlântico na região acaba por acelerar importantes mudanças geopolíticas no território, englobando não apenas os grupos ali envolvidos nas trocas, como também o lugar da Senegâmbia na África Ocidental. Para uma melhor compreensão da dimensão dessas dinâmicas é necessário situar historicamente a Senegâmbia e seus habitantes, antes mesmo da própria existência de uma Guiné do Cabo Verde.

Além da contextualização sobre a Grande Senegâmbia, discute-se neste capítulo a organização social dos principais grupos e sociedades que habitavam a costa, compreendendo que são estes os personagens vitais para a construção histórica dos processos que aqui se discutem. Portanto, não devemos considerá-los como um grupo coeso e homogêneo.

Sem perder de vista o contexto da construção histórica da Senegâmbia, esse capítulo abordará também um debate acerca dos métodos para se discutir a região aqui analisada, em particular, mas que também podem ser expandidos para os debates em torno da história da África, de modo geral. É impossível pensar a história africana sem pensar a história oral, parte fundamental da organização cultural e da memória de muitas sociedades africanas. As pesquisas históricas que recorrem somente à documentação escrita, tratando-a como detentora absoluta da verdade, estão fadadas à, voluntariamente ou não, permanecer no eurocentrismo, cativas de suas fontes.

Dito isso, infelizmente pela distância temporal e espacial a que nos encontramos da presente pesquisa, é virtualmente impossível realizar um trabalho dialogando diretamente

com a história oral. Entretanto, isso não significa que esse aspecto deva ser completamente ignorado, visto que existem outras maneiras de se perceber a oralidade no fazer historiográfico. Após estabelecer a contextualização geral da Grande Senegâmbia e sua heterogênea organização social, discutiremos neste capítulo as problemáticas da história regional da Senegâmbia, trazendo para o centro do debate a história oral e também a história ambiental, ou ecológica, que se provou fundamental na compreensão dos movimentos históricos populacionais, crescimentos econômicos, secas, entre muitos outros fenômenos hoje estudados no campo das ciências sociais.

A partir dos primeiros contatos entre africanos e portugueses, o eventual estabelecimento lusitano no arquipélago, até então inabitado, de Cabo Verde foi um marco crucial nesse processo. Essas ilhas viriam a se tornar um importante complexo mercantil, virtualmente articulado com toda a região desde o norte do Rio Senegal até Serra Leoa, servindo também como o entreposto comercial mais avançado da Coroa portuguesa. Contudo, nota-se na documentação analisada que as ações de súditos lusitanos na região foi pautada por tensos manejos entre os interesses monárquicos, que viam em Cabo Verde o lugar ideal para a atuação lusitana, os interesses dos habitantes da ilha, e a crescente presença de comerciantes de outras nações na costa da Senegâmbia.

Nesse sentido, os diversos relatos de viagens, cartas e registros produzidos por europeus na Senegâmbia possuem múltiplas nuances, que possibilitam interpretações em diferentes esferas. Trabalhos como o de Francisco Ribeiro, Felipe Malacco e Thiago Mota,⁷⁶ para citar produções brasileiras recentes do campo, partem da produção textual em escritas europeias para a compreensão de dinâmicas, ainda que Atlânticas, internas ao continente africano em suas dimensões políticas, sociais, religiosas e econômicas.

Paralelamente, essa mesma documentação permite que se direcione a análise para os conflitos geopolíticos entre impérios ibéricos (mais especificamente Portugal), e poderes europeus de outras nacionalidades, sobretudo ingleses, franceses e holandeses na Senegâmbia a partir de seus interlocutores, fossem eles mercadores, missionários, viajantes lusitanos ou cabo-verdianos, que, em maior ou menor grau, produziram debates e diálogos com a monarquia católica e seus interesses.

⁷⁶ RIBEIRO, F. A. C. *No rastro do Viajante: Cabo Verde e a Senegâmbia no Tratado Breve de André Álvares de Almada (1550 - 1625)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2016. DE OLIVEIRA MALACCO, Felipe da Silveira. *O Gâmbia no mundo atlântico: fulas, jalofo e mandingas no comércio global moderno (1580-1630)*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2016. MOTA, T. H. *A Outra Cor de Mafamede: Aspectos do islamismo da Guiné em três narrativas Luso-Africanas (1594-1625)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2014.

Contextualização

Primeiramente, é necessário melhor conceitualizar o espaço que denominamos como Senegâmbia: tradicionalmente concebida e delimitada como o território entre as bacias dos rios Senegal e Gâmbia, na costa ocidental africana, o território aqui considerado segue uma demarcação geográfica mais ampla, condizente com a própria historicidade da região a partir do século XV. O historiador senegalês Boubacar Barry propõe uma abordagem a partir de uma coesão histórica em conjunto com uma unidade geográfica, que juntas dão forma à chamada “Grande Senegâmbia” como defendida por Barry, limitada geograficamente ao norte e ao sul pelos rios Senegal e Kolonté, a leste pelos maciços do Futa Toro e do Futa Jalom e a oeste pelo oceano Atlântico.⁷⁷

Essa proposta é expandida por José da Silva Horta e Eduardo Costa Dias.⁷⁸ De acordo com os autores, a região, para além de sua coesividade social, pode ser definida como um espaço intenso de séculos de trocas culturais, políticas e principalmente comerciais, que ocorrem entre a faixa de terras que vai do rio Senegal até a atual Serra Leoa. Essa é a área de atuação de comerciantes portugueses no final do século XV e durante boa parte do século seguinte a partir do arquipélago de Cabo Verde, cujos entrepostos comerciais foram estabelecidos ao longo dos diversos rios que deságuam no Oceano Atlântico.

Não por acaso, uma das principais fontes históricas do período, o tratado do capitão cabo-verdiano André Álvares de Almada, escrito em 1594 e intitulado *Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo-Verde*, editado por Padre António Brásio na Monumenta Missionaria Africana (doravante MMA),⁷⁹ sustenta a correlação do espaço que hoje chamamos de Senegâmbia, à época, com a construção mercantil operada entre Cabo Verde e o litoral. A faixa costeira entre o rio Senegal e Serra Leoa aparece na documentação como “Guiné do Cabo Verde”, “Rios de Guiné do Cabo Verde”, “Rios de Guiné” ou mesmo “Rios do Cabo Verde” ou apenas “Cabo Verde” e “Guiné”, significantes que podiam corresponder todos a uma mesma categoria de representação.

Com o tempo própria administração oficial progressivamente passa a utilizar cada vez menos terminologias como “Etiópia” e empregar mais os termos “Rios de Guiné”, “Cabo

⁷⁷ BARRY. *Senegambia and the Atlantic Slave Trade*. pp.1-27.

⁷⁸ HORTA, José da Silva; DIAS, Eduardo Costa. *La Sénégambie: Un Concept Historique et Socioculturel et un Objet d'Etude Réévalués*. Mande Studies. n. 9, 2007, p. 9-19.

⁷⁹ ALMADA, André Álvares de. *Tratado breve dos rios de Guiné do Cabo Verde dès do Rio de Sanagá até os baixos de Santa Ana de todas as nações de negros que há na dita costa e de seus costumes, armas, trajos, juramentos, guerras*. In: BRÁSIO, A. **Monumenta Missionaria Africana, África Ocidental (1570-1600)**. 2º série. Volume III, pp. 229-378, 1964.

Verde” e “Guiné”, ora em sentido restritivo, ora em sentido genérico, fruto das mobilizações no sentido de designar aquele espaço por meio de diferentes percepções lusitanas do território africano.⁸⁰

Nesse sentido, quando nos propomos aqui a contextualizar a região da Senegâmbia, ou Grande Senegâmbia, estamos partindo de uma concepção abrangente que vai do rio Senegal até o norte da atual Serra Leoa, em diálogo com José da Silva Horta e Eduardo Dias, uma vez que é esse mesmo o escopo regional que se encontra presente nas fontes analisadas: um comerciante cabo-verdiano escrevendo ao final do século XVI sobre a atuação mercantil na região estará, na grande maioria dos casos, situado no contexto comercial dos *Rios da Guiné e Cabo Verde*.

Acredita-se que já no início do século XVII essa era a terminologia comum para tratar do espaço da Grande Senegâmbia, como comenta especificamente o Padre Baltasar Barreira, importante figura para a qual retornaremos no capítulo 3, em uma de suas cartas, em 1606, ao pontuar que “esta parte de Africa que os Portugueses propriamente chamaõ Guiné começa no Rio Cenagá e corre pella costa té o Cabo Ledo ou Serra Leoa.”⁸¹

Ou seja, há um reconhecimento difundido não apenas de uma nomenclatura para o espaço de trocas e aspirações imperiais lusitanas (e com o tempo de outras nações) na África Ocidental, como também existe uma noção exata das fronteiras desse espaço, ao norte o rio Senegal, ao sul a Serra Leoa, que correspondem exatamente à marcação indicada por José da Silva Horta, utilizada na presente pesquisa.

É certo que com o tempo tais fronteiras, no campo material dos processos históricos, se tornam muito menos concretas, menos fixas do que presumimos, sobretudo a partir das mudanças geopolíticas dentro do continente e fora, no Atlântico. Mudanças estas que promovem o recuo lusitano de alguns espaços e a concentração em outros, como é o caso do porto de Cacheu. Ainda assim, sugerimos que o entendimento do espaço da Senegâmbia não deve ser restringido somente à atuação lusitana nos Rios da Guiné do Cabo Verde, mas também a toda miríade de relações culturais, econômicas, políticas e sociais envolvendo ibéricos, ingleses, holandeses, franceses e mandingas, jalofos, fulas, barbamins, banhuns, entre muitos outros povos nativos ou estrangeiros presentes no desenvolvimento histórico dessa região.

⁸⁰ HORTA, José da Silva. “O nosso Guiné”: representações luso-africanas do espaço guineense (sécs. XVI-XVII). p.2. In: Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades. Lisboa, 2-5 de Nov., 2005.

⁸¹ BRÁSIO, António. *Monumenta Missionaria Africana, África Ocidental (1570-1600)*. 2º série. Volume IV p.162, 1968.

Ressalta-se que, embora a contextualização da Senegâmbia adotada aqui seja espacialmente mais ampla do que aquela defendida por Boubacar Barry, não nos opomos à sua argumentação de que a Grande Senegâmbia possui uma coesão histórica, uma unidade cultural (apesar de ser culturalmente e etnicamente bastante heterogênea) e pode ser compreendida como um todo a partir de uma narrativa histórica - passada, presente e futura.

O século XV foi um divisor de águas na formação histórica da Senegâmbia, até então concebida como um espaço periférico na África Ocidental, dependente dos fluxos caravaneiros e transaarianos direcionados para os grandes Impérios do Gana, Mali e Songhai. Mudanças climáticas, migrações e massivos movimentos populacionais, juntamente com o lento mas progressivo desenvolvimento do comércio Atlântico no litoral, tornaram a Senegâmbia uma região fundamental, tanto para o Mundo Atlântico como também para o interior do continente, uma vez que através de seus muitos rios navegáveis formaram-se verdadeiras rotas mercantis entre espaços até então separados.⁸²

Durante esse período, não foram poucas as transformações sofridas e exercidas pelos muitos povos que habitavam a Senegâmbia. O contato com mercadores, viajantes, companhias de comércio e traficantes europeus produziu diferentes significados entre as populações africanas, que, por sua vez, souberam ativamente mobilizar seus interesses e fizeram crescer novos mercados, novas fronteiras políticas e participaram na construção de seu percurso histórico. A mobilização do comércio de cera de abelha parece ter sido uma dessas respostas, mas que não foi suficientemente investigada, visto que diversas das fontes consultadas, como veremos mais detalhadamente no capítulo 3, trazem a cera como uma das principais mercadorias comercializadas por uma extensa faixa territorial da Senegâmbia, indicando que sua produção era, além de volumosa, relativamente horizontal.

É certo que foi o comércio Atlântico, e sobretudo o tráfico de africanos escravizados, o grande responsável, em termos estruturais, pela reordenação geopolítica, econômica, cultural e social do território e das populações da Guiné. Entre os séculos XV e XVII a Senegâmbia foi palco da fragmentação e do surgimento de confederações e reinos, assim como da reformulação da dinâmica de populações inteiras em uma lógica voltada para tráfico negreiro, tanto no comércio e captura de cativos, como em sua fuga e defesa. Mas seria errôneo assumir que é pura e simplesmente a aquisição e comércio de cativos que estabelece as relações entre africanos e o Mundo Atlântico, nem que essas relações ocorreram unidimensionalmente, entre dois blocos fechados de agentes com posições fixas, que além de

⁸² BARRY. *Senegambia and the Atlantic slave trade*. p. 4

não compreenderem a realidade, tendem a reduzir qualquer debate profundo acerca dessa relação.

No final do século XV, transformações já em curso na esfera política da África Ocidental coincidem com o crescimento das relações luso-africanas, o tráfico transatlântico e o início de um processo de integração da Senegâmbia ao mercado atlântico. No momento em que os primeiros portugueses passam a tecer relações comerciais com líderes e grupos africanos, a Senegâmbia é lar de diversas unidades políticas, com distintas organizações sociais e zonas de influência, tanto conflitantes como complementares.

Desde os primeiros contatos, a grande quantidade de grupos etnolinguísticos, tribos e populações com organizações políticas, sociais, culturais e religiosas próprias, ao mesmo tempo flexíveis e complexas, chamou a atenção de muitos observadores europeus como uma das peculiaridades desse novo espaço. Esse mosaico étnico possuía um papel central no desenvolvimento das relações com mercadores europeus na região, fosse no tráfico de pessoas, fosse no comércio de outros bens, uma vez que foi necessário para os europeus que se buscasse compreender e estabelecer, ainda que através de marcadores identitários próprios e muitas vezes rasos, uma demarcação étnica entre os povos da Senegâmbia.⁸³

As demarcações a partir de diferentes nações e territórios por agentes europeus, que passam a ser usados como referência identitária no trato negreiro a partir do século XVI,⁸⁴ eram feitas a partir de uma junção arbitrária do olhar eurocêntrico com as perspectivas e conhecimentos obtidos a partir do contato crescente com agentes africanos, como se observa, inclusive, em fatos descritos em narrativas europeias que só poderiam ter sido vistos por nativos do continente. David Wheat, em seu livro *Atlantic Africa and the Spanish Caribbean*, demonstra o difundido reconhecimento de identidades etnolinguísticas entre os habitantes da Senegâmbia nas primeiras fontes ibéricas do tráfico de escravizados, ao contrário de fontes posteriores, sobretudo inglesas, e também de outras regiões africanas, em que os escravizados são, muito frequentemente, identificados apenas como “*negroes*” ou “*blacks*”.⁸⁵

Existe, de fato, o movimento europeu - principalmente português e espanhol - de identificação étnica dos habitantes da Alta Guiné, mas de uma maneira distinta daquela empregada ao longo da colonização do século XIX e criticada por autores como M’Bokolo e

⁸³ HORTA, José da Silva. *Nações, Marcadores Identitários e Complexidades da Representação Étnica nas Escritas Portuguesas de Viagem. Guiné do Cabo Verde (séculos XVI e XVII)*. Vária História, Belo Horizonte, vol. 29, p. 649-675, set/dez 2013.

⁸⁴ WHEAT, David. *Atlantic Africa and the Spanish Caribbean, 1570-1640*. UNC Press Books, 2016. pp. 27-53.

⁸⁵ *Ibid*, p. 23.

Amselle,⁸⁶ que reforça uma fronteira cultural nítida entre grupos, sobretudo porque tal movimento só é possível, nos séculos XV e XVI, a partir de um forte senso de reconhecimento de suas origens por parte dos africanos escravizados.⁸⁷

Compreender as sociedades africanas - não apenas antes do contato com europeus - implica também procurar debater e problematizar o conceito de etnia, tão presente nas discussões contemporâneas sobre a África pós-independências, bem como no resgate da memória africana de antes da colonização. Ao mesmo tempo, a etnicidade é, não raro, um obstáculo em análises aprofundadas sobre o continente africano, uma vez que ela é, sobretudo, fruto do processo de diferenciação e demarcação identitária promovido durante a colonização europeia.

De fato, pensar sociedades na África a partir de conceitos fechados, impondo uma fronteira cultural nítida entre grupos, nada mais reforça que visões racistas e superficiais sobre os próprios africanos. Esses estudiosos sugerem uma quebra imediatista da etnicidade como um regulador para análises sociais, devendo elas serem mais pautadas por relações sociais, culturais, políticas e principalmente de classe. Enquanto tal posição é extremamente válida, inclusive por conta da agenda política dos autores, uma leitura prática é também necessária, uma vez que, mesmo sendo reforçada pela colonização, a identificação étnica é ainda um fator determinante nas ações de agentes dos conflitos e processos históricos africanos, no passado e no presente, vide o caso do genocídio de Ruanda.⁸⁸

É importante elucidar que não procuramos aqui nos aprofundar sobre os debates em torno da etnia, mas sim apresentar uma problematização importante do conceito, para então visualizá-lo no enquadramento da Senegâmbia. Trata-se de compreender que não existem marcadores fixos sobre a identidade de comunidades africanas, posto que elas ocorrem de maneira plural, pautadas por considerável mobilidade e intercâmbio cultural. Nesse sentido, ao analisar as populações da região faz sentido levar em consideração a afirmação de Beatriz Santos, com base em Peter Burke, de que:

“Tais posicionamentos a respeito desses processos parecem tornar possível afirmar que nem na antropologia ou em outra das ciências sociais, existe um

⁸⁶ AMSELLE, Jean-Loup; M'BOKOLO, Elikia. *No centro da etnia: etnias, tribalismo e Estado na África*. Editora Vozes Limitada, 2017.

⁸⁷ Tal reconhecimento é o que permite que as origens de africanos migrantes da Alta Guiné para as Américas se mostrem extremamente bem documentadas, em comparação com regiões como Angola ou a Baixa Guiné.

⁸⁸ Ainda que permeada por questões sociais e de classe, é sobretudo a questão étnica que mobiliza por exemplo o gigantesco número de refugiados *hutu* no Congo, desde a tomada do poder pela Frente Patriótica Ruandesa, de maioria *tutsi*. Assim como, em última análise, foram identificações étnicas que mobilizaram o massacre de dezenas de milhares de *tutsis* e *hutus* moderados em 1994.

termo que dê conta de abarcar todas as especificidades culturais de grupos tão numerosos e distintos, ou mesmo se isso seria necessário. Pois afinal “todas as culturas estão envolvidas entre si, nenhuma delas é única e pura, todas são híbridas, heterogêneas.”⁸⁹

Dito isso, Donald Wright, em seus estudos sobre tradições orais na Senegâmbia a respeito de povos falantes das línguas Mande e do tronco linguístico Atlântico Ocidental, destaca que a determinação étnica na região parece ter mais relação com hábitos sociais, cultura e cotidiano do que necessariamente com laços restritos de parentesco ou ancestralidade.⁹⁰ Desse modo, é importante ter em mente que os grupos a seguir não representam uma unidade fechada e singular, tampouco uma continuidade linear das etnias existentes hoje na África Ocidental, mas sim uma caracterização mais geral dos principais agrupamentos humanos da Senegâmbia no momento de contato com o mundo atlântico, na medida em que distinções, fossem elas linguísticas, fenotípicas, político-sociais ou culturais, suscitarão algum tipo de demarcação identitária entre os mesmos - e mais tarde entre os portugueses e demais estrangeiros.

A densa fragmentação de numerosos pequenos grupos etnolinguísticos na Guiné em um “funil de poeiras étnicas”,⁹¹ é uma problemática relevante por si só, uma vez que as demarcações ou identidades africanas observadas por viajantes e comerciantes europeus acabam mais por nos dizer sobre os últimos que os primeiros. Apesar dessas limitações, tentaremos abordar as movimentações e características das principais populações que compõem a Grande Senegâmbia, uma vez que são agentes fundamentais no desenvolvimento do comércio atlântico e na própria história da região.

Organização social na Senegâmbia

Convencionalmente o rio Gâmbia é descrito como uma fronteira natural na Senegâmbia, dividindo-a em parcelas norte e sul. Tal divisão é reforçada pelas zonas ecológicas distintas entre o norte e o sul do rio, assim como pela ordem e variedade de mercadorias produzidas nas regiões de clima mais seco e mais úmido, respectivamente.⁹²

⁸⁹ SANTOS, Beatriz Carvalho dos. *Entre mouros e cristãos: os mandingas da “Guiné de Cabo Verde” (séc. XVI e XVII)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013. p.65.

⁹⁰ WRIGHT, Donald R. *Beyond migration and conquest: Oral traditions and Mandinka ethnicity in Senegambia*. *History in Africa*, v. 12, 1985. p. 335-348.

⁹¹ PÉLISSIER, René. *História da Guiné: portugueses e africanos na Senegâmbia (1841-1936)*. Lisboa: Editorial Estampa, 2001. p. 39.

⁹² BARRY. *Senegambia and the Atlantic slave trade*. p. 32.

Enquanto ao norte do Gâmbia existiam sociedades hierarquizadas, organizadas em estruturas que se assemelham à cidades-estado e reinos para muitos observadores europeus,⁹³ na região de florestas tropicais e inúmeros rios, verifica-se a presença de grupos descentralizados, com fronteiras flexíveis e movimentação difusa.

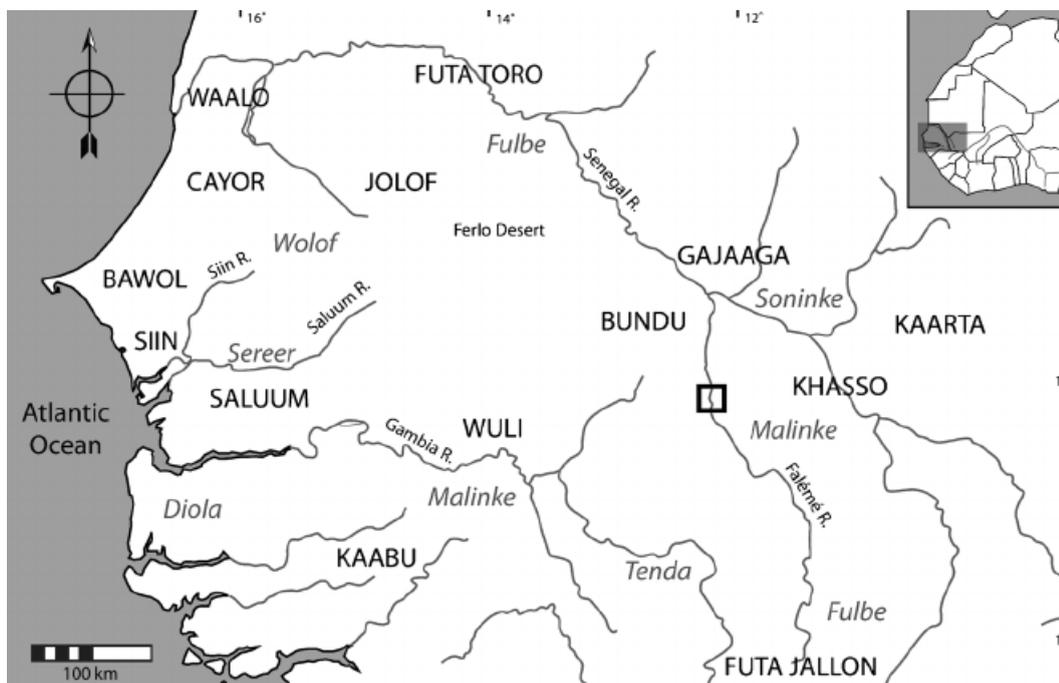
Entretanto, tal divisão é acima de tudo uma abstração da realidade social da Senegâmbia, e por muito tempo serviu para manter uma visão estereotipada de que o Sul se encontraria atrasado em relação ao Norte da região, por este ser lar de organizações sociais mais centralizadas e hierarquizadas, como os Jalofos, por exemplo. Deve-se evitar uma generalização entre norte-centralizado e sul-descentralizado, que não corresponde à realidade material de diversas unidades políticas em uma região cuja organização social é bem mais complexa do que a simples noção de centralidade. Já no século XVI, com o desenvolvimento do comércio costeiro e a gradual elevação da importância econômica da Senegâmbia, observa-se uma maior aglutinação de estruturas sociais distintas em torno do rio Gâmbia, estabelecendo cidades e postos comerciais em seu curso, por conta da importância adquirida pelo rio no comércio atlântico.

Não temos a pretensão de apresentar todos os numerosos grupos, pequenas e grandes cidades ou reinos que fazem parte dessa história, tarefa árdua e pouco proveitosa para o escopo geral da pesquisa, mas buscaremos aqui apresentar os principais etnônimos que aparecem na bibliografia sobre o tema e no relato do cabo-verdiano André Alvares de Almada para uma síntese da organização social na Senegâmbia.

O *Tratado Breve* de Almada, aliado às interpretações baseadas nas tradições orais e na história ecológica da região, presentes em parte considerável historiografia da região, serve como base para ilustrar as configurações sociais na Grande Senegâmbia do século XVI. Suas impressões, registros, interesses e preconceitos constituem uma importante fonte histórica, que revelam não apenas a visão de mundo do homem por trás do relato, mas também tensões e relações englobando agentes africanos, comerciantes e potências coloniais europeias.

⁹³ André Alvares de Almada chama as unidades políticas de nações, e se refere às autoridades por vezes como rei, por vezes de acordo com seu título local, como *fárim* ou *burba*

Figura 2 - Mapa da Senegâmbia com unidades políticas e principais grupos étnicos



Fonte: GOKEE, Cameron. Crafting, cooking, and constructing histories: Women and the politics of everyday life along the Falémé River (ca. AD 1000–1900). *African archaeological review*, v. 31, n. 2, p. 233-263, 2014.

Os jalofos habitavam o sul do Rio Senegal. Suas origens podem ser traçadas a partir do enfraquecimento do Império do Gana, no século VIII, que dominava boa parte do vale do Senegal, e impulsionou uma série de ondas migratórias em direção à Senegâmbia, entre elas destacam-se os sereres, tuocolores, fulas e jalofos.⁹⁴ A crise no Império do Mali, já no século XIII, favoreceu a formação da Confederação Jalofa, congregando, além do reino Jalofa propriamente dito, as províncias vassalas de Salum, Ualo, Caior, Baol e Sine,⁹⁵ sendo essa última de maioria Serere. Sua sociedade caracterizou-se por ser bastante hierárquica, e sua produção agrícola consistia, sobretudo, de cereais como milho e sorgo.

Hierárquica e centralizada, comentadores da época destacaram o sistema de tributação aos líderes jalofos, que se encontravam unificados na Confederação sob a liderança do Grão-Jalofa, soberano que residia no interior:

“Nesta costa se acha muito âmbar, e o Rei do sertão dela tem muita quantidade dele, porque de todo o que acham os negros lhe dão sua parte, e tem tanta quantidade, que tem dentro nos seus paços feito um modo de casa

⁹⁴ BARRY. *Senegambia and the Atlantic slave trade*. p. 6.

⁹⁵ Aparecem na bibliografia em inglês e nos mapas como: Saalum, Waalo, Kajoor, Baol e Siin.

de barro, como forno de cozer pão, e o tem cheio dele e em muita estima, dizendo que é cousa que vaie muito entre nós.”⁹⁶

Os jalofos aparecem na documentação como um grupo islâmico, embora sua linha de sucessão fosse matrimonial, segundo Almada,⁹⁷ e cobravam tributos de diversos povos espalhados ao longo da costa, situados dentro de sua área de influência.⁹⁸ Apesar dos governantes se apresentarem como islâmicos, Alberto da Costa e Silva argumenta que o grosso da população mantinha costumes e práticas tradicionais, inclusive desafiando o Islã. Sua permanência no poder, segundo o autor, dependia de uma conciliação constante entre seus apoiadores muçulmanos e seus súditos pagãos.⁹⁹

André Donelha diz que a adesão ao Islã entre os jalofos era recente, não mais do que um século, e que representantes de diferentes religiões conviviam no reino sem grandes problemas:

“(…) estes jalofos eram gentios, há menos de oitenta anos que tomaram a lei de Mafamede, vivem no seu reino judeus portugueses e portugueses cristãos, que andam lá lançados a resgatar, e franceses, mas não consentem que haja disputa quais das leis é melhor: diz que cada um faça seu proveito e vivam como quiserem.”¹⁰⁰

O poderio da Confederação seria abalado somente no final do século XV, com a invasão fula liderada por Koli Tengela,¹⁰¹ mas sua formação, dois séculos antes, teve por consequência o recuo do domínio do Mali para o sul do rio Gâmbia. Durante seu auge, a Confederação Jalofa dominou boa parte das terras entre os rios Senegal e Gâmbia, e foram os jalofos alguns dos primeiros africanos a entrar em contato com as caravelas portuguesas na costa da Senegâmbia.

Ainda mais ao sul da Confederação Jalofa habitavam os povos de língua serere, também originados do vale do rio Senegal, mas que se opunham tanto ao domínio jalofa quanto à propagação islâmica. Embora Costa e Silva descreva os sereres, assim como os jalofos, como uma sociedade hierarquizada,¹⁰² Boubacar Barry destaca as tentativas de

⁹⁶ ALMADA, A. *Tratado Breve dos rios de Guiné do Cabo Verde dês do Rio Sanagá até os Baixos de Santa Ana*. p. 251.

⁹⁷ *Ibid.*, pp. 235-236.

⁹⁸ MALACCO, Felipe da Silveira. *O Gâmbia no mundo atlântico: fulas, jalofos e mandingas no comércio global moderno (1580-1630)*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2016. p. 40

⁹⁹ SILVA. *A Manilha e o Libambo*. p. 162.

¹⁰⁰ Memorial de André Donelha a Francisco Vasconcelos da Cunha (1625) p.121 in: BRÁSIO, António. **Monumenta Missionária Africana**, 2ª série Vol. V África Ocidental (1623-1650). 1979.

¹⁰¹ BARRY. *Senegambia and the Atlantic slave trade*. p. 38.

¹⁰² SILVA.op.Cit, p. 160.

manutenção de sociedades mais igualitárias entre alguns grupos Sereres nas proximidades dos reinos de Sine e Salum, a despeito das pressões sofridas pela Confederação Jalofa.¹⁰³

Entre os sereres destacam-se os chamados barbacin, descritos por Almada como “gentios” por não seguirem o Islã,¹⁰⁴ e os pescadores niominka, habitantes do delta do rio Salum, cujas sociedades igualitárias manejavam as tensões vindas do norte, pelos Jalofos, e do sul, pelos mandingas, ao mesmo tempo em que desempenhavam um importante papel no comércio de sal da região.¹⁰⁵ Os barbacin ocupavam, no litoral, as regiões dos portos D’Ale e Joala, que aparecem bastante na documentação consultada como um local de intenso comércio, onde fora construída uma aldeia onde residiam alguns mercadores lusitanos, sob a proteção do soberano barbacin.

Por conta de sua localização geográfica e sua navegabilidade, o rio Gâmbia era comercialmente importante para rotas mercantis vindas do norte, do sul e do interior, fomentando o comércio intra-regional e a complementaridade de um mercado intenso e diversificado. Em direção ao norte eram levados ouro, escravizados, noz de cola, marfim, cera e âmbar, enquanto a Senegâmbia, ao sul, recebia, entre outras mercadorias, sal, cobre e roupas de algodão. O Gâmbia servia como uma importante rota comercial entre produtos que existiam de um lado do rio mas não do outro.

Foi através do rio Gâmbia que o Império Mali promoveu sua expansão em direção à costa, fundando em seu caminho numerosas cidades e principados em ambas as margens do rio desde o século XII. Os habitantes dessas cidades são chamados de mandingas.¹⁰⁶ Os mandingas foram a principal unidade política da região a partir do final do século XV, quando a Confederação Jalofa entrou em declínio, até pelo menos o século XVII. O processo de expansão mandinga e fundação de diversos principados na região do Gâmbia se deu pela deslocação ou absorção de numerosas populações nativas, com organizações sociais baseadas em linhagem e parentesco, como os beafares, felupos, balantas, papéis, banhuns, e бага, cujos descendentes hoje vivem entre o Gâmbia e Serra Leoa.¹⁰⁷

Os mandingas, enquanto um povo também majoritariamente islâmico, tiveram sua expansão comercial intimamente relacionada à expansão de sua fé,¹⁰⁸ uma vez que o comércio e a religião, no mundo islâmico, caminham lado a lado, conforme muito já se argumentou ao

¹⁰³ BARRY. *Senegambia and the Atlantic slave trade*. p. 17.

¹⁰⁴ ALMADA. *Tratado*. p. 258.

¹⁰⁵ BROOKS, George E. *Eurafricans in Western Africa: Commerce, social status, gender, and religious observance from the sixteenth to the eighteenth century*. Ohio University Press, 2003. p. 7.

¹⁰⁶ Também chamados de malinké, mandingo, mandinka e maninka.

¹⁰⁷ BARRY. opCit. pp. 7-19.

¹⁰⁸ MOTA, T. H. *A Outra Cor de Mafamede: Aspectos do islamismo da Guiné em três narrativas Luso-Africanas (1594-1625)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2014.

tratar do desenvolvimento histórico do Islã. Entretanto, o mesmo pode-se perfeitamente dizer do Cristianismo, sobretudo quando falamos do período moderno e da temática das chamadas grandes navegações, inseridos também nos debates do Mundo Atlântico. Algumas pesquisas recentes no Brasil têm elucidado aspectos específicos acerca do Islamismo na Senegâmbia, sobretudo entre os mandingas, contribuindo para a reflexão atual ao levantar debates que giram em torno do racismo e intolerância religiosa, ainda que inseridos no contexto geral do ultramar português.¹⁰⁹

Para a presente pesquisa, convém considerar as organizações mandingas como unidades políticas bastante relevantes no momento de colisão com o mercado transatlântico, bem como para o posterior desenvolvimento da região em torno do rio Gâmbia em um ponto chave do mundo atlântico. Embora fossem tributários do *Mandimansa*,¹¹⁰ governante do Império do Mali, os principados mandingas gozavam de relativa autonomia, pelo menos até a ascensão do reino de Gabu - processo diretamente relacionado à inserção da Senegâmbia ao mercado atlântico.¹¹¹

Ao sul do Gâmbia, coexistindo dentro da zona de influência do Mali, residem várias sociedades com poder baseado em linhagens familiares - em contraposição às organizações jalofas e mandingas. Esses grupos, ao contrário dos cultivadores de milhete ao norte, distinguem-se pela agricultura de arroz, principalmente em terras alagadas e úmidas. Aqui, as sociedades banhuns, beafares, balante, felupes, cocoli, landuma, nalu e бага compartilham um ambiente de manguezais e terras atravessadas por rios e córregos. O historiador Christopher Wondji, em seu capítulo no volume V da História Geral da África, apresenta um panorama geral da região às vésperas do século XV:

A maioria dos povos que viviam neste setor já estava no lugar quando da chegada dos portugueses, como o atesta A. Cà da Mosto [Cadamosto] e V. Fernandes . Três principais grupos ocupavam os estuários e os vales baixos dos rios: os bainuk ou banyun, povo de origem mande vindo do Leste no século XIV; os joola [diola], sem dúvida, vindos do Sul (rio Cacheu) antes do século XV; os balante, originários do Leste e que se impuseram aos bainuk antes do século XV. A esses grandes grupos atrelam-se os pequenos povos, seus aparentados entre eles, do litoral e da hinterlândia imediata: kassanga, papel, biafada, bijagó. Atrás de tais grupos litorâneos, nas bacias médias e superiores dos rios situados entre a Gâmbia e o Rio Grande, encontravam-se os mande [mandingas] que, vindos do Leste a partir do século XII e XIII, impeliram os outros povos para o Oeste, em direção ao

¹⁰⁹ Ver: MOTA. *A Outra Cor de Mafamede*. e também SANTOS. *Entre Mouros e Cristãos*.

¹¹⁰ Título do governante do Império Mali.

¹¹¹ Outros nomes para Gabu podem ser: Kaabu, Gabou, Gabo ou Cabo.

mar. Após a vinda de tais mande, no século XV, chegavam os fulbe [fulas], originários do Macina.¹¹²

Tais grupos, até mesmo por conta de sua estrutura social e descentralização política, apresentam mudanças significativas de uma localidade para outra: os diolas, ou felupes, que hoje compreendem a maior minoria étnica da região, se organizavam de maneira bastante diversa dependendo de onde estão estabelecidos, ao ponto em que passam a representar e se constituir como grupos distintos, mesmo dentro do “guarda-chuva étnico” dos diolas.¹¹³ Nesse sentido, uma síntese histórica rigorosa sobre a disposição dessas populações perde sentido, e opta-se por tratá-las de um ponto de vista mais abstrato, em respeito à complexidade e flexibilidade de suas organizações sociais, políticas e culturais.

Comerciantes bainuks, também conhecidos como banhuns e beafares, juntamente com mercadores mandingas, tinham um papel preponderante na organização e desenvolvimento do comércio na região. Através de suas almadias, pequenas embarcações que realizavam a navegação fluvial e na costa oceânica, esses grupos passaram a controlar o comércio dos rios do sul até a ponta de Cabo Verde pelo menos desde o século XII.¹¹⁴ Nessa extensa rede mercantil, mercadorias como ferro e produtos têxteis eram trocados por valiosos produtos das florestas, como a pimenta malagueta, índigo e a noz-de-cola, sendo essa última um produto comercializado há centenas de anos, valorizada por suas propriedades medicinais e pela grande fonte de proteínas que dela faziam um dos principais alimentos da região.

Muitos desses pequenos grupos ocupavam áreas muito maiores antes das movimentações mandingas, quando foram afastados ou integrados aos povos de língua mande. Entre especialistas baseados nas tradições orais e evidências arqueológicas, a tese de que a expansão mandinga deu-se a partir de violenta conquista vem sendo cada vez mais desconsiderada, em favor de análises sobre uma aproximação cultural, a partir de um processo de “mandiganização” de diferentes populações.¹¹⁵

Ainda assim, o século XV apresenta comunidades humanas, espacialmente dispersas e distintas dos mandingas, que, enquanto assumem uma posição secundária no comércio da região, sofreram significativas transformações ao longo do contato com portugueses, na inclusão da Senegâmbia no mercado atlântico e no tráfico de africanos escravizados. A

¹¹² WONDJI, C. *Os Estados e as Culturas da Costa da Alta Guiné*. p. 443.

¹¹³ BAUM, Robert M. *Shrines of the slave trade: Diola religion and society in precolonial Senegambia*. Oxford University Press, 1999. p. 63.

¹¹⁴ RIBEIRO, F. A. C. *No rastro do Viajante: Cabo Verde e a Senegâmbia no Tratado Breve de André Álvares de Almada (1550 - 1625)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2016. p. 43.

¹¹⁵ WRIGHT. *Beyond Migration and Conquest*. p. 338.

análise de Hawthorne sobre a completa reordenação da estrutura social do grupo balanta frente às razias para capturar cativos no continente é um dos melhores exemplos dessas transformações.¹¹⁶

Entre 1480 e 1490, os pastores Fulas, liderados por Koli Tengela, deixaram a região da Macina,¹¹⁷ em direção à Senegâmbia, ocupando a região montanhosa de Futa Jalom e entrando em conflito com diferentes reinos e povos da região, entre eles as cidades mandingas.¹¹⁸ Esse movimento de expansão se caracterizou como um dos maiores eventos de dimensão política e social na Senegâmbia, reordenando equilíbrios de poder anteriores e a disposição espacial de várias comunidades. Almada descreve que os invasores fulas eram tão numerosos, que, cada fula portando apenas uma pedra, construíram com elas uma ponte por sobre o rio Gâmbia:

“Vieram determinando de passar este exército da outra banda; não havendo embarcações para isto, sendo o Rio de uma légua, o entulharam de pedras, de maneira que passou todo o exército; afirmam muitos que era tanta cópia de gente que não foi necessário mais que trazer cada soldado uma pedra. Seja como for, eles entupiram o Rio, e passou todo o exército e bagagem, que era muito grande, porque traziam muita gente de cavalo, muitos camelos, burros, soma de vacas, com que iam marchando [...] foi este exército espantoso, nunca visto outro tamanho campo entre aquelas nações destruindo e assolando tudo, passando pela terra dos Mandingas, Cassangas, Banhuns e Buramos, que eram mais de cem léguas de terra até chegar ao Rio Grande, terra dos Beafares aonde foram os fulos rotos e vencidos.”¹¹⁹

Entretanto, os fulas, povos tradicionalmente nômades e pastores, não se estabeleceram permanentemente às margens do Gâmbia tal qual os Jalofos e principalmente os mandingas. A relação de fulas e mandingas a partir do século XVI é, inclusive, descrita como de sujeição dos primeiros aos povos de origem mande,¹²⁰ portanto, o processo de invasão fula no final do século XV, ao passo em que reordenou a organização política de muitas sociedades, não modificou estruturalmente a posição mandinga no rio Gâmbia, assim como a estruturação das rotas comerciais da região.

Do século XVI em diante os fulas se instauraram no norte do rio Senegal, e também no interior, geograficamente acima do território jalofa. Eram grandes mercadores, sobretudo

¹¹⁶ HAWTHORNE, Walter. *Planting Rice And Harvesting Slaves: Transformations Along The Guinea-Bissau Coast*. Portsmouth: Heinemann, 2003.

¹¹⁷ Região do atual Mali.

¹¹⁸ Séculos mais tarde, em 1725, o Futa Jalom foi o palco da primeira grande *jihad* da África Ocidental, quando pastores fulas e comerciantes mulçumanos estabeleceram o Imamato do Futa Jalom

¹¹⁹ ALMADA. *Tratado*. p. 281-282.

¹²⁰ MALACCO. *O Gâmbia no Mundo Atlântico*. pp 39-40.

de couro por serem grandes criadores de rebanhos de gado, mas esse comércio foi provavelmente cada vez menos voltado para Portugal, ao menos diretamente. Um relato da época descreve como os Fulas possuíam rebanhos em quantidade tão grande, que lhes era possível comprar todos os bens de um navio mercante apenas com seus animais:

“(…) chegando um navio carregado de mercadorias todas lhas compram com vacas e dão ao mercador escrito para algum labrador da quantidade que lhe há de dar, com obrigação de as ter em seu poder até lhe serem pedidas. Com estas vacas resgata depois o mercador ouro, cavalos, escravos e outras mercadorias, e passa escritos para o lavrador em cujo poder estão.”¹²¹

Com todos esses processos em perspectiva, as maiores mudanças promovidas nesse período foram o estabelecimento, por parte de seguidores de Koli Tengela, do reino fula Denianke no vale do rio Senegal e, conseqüentemente, o enfraquecimento da Confederação Jalofa e o recuo das influências do Império do Mali no interior. A dinastia Denianke forneceu as bases para uma consolidação política no vale do Senegal, sobretudo através do uso da terra e da organização social e econômica dentro de um sistema político coeso.

No final do século XV, seu estabelecimento coincidiu com o crescimento das relações luso-africanas, o tráfico de escravizados e o processo aqui estudado de incorporação da Senegâmbia ao Mundo Atlântico. Dessa forma, no momento em que os primeiros portugueses passam a tecer relações comerciais com líderes e grupos africanos, a Senegâmbia é lar de diversas unidades políticas, com distintas organizações sociais e zonas de influência, tanto conflitantes como complementares.

História regional: ecologia e oralidades

As fronteiras e a própria identidade criada através da mobilização dessas populações até o século XV não são nítidas, ao contrário, se mostram bastante flexíveis, sobretudo por conta da complexidade das migrações, conquistas e sobretudo processos de interação, trocas e hibridismo cultural entre diferentes grupos.¹²² Por um lado, tal constatação salienta a dificuldade de identificar, sem cair nas armadilhas do conceito de etnia, a realidade sociocultural das populações na Senegâmbia. Por outro, isso posteriormente nos chama atenção para o processo de identificação e preocupação com identidades africanas, tanto nos

¹²¹ BRÁSIO, António. *Monumenta Missionaria Africana, África Ocidental (1570-1600)*. 2ª série. Volume IV p.164, 1968.

¹²² WRIGHT, Donald R. *Beyond migration and conquest*: pp. 338 - 340.

registros de viajantes europeus, como na catalogação de etnias dos cativos transportados em navios negreiros saindo da Senegâmbia, que, até as últimas décadas do século XVI, era uma das principais localidades para o comércio transatlântico de escravizados.

Há, entretanto, poucos registros escritos sobre a Senegâmbia antes de 1450. Sabemos que os chamados rios da Guiné, em especial o Senegal e o Gâmbia, com grandes extensões e saída para o Atlântico, foram ao longo dos séculos importantes fatores para que diferentes reinos se estabelecessem na área costeira. Rios navegáveis serviam para o escoamento de produtos e eram essenciais para o comércio entre distintas zonas ecológicas africanas.¹²³

As longas secas e os períodos de chuvas, bem como a ecologia única da região – situada entre o deserto do Saara e a zona de florestas tropicais – foram também processos importantes na movimentação de inúmeros grupos pela região. Ao mesmo tempo, durante todos esses séculos, as populações da Senegâmbia sempre estiveram sujeitas às influências externas, em torno das órbitas de Impérios maiores, como o Gana até o século VIII, e depois o Mali, por conta de sua grande dependência do comércio transaariano e da importância econômica e política direcionada ao Rio Níger, longe da costa.

Dessa forma, ao longo da pesquisa percebemos três diferentes abordagens nas tentativas de melhor visualizar e compreender a história da Senegâmbia antes da Era Moderna: uma delas é a história voltada para os processos ecológicos específicos da África Ocidental, com ênfase na história da Senegâmbia a partir de mudanças ambientais, entendidas como fator crucial na mobilização de pessoas, formação de reinos e no próprio entendimento do que foi e é essa região até os dias de hoje; outra forma é o resgate da tradição oral, crucial na análise de grupos etnolinguísticos, migrações, guerras e intercâmbios culturais entre diferentes populações africanas, onde oralidade e história não podem ser entendidas separadamente enquanto formas de reconstruir o passado; e por fim, a percepção da Senegâmbia como uma região isolada até o século XV, ou, como diz Boubacar Barry, um *cul de sac* do Oeste africano,¹²⁴ faz com que, em alguns casos, procure-se compreender sua história a partir de fatores externos, relacionando sua trajetória a efeitos advindos de reinos maiores, cujas informações acerca do período anterior ao século XV são mais bem documentadas, e que possuíam maior centralidade política e econômica na África dita “medieval”.

¹²³ BROOKS, George E. *Western Africa to c/1860 AD: A Provisional Historical Schema Based on Climate Periods*. African Studies Program, Indiana University, 1985. p. 13.

¹²⁴ BARRY. *Economic anthropology of precolonial Senegambia*. p. 28-29.

Das possibilidades de analisar as estruturas sociais, políticas, culturais e econômicas da Senegâmbia pré-atlântica, destacamos, além de uma história mais tradicional e focada em grandes eventos e estruturas políticas, os diálogos com a história ambiental e a história oral, que vêm recentemente conseguindo espaço no fazer historiográfico. Não é pretensão dessa análise comparar tais abordagens, uma vez que elas não se excluem, ao contrário, juntas contribuem para um entendimento mais amplo da realidade desse espaço, mesmo com os desafios que surgem ao analisar a história africana nesse período. Entretanto, convém destacar, com base na bibliografia existente sobre a África Ocidental antes do século XV, a relevância de outros saberes históricos, que não o registro escrito da história tradicional, para que a história da região até o século XV seja melhor compreendida e analisada. Sendo assim, ao resumir a estrutura social, política, cultural e ambiental da Senegâmbia às vésperas do contato com os portugueses, é imprescindível mencionar tais estudos.

A chamada história ecológica, ou ambiental, ou mesmo eco-história, vem recebendo foco crescente em diferentes trabalhos acadêmicos nas últimas décadas, fruto sobretudo do entendimento de que a história humana não é alheia ao mundo natural, mas sim totalmente interligada a ele.¹²⁵ Seja na dependência e adaptação humana aos diferentes climas, vegetações, solos e animais espalhados pelo globo, no impacto de desastres ambientais e mudanças climáticas sobre populações inteiras, forçando reordenações das mais diversas ordens, ou, como diferentes estudos vêm demonstrando, no impacto das ações humanas sobre a natureza, sobretudo após a Revolução Industrial, há uma inegável relação entre a história dos homens e o meio ambiente.

Essa relação é especialmente nítida para a Senegâmbia e os processos históricos lá desencadeados. De acordo com James Searing, a história da região no continente africano se mistura com sua ecologia particular.¹²⁶ Os padrões históricos de movimentação de populações, assentamento e sua própria identidade refletem os sistemas ecológicos da região, que interagem e são manipulados de diferentes maneiras por comunidades humanas.

Geograficamente interligada com o deserto do Saara ao norte, ao sul com as florestas tropicais e o maciço do Futa Jalom, e com o Oceano Atlântico a oeste, a Senegâmbia pode ser

¹²⁵ Dentro do campo específico existem diferenças entre elas, mas aqui preferimos abordar o tema a partir de uma síntese de sua abordagem: enquanto metodologia histórica que compreende fenômenos e interações com fauna, flora e mudanças climáticas. Para uma discussão aprofundada sobre as dimensões da história ambiental, em relação com a formação do mundo moderno e seus impactos globais, ver: RICHARDS, John. *The World Hunt: An Environmental History of the Commodification of Animals*. Univ of California Press, 2014.

¹²⁶ SEARING, James F. *West African Slavery and Atlantic Commerce: The Senegal River Valley, 1700-1860*. Cambridge University Press, 2003. pp. 1 - 6.

vista como um espaço de zonas ecológicas distintas, importantes tanto para configuração social dos grupos humanos ali habitando, como para as dinâmicas comerciais de produção e circulação de diferentes mercadorias. Como vem sendo analisado na presente pesquisa, tais dinâmicas se desenvolvem ainda mais aceleradamente a partir da abertura do mercado atlântico no século XV.

No Futa Jalom nascem não apenas os rios Gâmbia e Senegal, dois dos principais cursos de água doce da África Ocidental, como também muitos outros, como os rios Grande, Geba, Corubal, Nunez e Casamansa, Cacheu, para dizer alguns, que compõem o que viria a ser chamado de Rios da Guiné do Cabo Verde. Até meados do século XV o Futa Jalom era parcialmente ocupado pelo Império Mali, que, durante seu apogeu, exerceu forte influência sobre boa parte da Senegâmbia ao sul do Rio Gâmbia.¹²⁷ Nas últimas décadas do século XV, a invasão fula ao Futa Jalom ocasionou mudanças massivas na região, tanto politicamente, quanto demograficamente.¹²⁸

O controle sobre esse espaço parece ter sido um fator determinante na ordenação das estruturas sociais, políticas e econômicas de boa parte da Senegâmbia, sobretudo pelo fato de, até a abertura do Atlântico para o comércio, foram os rios originados no Futa Jalom as principais rotas comerciais que interligaram economicamente a Senegâmbia com outras áreas do Oeste africano. Por rotas comerciais não queremos implicar na primazia das redes fluviais sobre as rotas costeiras caravaneiras na Grande Senegâmbia, visto o destaque do comércio caravaneiro para boa parte do continente, mas também ressaltar a função de complementaridade dos rios para as redes mercantis da região, ao interligar zonas costeiras e o interior velozmente através dos cursos d'água, movimentando mercadorias de zonas ecológicas distintas e permitindo o estabelecimento de comunidades humanas ao longo de seus cursos.

Após o século XV, essa complementaridade entre os diferentes ecossistemas, compreendendo mercadorias distintas a partir de distintas zonas ecológicas, não desapareceu, ao contrário, foi incorporada ao sistema atlântico. Inclusive, isso se torna um aspecto fundamental do comércio lusitano por toda a costa da Senegâmbia, comercializando produtos encontrados em determinados pontos da costa, em seguida levando esses mesmos bens para locais onde eles são bastante procurados.

George Brooks, em sua obra *Landlords and Strangers*, chama a atenção para as mudanças climáticas nas movimentações humanas na Senegâmbia, ilustrando como a

¹²⁷ BARRY. *Senegambia and the Atlantic slave trade*. p. 6.

¹²⁸ RODNEY. *A History of the Upper Guinea Coast*. p. 11.

trajetória histórica da região na longa duração pode ser acompanhada através de ciclos climáticos. Fome, seca e chuva são fenômenos naturais que interagem dialeticamente com sociedades há milhões de anos, e devem ser colocados na balança de qualquer análise que se proponha a compreender as dinâmicas de comunidades humanas, especialmente aquelas anteriores à Revolução Industrial. No caso da Senegâmbia, Brooks, baseando-se em estudos sobre a evolução histórica do clima na região, constata que a própria consolidação de um comércio transaariano deve muito ao fim de um longo período de secas que durou até 300 AC. Pelos seis séculos seguintes as condições ecológicas melhoraram suficientemente para permitir a articulação de um comércio de longa distância, e, provavelmente, um maior povoamento e ocupação daquele espaço.¹²⁹

A partir do século IV intercalaram-se períodos de chuvas abundantes, moderadas e de secas. Tais mudanças nas condições ambientais, em última instância, acabam por desafiar os habitantes africanos a se adaptarem em direção a melhores condições de vida, utilizar as estações do ano para maior produtividade nas colheitas e, como resultante desse processo, surgem condições mais favoráveis para o aprofundamento das relações econômico-sociais na região.

A investigação histórica a partir da ecologia e dos aspectos ambientais, neste caso em específico das evoluções climáticas na Senegâmbia, além de atrair nossa percepção para um importante aspecto das migrações e movimentações de populações humanas - e demonstrar que as histórias humana e ambiental caminham juntas - acaba também por complementar as análises baseadas em tradições orais que buscam compreender os padrões de interação de sociedades africanas antes de 1500. Por fim, tal abordagem nos instiga também a pensar a história africana através de marcos não europeus ou ocidentais, que levem em conta a especificidade das regiões africanas em uma tentativa, extremamente válida, de combater historicamente o eurocentrismo.

No que concerne às sociedades da Senegâmbia, os mitos e histórias de fundação, relatando a origem das sociedades, seus heróis fundadores e processos de conquista, fuga ou estabelecimento, têm sido cada vez mais resgatados por historiadores, antropólogos e outros estudiosos para compreender seu passado. Tal movimento é consideravelmente recente, e sem dúvidas ainda possui muitos desafios a serem superados, inclusive dentro das correntes que procuram se apropriar das tradições orais como documento histórico.¹³⁰ Nesse sentido, ainda

¹²⁹ BROOKS, George E. *Landlords and strangers*. p.7.

¹³⁰ BARRY, Boubacar. *Senegâmbia: o desafio da história regional*. SEPHIS, 2000. pp. 5-20.

que a pesquisa não trabalhe diretamente com a história oral como fonte de observação histórica, deve-se ressaltar a importância da oralidade para a compreensão da Senegâmbia, sobretudo para os estudos envolvendo numerosos grupos etnolinguísticos e sociedades descentralizadas que habitam a região.

Um exemplo são as histórias orais da trajetória e fundações de sociedades, que fornecem bases sólidas para analisar as migrações populacionais na Senegâmbia.¹³¹ Tais processos - formação e estabelecimento de populações - sempre estão acompanhados de movimentações humanas em consequência de ações políticas, culturais, ambientais, em suma, de processos históricos. Assim, boa parte das informações aqui apresentadas sobre populações como os mandingas, jalofos, balantas, fulas, felupes, entre muitas outras, são fruto, direta ou indiretamente, do resgate de tradições orais como importantes registros históricos incorporados à bibliografia especializada da região.

Apesar da distância, tanto temporal como espacial, em que se situa a presente pesquisa de seu objeto, o que é um dos grandes motivos para uma maior dificuldade em trabalhar diretamente com a problemática da história oral, ao longo da pesquisa percebemos que existem outras maneiras pela qual a oralidade se faz presente. E uma delas, talvez a principal, é na própria documentação analisada, nos registros de mercadores, viajantes e missionários europeus, que descrevem a costa da Senegâmbia, o arquipélago de Cabo Verde juntando suas opiniões pessoais, impressões visuais e juízos de valores com o que eles ouviram de *outros*.

Sem dúvidas, muitas vezes esses outros eram simplesmente súditos europeus, moradores de Cabo Verde ou portugueses lançados,¹³² já com um maior conhecimento dos povos do continente, seus costumes e suas histórias. Mas o conhecimento não circulava somente a partir desses sujeitos, muito pelo contrário, a maior parte das informações e saberes sobre a Senegâmbia vinham diretamente do contato de estrangeiros com nativos e das histórias transmitidas pelos últimos. Mesmo os lançados, mercadores veteranos e capitães que muito já conheciam sobre a Senegâmbia, e que serviram de comunicadores para alguns dos principais registros com que trabalhamos como documento histórico, receberam seus conhecimentos de gente da terra.

Vinculando as temáticas aqui tratadas da história ambiental com a história oral, uma passagem do relato de André Donelha ilustra precisamente a oralidade atuando na transmissão do conhecimento básico de aspectos ecológicos (porém também fundamentais para aspirações

¹³¹ WRIGHT. *Beyond Migration and Conquest*. pp. 340-343.

¹³² Lançados, ou tangomaos, foi o termo designado para agentes comerciais que foram enviados pela coroa para estabelecer relações comerciais na região, e povoaram as primeiras vilas e habitações no continente. Com o tempo, estes sujeitos desenvolveram políticas e hábitos próprios, separados dos interesses metropolitanos.

econômicas) da Senegâmbia, quando dois sacerdotes islâmicos mandingas, chamados de *bixirins*, respondem à uma pergunta de Donelha sobre onde nasce o rio Gâmbia:

(...) responderam os bixirins que com ele achei: haveis de saber que sobre a Serra Leoa no sertão, da parte de onde nasce o sol, corre uma serra mui alta e comprida, do norte para o sul, desta serra saem os rios que vão à Serra Leoa, Bagara Bomba e outras partes, os quais rios correm para a banda de onde se põe o sol, e da mesma serra correm e nascem outros rios, em especial cinco que correm para o oriente, de onde nasce o sol, e todos se metem em uma grande lagoa, tão grande que não se vê terra de uma parte à outra (...)¹³³

Embora o nome Futa Jalom não seja mencionado (e por que seria?) é bastante óbvio que os sacerdotes estão falando dessa região montanhosa, de onde nascem os muitos rios em que Donelha e seus compatriotas chegam para comercializar, buscando ouro, marfim, escravizados e também a cera de abelha.

Este é apenas um exemplo, mas que demonstra que boa parte do conhecimento sobre a região que analisamos na documentação da pesquisa não vem somente dos enunciadores do texto, ou de seus conterrâneos. Mesmo entre os lançados, que se distanciam da vivência estrangeira e se tornam os verdadeiros intermediários do comércio na costa, essa posição só acontece precisamente pela aproximação com a população nativa, geralmente através de casamentos. Por fim, isso não significa dizer que não há conflitos na documentação, ou que a oralidade aqui discutida não deve ser alvo de dúvidas.

O complexo mercantil de Cabo Verde, 1570-1600: disputas entre a coroa, corsários e a competição comercial com outros europeus

Aqui, é analisada uma série de documentos que datam de 1570 a 1600, compilados por António Brásio em um dos volumes do Monumenta Missionária Africana, que trata especificamente do arquipélago de Cabo Verde e da Guiné,¹³⁴ com a proposição de que tais registros podem ser analisados em múltiplas dimensões. Busca-se elucidar dois temas em específico: em um panorama mais geral, a posição e os interesses da Coroa portuguesa em um contexto de expansão do Mundo Atlântico, bem como de reorganização das estruturas

¹³³ Memorial de André Donelha a Francisco Vasconcelos da Cunha (1625) p.137 in: BRÁSIO, António. **Monumenta Missionária Africana**, 2º série Vol. V África Ocidental (1623-1650). 1979.

¹³⁴ BRÁSIO, A. **Monumenta Missionária Africana**, 2º série Vol. III, África Ocidental (1570-1600). Agência Geral do Ultramar, 1964.

governamentais europeias.¹³⁵ E também, a partir dos escritos de agentes históricos, apresentar os conflitos de súditos lusitanos, ou luso-africanos, em duas frentes: com a própria Monarquia e com outros agentes europeus.

No ano de 1444, quando caravelas portuguesas se aproximaram das praias da região que viria a ser chamada de Guiné do Cabo Verde, seus tripulantes e aqueles que financiaram e patrocinaram os empreendimentos marítimos, tinham alguns objetivos em mente. Em especial, esperava-se encontrar informações sobre as terras do lendário rei católico na África, o Preste João, e sobre o acesso às valiosas rotas do ouro e das especiarias africanas, pelas quais reinos como o Gana e o Mali fomentavam o imaginário e a cobiça no Velho Continente há mais de um século.¹³⁶

Nos anos seguintes, outros navegadores sob as cores da Coroa portuguesa chegaram ao Rio Gâmbia, ao Rio Grande e ao Rio Casamansa.¹³⁷ Nas décadas subsequentes a ânsia por cativos e as violentas incursões na costa africana geraram uma reação à altura dos africanos: as invasões de estrangeiros saídos do mar para capturar a população nativa passaram a ser vigorosamente combatidas. Não foram poucos os portugueses atingidos mortalmente por flechas envenenadas ao descer de suas caravelas,¹³⁸ ao ponto em que mostrou-se necessária outra abordagem para conseguir escravizados e o acesso às rotas do ouro e outras mercadorias africanas: o comércio.

A viagem do navegador Diogo Gomes a serviço da coroa portuguesa pelo rio Gâmbia, em 1456, é um marco nas relações comerciais entre Portugal e os habitantes do litoral senegambiano. Gomes fora enviado para negociar tratados de paz, necessários por conta das escaramuças dos anos anteriores, e estabelecer um comércio efetivo com os governantes da costa. Diogo Gomes navegou por uma longa extensão do rio Gâmbia até a cidade de Cantor, sem conflitos e promovendo boas relações entre os mandatários mandingas. De acordo com Felipe Malacco:

O contato bem sucedido entre Diogo Gomes e o mandatário de Niumi [principado mandinga] parece ter rendido frutos às interações euro-gambianas. Cinquenta anos depois do contato bem sucedido de Diogo Gomes, o relato do oficial real e marinheiro Duarte Pacheco Pereira, não

¹³⁵ ELLIOT, John. “Una Europa de monarquias compuestas”. In: *España en Europa. Estudios de historia comparada*. Valência: Universitat de València, 2002, pp. 65-93.

¹³⁶ SILVA, Alberto da Costa e. *A Manilha e o Libambo*. p. 151.

¹³⁷ Em 1446, Estêvão Afonso atingiu o rio Gâmbia, na região dos Mandingas; Álvaro Fernandes terá atingido o rio Casamansa, no limite Norte da actual Guiné-Bissau; João Infante (filho de Nuno Tristão, navegador cuja expedição e toda tripulação pereceram em conflito com nativos da Senegâmbia) descobriu o rio Grande, depois denominado rio Geba, na actual Guiné-Bissau.

¹³⁸ SILVA.op.Cit. pp. 152-154.

indica qualquer impedimento por parte dos gambianos. para a entrada dele no rio Gâmbia. O português serviu na África Ocidental entre 1480 e 1520.¹³⁹

Apesar das tentativas falhas de instalarem fortes nas fozes dos rios Gâmbia e Senegal, a descoberta em 1460 do arquipélago de Cabo Verde, a cerca de 570 quilômetros da costa africana, possibilitou de fato aos portugueses um local seguro para se estabelecerem e comercializarem na África Ocidental. As doze ilhas do arquipélago se encontravam desertas, proporcionando livremente o estabelecimento de comunidades mercantis ao abrigo dos perigos no continente africano, mas ainda assim perto o suficiente para sua atuação comercial ao longo da costa. Daí o nome que a região como um todo viria a ter nos relatos produzidos ao longo do século seguinte: a Guiné do Cabo Verde. Esse espaço também se mostrou de vital importância para o desenvolvimento do tráfico de africanos escravizados, chamado à época de *resgate* de cativos,¹⁴⁰ cuja demanda aumentava cada vez mais nas Américas.

Através de dois documentos régios, a *Carta Régia aos habitantes de Santiago*, de 12 de junho de 1466,¹⁴¹ e a *Carta de Privilégios aos habitantes de Santiago*, em 8 de fevereiro de 1472,¹⁴² a classe mercantil ainda em formação de Cabo Verde passa, supostamente, a deter o monopólio exclusivo do comércio com a Guiné, ao mesmo tempo em que a ocupação do novo território se torna mais efetiva. Os mercadores de Cabo Verde atuavam como intermediários entre os mercados da Guiné e os principais financiadores das empresas atlânticas da época, Lisboa e Sevilha, conectando posteriormente as ilhas caribenhas e os mercados continentais na América.

No século XVI as ilhas de Cabo Verde podem ser caracterizadas como um avançado posto europeu na área de influência africana, ainda que não continental como viria a se tornar Angola, mas que serviu para garantir a soberania lusitana no mundo Atlântico até as últimas décadas do referido século.¹⁴³

Essa posição naturalmente se alinhava às pretensões imperiais da Monarquia portuguesa, que mobilizou ao longo desse período, conforme aponta Pedro Cardim, ideias e conceitos difusos, porém geradores de expectativas com a expansão marítima no Atlântico e

¹³⁹ MALACCO. *O Gâmbia no Mundo Atlântico*. p. 45.

¹⁴⁰ RIBEIRO. *No rastro do Viajante*. p 49. O termo *resgate* remonta e evidencia a justificativa teológica para o tráfico de escravizados.

¹⁴¹ *Carta Régia aos habitantes de Santiago*, de 12 de junho de 1466. In: BRÁSIO, António. **Monumenta Missionária Africana**, 2º série Vol. I, documento 64, pp. 431-435.

¹⁴² *Carta de Privilégios aos habitantes de Santiago*, em 8 de fevereiro de 1472. In: BRÁSIO, António. **Monumenta Missionária Africana**, 2º série Vol. I, documento 67, pp. 446-448.

¹⁴³ SANTOS, Maria Emília Madeira. *As estratégicas Ilhas de Cabo Verde ou a " Fresca Serra Leoa": uma escolha para a política de expansão portuguesa no Atlântico*. UC Biblioteca Geral 1, 1988.

na Ásia.¹⁴⁴ Enquanto a expansão ultramarina portuguesa, além de um processo constitutivo pelas vias econômicas e políticas, pode ser considerada em consonância com o discurso sobre a identidade lusitana e seu ideário imperial,¹⁴⁵ o caráter religioso da ocupação de Cabo Verde também não pode ser desconsiderado, sobretudo enquanto fator de mobilização dentro e fora da Europa.

Já na década de 1570 podem ser encontrados inúmeros alvarás de mercês régias aos membros do bispado de Cabo Verde, conferindo receitas significativas para todas atividades envolvendo a fé. Em um alvará de 22 de março de 1572, Sebastião I explicitamente confere um aumento do ordenado ao capelão da Igreja de São Miguel da Ribeira dos Flamengos, em Santiago (principal ilha de Cabo Verde), com a *obrigação de ensinar a doutrina cristã ao povo*.¹⁴⁶ O mesmo conteúdo se repete para as demais igrejas do arquipélago, em cartas enviadas ao longo de uma semana, reforçando também a obrigatoriedade da missa sabatina pelo Infante D. Henrique. Ritos e celebrações no continente europeu também deveriam ser refletidos nos territórios ultramarinos, unificando aspirações imperiais à mobilizações religiosas.

A posição que Cabo Verde ocupa no mundo ultramarino é complexa, mesclando interesses políticos, religiosos e econômicos, ao mesmo tempo em que, com o passar das décadas, o arquipélago desenvolve uma cultura própria, a despeito de uma política clara da coroa lusitana na ocupação e colonização do território. Essa política tem o intuito de promover a expansão religiosa e o exclusivo comercial com a Senegâmbia (até o século XVI é a principal área de exploração de africanos escravizados na África), sob o monopólio da coroa portuguesa, assegurado a partir da doação de territórios em Cabo Verde aos súditos.

A doação de ilhas do arquipélago de Cabo Verde como mercês a senhores, estes muitas vezes em disputa pelas possessões, era sobretudo uma forma de assegurar os rendimentos de todo comércio e produção da região. Em 1573, em uma carta de doação régia, a Coroa, com base em um documento escrito por Manuel I, bisavô de D. Sebastião, condiciona a doação da Ilha de Maio, uma das ilhas do arquipélago, mediante o pagamento de dízimos à coroa, pacto estabelecido à época de Manuel I e que deveria continuar sendo respeitado pelos atuais proprietários da ilha e seus descendentes.

¹⁴⁴ CARDIM, Pedro. “La aspiración imperial de la monarquía portuguesa (siglos XVII y XVIII), in CARDIM, Pedro. *Portugal y la Monarquía Hispánica (ca. 1550-1715)*. Madrid: Marcial Pons, 2017, pp. 347-385.

¹⁴⁵ Ibid., p.354.

¹⁴⁶ BRÁSIO, Antonio (ed.). **Monumenta Missionária Africana**, 2º série Vol. III documento 18. 22 de março de 1572, pp. 47-48.

“E isto mesmo se pagará à minha fazenda o dízimo dos algodões que vender na metade da dita Ilha e de quaisquer outras coisas que nela vender, assim e da maneira que eram obrigados a pagar Éguas Coelho e João Coelho, pela carta d'el Rei dom Manuel meu bisavô, de que nesta faz menção, conforme a ela...”¹⁴⁷

O comércio das feitorias nas vilas (por vilas denominamos os espaços em cada ilha do arquipélago, com feitorias, igrejas, donatários e arrendatários diferentes), bem como o trato feito na Guiné, se encontrava arrendado pela Coroa à indivíduos. Contudo, em última instância tal trato nunca foi considerado de grande rendimento, em primeiro lugar pelas próprias características do arquipélago, sem solo cultivável, e em segundo lugar, por conta dos numerosos e crescentes ataques de piratas na costa. Esses ataques aconteciam tanto no arquipélago quanto no continente, e geravam perdas significativas ao já modesto rendimento da ilha.

O ano de 1580 marca o momento em que os portugueses tornam-se vassallos de Filipe II, da Espanha. Nesse contexto, as características governamentais dos reinos europeus, sobretudo das Monarquias Ibéricas, conforme já apresentadas por autores como John Elliot e Xavier Pujol,¹⁴⁸ permitiram que o imaginário imperial português se articulasse com as formulações próprias de Castela. Como destaca Pedro Cardim, na Europa do século XVI não haviam barreiras nacionais e de pertencimento tal qual as conhecemos hoje, no século XXI, ao ponto em que coexistiam uma pluralidade de sentimentos identitários que permitiram, por exemplo, a fácil assimilação de súditos portugueses da condição de vassallos espanhóis.¹⁴⁹ Ainda assim, o Governo de Portugal permaneceu relativamente autônomo no que toca aos territórios ultramarinos, e, nesse contexto, a vida comercial em Cabo Verde permaneceu basicamente a mesma.

Entretanto, de acordo com George Brooks, a mudança na unidade política significou também que nações inimigas da Espanha se tornassem também inimigas de Portugal, em um período onde franceses, ingleses e holandeses passam a comercializar cada vez mais na costa da Senegâmbia, rompendo com a sensação de hegemonia lusitana até então vigente.¹⁵⁰ Esse é um momento decisivo na trajetória histórica da região, em que, após décadas de proeminência frente às outras nações nas redes comerciais da costa da Guiné, comerciantes de outras

¹⁴⁷ BRÁSIO, Antonio (ed.). **Monumenta Missionária Africana**, 2o série Vol. III documento 26. 18 de julho de 1573, pp. 64-67.

¹⁴⁸ PUJOL, Francisco Xavier Gil. Un rey, una fe, muchas naciones. Patria y nación en la España de los siglos XVI-XVII. In: *La monarquía de las naciones: patria, nación y naturaleza en la monarquía de España*. Fundación Carlos de Amberes, 2004. p. 39-76.

¹⁴⁹ CARDIM. “La aspiración imperial de la monarquía portuguesa” p.356.

¹⁵⁰ BROOKS, George. *Eurafricans in western Africa: commerce, social status, gender, and religious observance from the sixteenth to the eighteenth century*. Ohio: Ohio University Press, 2003. p.68.

nacionalidades europeias passam a exercer atividades comerciais mais ativamente no litoral, com amplo apoio de muitos dos grupos africanos.

Ressalte-se, entretanto, que tal hegemonia comercial lusitana era muito mais imaginada, ou desejada, do que o que acontecia na prática, mesmo antes do final do século XVI. No lado atlântico, embarcações lusitanas, tal qual o próprio arquipélago de Cabo Verde, sempre estiveram sujeitos aos ataques de piratas e corsários atuando sobre as bandeiras de outras nações, bem como de piratas independentes. Tal relação apenas se intensificou com o passar dos anos. Enquanto no continente africano a posição lusitana foi tudo, menos hegemônica, visto que os mercadores que se aproximavam da costa estavam sujeitos às normas e imposições dos líderes africanos, verdadeiros detentores do controle sobre o comércio.

Nesse sentido, o registro do sargento-mor Francisco de Andrade sobre Cabo Verde, datado de 1582, um ano após a coroação de Filipe II ao trono português, a pedido do Governador do estreito de Magalhães e endereçada ao monarca, apresenta questões pertinentes acerca da relação entre súditos lusitanos e a nova unidade política, assim como apontamentos extremamente detalhados sobre a organização econômica, política e religiosa de Cabo Verde, da Senegâmbia e os embates políticos em curso na região.¹⁵¹ Francisco de Andrade foi um habitante e sargento-mor da ilha de Santiago, bastante reconhecido por seus serviços pelas autoridades de Cabo Verde, e redigiu um detalhado documento acerca das ilhas do arquipélago e todos os pontos de comércio ao longo da costa da Guiné para o novo monarca hispânico.

Na relação são descritas cada uma das dez ilhas de Cabo Verde. O autor aponta seus nomes, sua localização, se possuem igrejas ou não, quantos habitantes (*vezinhos*) e escravizados lá habitam, quem são os proprietários das ilhas (se são particulares ou se a ilha pertence à fazenda da coroa) e quanto de seu rendimento é pago à Coroa em dízimos. Nota-se uma preocupação evidente em atualizar o novo soberano, uma vez que a relação é escrita apenas um ano após a coroação de Filipe II. Andrade também discorre sobre os assuntos da fé e a vida comercial, referente aos dízimos, que estruturam a organização de Cabo Verde.

Tais assuntos eram caros à coroa lusitana, permanecendo assim também para Castela, reforçando o sincretismo nos ideários imperiais ibéricos. Essa mesma intenção é constante no restante da Relação, como veremos a seguir, denotando o lugar de Francisco de Andrade

¹⁵¹ *Relação de Francisco de Andrade sobre as Ilhas de Cabo Verde. (26-1-1582)*. In: BRÁSIO, António. **Monumenta Missionária Africana**, 2º série Vol. III. pp. 97-107.

enquanto oficial com conhecimentos específicos sobre um espaço ibérico ultramarino, que busca aconselhar, instruir e mesmo advertir a Coroa sobre a região da Guiné do Cabo Verde.

Em seguida, Andrade descreve que “As novidades desta ilha são açucares, e algodão, e gados de toda sorte, e mantimentos de milho em abundância, que se carregam para outras partes, de que pagam somente dízimo a Deus, e o quarto e vintena do que trazem de Guiné.” Entretanto, no que toca ao estado atual do comércio na ilha, o sargento adverte que “ há pouco rendimento ao presente, assim por virem muitos ladrões à costa de Guiné e a esta ilha.”¹⁵² Esses ladrões muito provavelmente são corsários europeus, sob a bandeira de nações como Inglaterra e França, que, somente entre 1560 e 1585 realizaram ao menos sete ataques e saques à cidade de Santiago.

O documento apresenta um panorama completo do complexo mercantil dos Rios da Guiné do Cabo Verde, tal qual muitos outros registros da época, incluindo o *Tratado Breve* de André Alvares de Almada, revelando uma preocupação descritiva em comum por parte de vários agentes europeus na Senegâmbia. Andrade discorre sobre todos os portos comerciais desde o Rio Senegal até Serra Leoa, pontuando quais os principais produtos de compra, de venda, e com quais povos os súditos estabeleceram relações de troca. Como já foi mencionado, desde meados do século XVI outras nações europeias direcionam sua expansão marítima e comercial para a África Ocidental, e entram em conflito com as pretensões lusitanas, agora ibéricas. No documento de Francisco de Andrade essa preocupação se torna bastante aparente, ao abordar os portos da Guiné, conforme se observa nesse trecho:

“Os primeiros 4 portos, que são o Cabo Verde, porto d’Ale, Joala, Barbacin, se resgatava antigamente muita cópia de escravos, marfim e âmbar; agora de quinze anos a esta parte não já pode-se fazer este resgate por as muitas naus de franceses que todo o ano estão na costa destes quatro resgates, e somente os há quando há armada de Portugal que os defenda (...)”¹⁵³

Desde o fim da década de 1560, protesta o Sargento-mor, navios franceses impedem o comércio lusitano em quatro dos dez principais pontos de troca na Senegâmbia, que acontece somente com a presença de uma armada de Portugal que os defenda. Neste trecho o autor adverte, explicitamente, ao monarca sobre a importância de haver sempre armadas, tal como a coroa lusitana oferecia antes da União Ibérica, prontas para guardar e defender a costa de comerciantes e saqueadores franceses. Menciona também, não sem certa indignação, que há tanta comunicação entre franceses e povos africanos nessa parte da costa (no Rio Senegal e

¹⁵² *Relação de Francisco de Andrade sobre as Ilhas de Cabo Verde. (26-1-1582).* p. 100.

¹⁵³ *Ibid*, p. 103

demais portos adjacentes) que os negros gentios da terra deixam de falar sua linguagem própria, assim como a espanhola, e falam a francesa, da qual se segue muito pouco a fé cristã e se afastam da doutrina Católica, antes facilmente aplicada.¹⁵⁴

O que Francisco de Andrade realiza aqui é uma operação perspicaz de conciliar seus interesses próprios, enquanto membro da classe mercantil cabo-verdiana prejudicada com a presença francesa, ao mesmo tempo em que se manifesta em alinhamento com as pretensões imperiais ibéricas, sejam elas econômicas ou religiosas, visto que a participação de franceses no comércio na Senegâmbia atrapalha a lucratividade da coroa ibérica e também impede a conversão de mais almas ao catolicismo.

Em outros portos os ibéricos ainda eram os principais estrangeiros a atuarem nas atividades de compra e venda, como afirma Andrade ao falar sobre Cantor:

“não pode ir nenhum navio desta ilha nem de outra nenhuma parte, por ser reservado só para a fazenda de sua Majestade ou de seus contratadores; resgatava neste porto antiamente dez, doze mil cruzados de ouro em pó, a troco de manilha de latão e algum marfim e cera; (...) os negros deste resgate dão por novas haver uma cidade muito grande e principal, vinte jornadas pela terra dentro, de quem é senhor o Grão-Fulo, chamada Tunbuqutun.”¹⁵⁵

Mais ao sul, nos Rios São Domingos e Casamansa, não havia forte ou feitoria em terra firme, pelo menos até a construção de Cacheu, no início do século XVII. O comércio acontecia a bordo dos navios, em função, de acordo com o autor, de serem os “negros inquietos e soberbos.” Essa é uma região habitada por sociedades descentralizadas, ao contrário dos reinos mandingas e jalofos entre os Rios Gâmbia e Senegal, com organizações mais hierarquizadas. Populações descentralizadas foram as maiores presas do tráfico de africanos escravizados na Senegâmbia e, não por acaso, muitas evitaram estabelecer relações efetivas com mercadores e traficantes europeus.

Não obstante, Francisco de Andrade exalta o comércio em torno dessa feitoria no mar, onde se troca muito do algodão produzido em Cabo Verde (o mesmo algodão é manufaturado em tecidos e roupas que circulam por toda África Ocidental) em troca de grandes quantidades de escravos, marfim e cera de abelha. Mais uma vez dirigindo-se à coroa, o autor lamenta-se

¹⁵⁴ “e hé tanto ysto asi que pela muita comunicação que os negros yentios da terra ya ten co eles, deixaõ de falar sua iinguoaye prop[r]ia e a espanhola, co cuya conuersaçãõ naçeraõ, e falaõ a francesa, de que se segue mui ponq[u]o seruiço de noso Senhor, porque aprenden os maos costumes dos seus mestres, estando este yentio antes disto aparelhado pera se poder nele facilmente semear a palavra de Deos, que ya aguora naó poderá ser fácil, pelo que cõven ser remedeado.” *Relação de Francisco de Andrade sobre as Ilhas de Cabo Verde*. p. 103.

¹⁵⁵ *Ibid*, p. 104.

por “ (...) até agora não se ter feito um forte onde possa estar feitoria e todos os brancos deste rio e uma igreja onde se possa dizer missa, que será grande serviço de Deus.”¹⁵⁶

O mesmo apelo para a necessidade de uma igreja se repete ao falar do Rio Grande, onde há tanta troca que muitas vezes encontram-se de vinte a trinta navios, todos com muita quantidade de escravizados, marfim e ouro que vem do interior. Mais uma vez, sugere-se também a construção de uma fortaleza para proteção contra os africanos e franceses, que, nos últimos anos :

“(…) vão a este rio com suas naus e lanchas darmada e que roubam todos os navios que há, como algumas vezes têm feito, em muito prejuízo e dano dos direitos de sua Majestade e das fazendas dos *vezinhos* desta ilha; e fazendo-se este forte e reduto servirá assim de guardar este rio de ladrões franceses, como também de guardar os homens da terra, dos negros gentios, que também fazem muitos roubos e insultos, e guardará também a igreja e os ministros dela, onde sempre se dira missa e se confessarão e comungarão os brancos nela (...)”¹⁵⁷

O Sargento-mor Francisco de Andrade não foi o único súdito a se dirigir ao monarca nesses termos, frente ao contexto específico da comunidade de Cabo Verde e em sintonia com a conjuntura geopolítica da expansão ultramarina e da disputa entre Impérios europeus. Quase uma década após a Relação de Francisco de Andrade, Brás Soares de Melo, Capitão do arquipélago de Cabo Verde, envia em 7 de outubro de 1591 seus apontamentos a sua Majestade sobre a situação atual da ilha.¹⁵⁸ Brás de Melo refere-se aos corsários ingleses e franceses que saqueavam os navios mercantes portugueses e propõe as medidas que considera apropriadas para combater a pirataria, defendendo assim o comércio lusitano, sem deixar, assim como Francisco de Andrade, de fazer menção à perda das almas e da importância do comércio da Guiné para o Império Ibérico.

Outros sujeitos se fizeram ouvir de maneira indireta, porém não menos eficaz, como atestam três cartas escritas pelo Cardeal Alberto ao Rei, entre fevereiro e março de 1586.¹⁵⁹ A primeira delas demonstra grave preocupação com um saque ocorrido na Ilha de Santiago por corsários ingleses, a partir de cartas recebidas do bispado de Cabo Verde, e recomenda que o Rei envie um navio com mantimentos, remédios e o que mais for necessário à ilha. A

¹⁵⁶ *Relação de Francisco de Andrade sobre as Ilhas de Cabo Verde*. p. 104.

¹⁵⁷ *Ibid*, p. 104

¹⁵⁸ *Apontamentos de Brás Soares de Melo Capitão de Cabo Verde* In: BRÁSIO, António (ed.). **Monumenta Missionária Africana**, 2º série Vol. III. pp. 200-201.

¹⁵⁹ *Carta do Cardeal Alberto a El-Rei (7-2-1586); Carta do Cardeal Alberto a El-Rei (8-3-1586); Carta do Cardeal Alberto a El-Rey (22-3-1586)*. In: BRÁSIO, Antonio (ed.). **Monumenta Missionária Africana**, 2º série Vol. III. pp. 131-135.

segunda, enviada um mês depois, segue as preocupações do Capitão de Cabo Verde e sugere que a coroa garanta a reedificação das igrejas, retábulos e altares, a fortificação de Santiago de Cabo Verde contra os piratas, e também o abandono ou arrendamento do forte de Arguim, por dar mais despesas que lucros aos cofres reais. A última carta, mais breve, trata também, entre outros assuntos, da fortificação de Cabo Verde tendo em vista os diversos ataques que a ilha vinha sofrendo.

De acordo com Peter Mark, o processo de expansão comercial sobre os mercados da Senegâmbia, promovido pelos habitantes de Cabo Verde, contribuiu para a constituição de uma cultura híbrida na costa, fruto do contato entre portugueses e diferentes povos africanos, denominada cultura crioula.¹⁶⁰ Nesse contexto, acredito que o célebre *Tratado Breve*, do Capitão André Álvares de Almada, demonstra de maneira ainda mais contundente a relação entre os interesses da comunidade mercantil de Cabo Verde, em um período onde a identidade cabo-verdiana já se diferencia da identidade ibérica, com a Coroa. O *Tratado* reforça ainda, como vem sendo argumentado nas páginas anteriores, a existência de um canal de comunicação entre súditos e Coroa.

Nascido em Cabo Verde, filho de um nobre morador da ilha com uma mestiça, André Álvares de Almada redigiu em 1594 o *Tratado breve dos rios da Guiné do Cabo Verde, desde o Rio Sanagá até aos baixios de Sant'anna*, fonte clássica para o estudo da Senegâmbia, com uma detalhada descrição sobre reinos, costumes, comércio e a organização social de populações da Senegâmbia, com um caráter etnográfico. De acordo com José da Silva Horta, na obra de Almada há uma subordinação do discurso descritivo geográfico ao discurso descritivo antropológico,¹⁶¹ não por acaso, seu registro é uma das principais fontes escritas para os estudos culturais e sociais da região.

O último capítulo do *Tratado*, intitulado *Da fresquidão dessa terra*, que também serve como conclusão à obra, é de bastante relevância para as questões aqui discutidas. Almada diz:

“Esta terra é tão abundante de tudo que nada lhe falta; [a]bastada de muitos mantimentos, muito fresca de ribeiras de água, laranjeiras, cidreiras, limoeiros, canas de açúcar, muitos palmares, muita madeira excelente. Povoando-se viria a ser de maior trato que o Brasil, porque no Brasil não há mais que açúcar e o pau e algodão; nesta terra há algodão e o pau que há no

¹⁶⁰ MARK, Peter. *“Portuguese” Style and Luso-African Identity: Precolonial Senegambia Sixteenth-Nineteenth Centuries*. Bloomington: Indiana University Press. 2002. Esse debate também aparece em GREEN, Toby. *Brokers of Change: Atlantic Commerce and Cultures in Pre-Colonial Western Africa*. New York: Oxford University Press, 2012. Para uma discussão antropológica sobre a formação da cultura crioula na África e nas Américas, ver o debate entre Thornton e Mintz & Price: THORNTON. *A África e os Africanos*; MINTZ, Sidney; PRICE, Richard. *O nascimento da cultura afro-americana. Uma perspectiva*, 2003.

¹⁶¹ HORTA, José da Silva. *A “Guiné do Cabo Verde”*. p. 37

Brasil, e marfim, cera, ouro, âmbar, malagueta, e podem- -se fazer muitos engenhos de açúcar; há ferro, muita madeira para os engenhos escravos para eles.”¹⁶²

Além de uma obra de caráter antropológico, o *Tratado Breve* de Almada é uma obra política em alinhamento com os interesses da elite comercial de Cabo Verde, já em um período de estagnação econômica frente à concorrência comercial de franceses e ingleses, e que enxergavam na ocupação de parte espaço continental da Senegâmbia, na área da atual Serra Leoa, o projeto ideal para suas pretensões econômicas. Restava, entretanto, o apoio, financeiro e militar, da Coroa.

Almada argumenta que a povoação da Serra Leoa seria extremamente lucrativa para os cofres reais, uma vez que as embarcações com destino à Índia teriam um porto seguro na costa. Faz também um apelo aos sentimentos dos súditos de Cabo Verde para com aquela terra, ao afirmar que se lembrava de ouvir homens mais velhos, há muito tempo residentes na Ilha de Santiago, em Cabo Verde que: “ (...) por nenhuma parte se iriam salvo se mandasse Sua Majestade povoar a Serra Leoa, que para ela se iriam de boa mente e deixariam tudo quanto na Ilha (...)”.¹⁶³

A terra de Serra Leoa era considerada um espaço ideal “...donde não falta nada, e podem ir de Lisboa a ela com o pão fresco e água em quinze e vinte dias...” e também ameaçado pela presença cada vez maior de franceses e ingleses, cujas ações distanciaram econômica e politicamente Cabo Verde do restante do continente. Almada também repreende que, tendo “nós isto à porta o deixamos para irmos buscar empresas duvidosas.”, criticando certos empreendimentos ultramarinos da Coroa. Por fim, não deixa de concluir que a povoação seria também muito proveitosa à Cristandade, sobretudo em um período em que a Europa se encontrava atravessada por heresias:

“ Permita Deus, pela Sua Misericórdia, que em dias da Majestade del Rei Felipe, nosso Senhor, vejamos esta terra povoada de cristãos, e que se salvem muitas almas, assim dos nossos que nela andam e morrem sem Sacramentos, como destes gentios, que posto em suas terras sigam muitas gentilidades e ritos, vindos à nossa eles mesmos pedem baptismo; e com isto acabo.”¹⁶⁴

A despeito de diversos projetos no final do século XVI para a povoação de Serra Leoa, um pela Coroa, um pelos jesuítas, e outro da comunidade de Cabo Verde, representado no

¹⁶² ALMADA, *Tratado breve*. p.376

¹⁶³ Ibid., p.376

¹⁶⁴ Ibid., p.378

sentido político do *Tratado Breve*, a ocupação do território nunca ocorreu. Optou-se por preservar o arquipélago como uma posição estratégica da Coroa Ibérica no Atlântico, ainda que com sua zona de influência estivesse gradativamente diminuindo com a ampla circulação de ingleses, franceses, holandeses e europeus das mais diversas nacionalidades na Senegâmbia. Contudo, isso de forma alguma anula a leitura do *Tratado Breve* como um projeto político e, principalmente, de sua escrita como parte de um fenômeno político surgido do intercâmbio cultural europeu (e para o caso de Cabo Verde, euro-africano) que estabelecia um canal legítimo de comunicação dos súditos com a Coroa.

Naturalmente, esperava-se dos súditos alguma qualidade, ou competência, em comparação com seus iguais, para que seus projetos, advertências ou pedidos fossem de fato recebidos. Os anos seguintes da vida de André Álvares de Almada ilustram bem esse caráter da organização governamental entre súditos e Coroa na Monarquia Ibérica. Em 1598 é feito um pedido de concessão do Hábito de Cristo à André Álvares de Almada, por seus serviços prestados.¹⁶⁵ Esse documento veio em resposta à uma “falha” do Capitão, por ser a mãe de sua mãe uma mulher negra. Não obstante, pediu-se ao Rei que, por conta de seus muitos feitos e serviços à Coroa, “...lhe faça mercê de dispensar com ele no defeito que tem de sua avó da parte de sua mãe.”. Naquele mesmo ano, André Álvares de Almada, natural de Cabo Verde, mestiço, letrado, comerciante e capitão foi consagrado Cavaleiro da Ordem de Cristo.

Por fim, enquanto Cabo Verde se constituiu em um importante espaço ultramarino para a Monarquia Ibérica, em termos tanto políticos como econômicos a classe mercantil lá estabelecida nunca conseguiu impor as aspirações imperiais sobre o restante da região. Com o tempo, formou-se uma identidade cabo-verdiana separada das identidades metropolitanas, assim como os redutos estrangeiros na costa, estabelecidos em aldeias e fortificações, formaram uma cultura afro portuguesa e também passaram a tecer seus próprios interesses. Destaca-se a crescente presença de corsários e comerciantes de outras nações como um dos principais fatores para o recuo do comércio português na região a partir dos últimos anos do século XVI, sendo esta uma preocupação constante dos agentes lusitanos e cabo-verdianos na documentação analisada.

A seguir, na última seção deste capítulo, nos debruçamos de maneira mais detalhada sobre a presença de europeus de outras nações, já bastante comentada até aqui, a partir de alguns dos principais relatos e registros documentais da época, vinculando esse processo com o crescimento do comércio de cera de abelha no Atlântico.

¹⁶⁵ *Concessão do Habito de Cristo a André Álvares de Almada*. In: BRÁSIO, António. **Monumenta Missionária Africana**, 2º série Vol. III documento 106. 19 de agosto de 1598. pp.428-430.

Entre ingleses e franceses: o declínio do comércio português e a ascensão do comércio de cera (1580 - 1640)

“Foi a partir de 1580 que houve uma intensificação da presença de franceses, holandeses e ingleses na região. De fato, dentre outras razões, a União da Coroa espanhola e a portuguesa, no período entre 1580 e 1640, fez com que nações europeias, que eram inimigas políticas da Espanha, não se preocupassem em respeitar as tentativas do “monopólio” lusitano na região do rio Gâmbia. No século seguinte, mesmo nações europeias que não são muito lembradas quando se pensa em comércio euro-africano na Senegâmbia passaram a se fazer presente. Em um relato sobre uma viagem realizada entre 1682 e 1683, escrito pelo germânico Otto Friedrich Von Der Groeben, apontou a existência de um navio dinamarquês ancorado no rio Serra Leoa.”¹⁶⁶

Como aponta Felipe Malacco, o início da União Ibérica coincidiu (ou significou) com o aumento de europeus de outros reinos comercializando na Senegâmbia. Destacamos o uso das aspas pelo autor para se referir ao comércio lusitano na Guiné do Cabo Verde, uma vez que se pretendia que toda a costa da Guiné pertencesse ao território ultramarino, como declara a coroa em um documento intitulado *Regulamentação da Navegação Ultramarina*, publicado em 1591, proibindo qualquer estrangeiro ou mercador de outra nacionalidade de comercializar em qualquer uma das supostas possessões de Portugal no Ultramar.¹⁶⁷ Por possessões, o documento se refere não somente às ilhas de Cabo Verde e São Tomé, mas também à “toda a Costa da Guiné.”

Entretanto, mesmo em relatos lusitanos, percebemos como na prática isso não acontecia: de um lado, mercadores e corsários ingleses ou franceses, por exemplo, já tinham nesse momento mais presença na Grande Senegâmbia que os próprios lusitanos; de outro lado, por mais que se intitule o território como parte da Monarquia Portuguesa, no plano material aquele território nunca havia sido conquistado, ou parcialmente dominado. Mesmo na costa da Senegâmbia, onde estrangeiros realizavam seu comércio, compra e venda de bens, a regra vigente era a da autoridade dos líderes africanos, e a presença europeia ali ocorria apenas porque era permitida por eles.

¹⁶⁶ MALACCO, Felipe Silveira. *O Comércio Atlântico de Couro na Senegâmbia*. p. 247.

¹⁶⁷ *Regulamentação da Navegação Ultramarina*. In: BRÁSIO, António. *Monumenta Missionária Africana*, 2º série Vol. III documento 77, pp. 192-196.

Sabemos hoje que, séculos mais tarde, toda a região onde hoje é o atual Senegal tornou-se parte da ocupação francesa na África, enquanto toda a extensão do Gâmbia, geograficamente dentro do território senegalês, ficou nas mãos do Império Britânico. Já o arquipélago de Cabo Verde e o extremo sul da Senegâmbia, nas atuais Guiné-Bissau e Serra Leoa, permaneceram possessões lusitanas. Nesse sentido, dois dos três principais rios de comércio da Grande Senegâmbia,¹⁶⁸ gradativamente tiveram menos presença lusitana até o ponto em que seu comércio nessas rotas se perdeu, como já afirmavam sujeitos como André Álvares de Almada e André Donelha.

De fato, o final do século XVI representou na região um avanço do comércio com outras nações europeias, dentre as quais se destacam Inglaterra e França. Tal destaque, além de motivado pela maior presença das duas nações nos portos da Senegâmbia, também chama atenção para a relação de competição entre francos e ingleses que passa a marcar o espaço senegambiano, como reforçam diversos relatos. Escrevendo em 1591, os comerciantes ingleses Richard Rainolds e Thomas Dassel comentam sobre a grande presença de franceses pela região entre Senegal e Gâmbia.¹⁶⁹

O século XVI e o início do século XVII anunciam parte do início desse processo, ao mesmo tempo em que a Senegâmbia, assim como o Atlântico de forma geral, vivenciam um aumento no comércio e transformações em larga escala nas organizações sociais, políticas e econômicas. A seguir, buscamos analisar a partir de cinco documentos escritos durante esse período, por agentes portugueses ou caboverdianos, a presença europeia em alguns dos locais-chave para o comércio na Senegâmbia.

Buscou-se destacar as menções específicas à nacionalidade dos europeus em cada porto, comentadas nos seguintes relatos: a *Relação de Francisco de Andrade sobre as Ilhas de Cabo Verde*, escrito em 1582;¹⁷⁰ o *Tratado Breve dos rios de Guiné do Cabo Verde*, de André Álvares de Almada, redigido no ano de 1594;¹⁷¹ a *Carta do Padre Baltasar Barreira ao Padre*

¹⁶⁸ Segundo André Donelha os principais rios da Guiné eram o Senegal, o Gâmbia e São Domingos. Essa percepção é confirmada através da análise histórica em termos de volume do tráfico atlântico presenciado nessas rotas.

¹⁶⁹ RAINOLDS, Richard; DASSEL, Thomas. *The Voyage of Richard Rainolds and Thomas Dassel to the Riuers of Senega and Gambra Adioning Vpon Guinea, 1591 with a Discourse of the Treasons of Certaine of Don Antonio his Seruants and Followers*. **The Project Gutenberg eBook, The Principal Navigations, Voyages, Traffiques, and Discoveries of The English Nation**, Vol. 11, by Richard Hakluyt, Edited by Edmund Goldsmid. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/files/12693/12693.txt>

¹⁷⁰ *Relação de Francisco de Andrade sobre as Ilhas de Cabo Verde. (26-1-1582)*. In: BRÁSIO, A. **Monumenta Missionária Africana**, 2º série Volume. III. pp. 97-107, 1964.

¹⁷¹ ALMADA, André Álvares de. *Tratado breve dos rios de Guiné do Cabo Verde dès do Rio de Sanagá até os baixos de Santa Ana de todas as nações de negros que há na dita costa e de seus costumes, armas, trajos, juramentos, guerras*. In: BRÁSIO, A. **Monumenta Missionaria Africana, África Ocidental (1570-1600)**. 2º série. Volume III, pp. 229-378, 1964.

João Álvares, de 1606;¹⁷² o famoso *Memorial de André Donelha a Francisco Vasconcelos da Cunha*, escrito em 1625;¹⁷³ e o *Roteiro da Costa da Guiné*, feito no ano de 1635 por Francisco Pires de Carvalho.¹⁷⁴

Tabela 1: Nacionalidades dos principais mercados

	Francisco de Andrade - 1582	André Alvares de Almada - 1594	Carta de Baltasar Barreira - 1606	Memorial de André Donelha - 1625	Roteiro da Costa da Guiné - 1635
Senegal	-----	-----	-----	franceses	franceses, ingleses e holandeses
Bezeguiche	franceses	franceses e ingleses	franceses, ingleses e holandeses	“porto principal de resgate dos nossos inimigos”	portugueses, ingleses, franceses e holandeses
Porto D’Ale e Joala	franceses	franceses e ingleses, porém com uma aldeia lusitana	“porto mais importante para o comércio dos estrangeiros”	-----	portugueses, franceses, ingleses e holandeses
Barbacin	franceses	ingleses	lançados e demais estrangeiros	-----	-----
Gâmbia	portugueses	franceses e ingleses	-----	franceses, ingleses e outras nações	lançados
Casamansa	não há comércio	não têm comércio com os “nossos”	não há comércio	rota em desuso	-----
São Domingos	portugueses	portugueses	portugueses	portugueses	portugueses
Grande	portugueses e cobiçado por franceses	portugueses	-----	portugueses	portugueses
Rio do Nuno	-----	portugueses	portugueses	-----	-----
Serra Leoa	portugueses, mas com presença	portugueses	portugueses, franceses, ingleses e	portugueses, franceses, ingleses e	holandeses e ingleses tomam a maior parte do

¹⁷² *Carta do Padre Baltasar Barreira ao Padre João Álvares. Porto de São Miguel, 1 de agosto de 1606.* In: BRÁSIO, António. **Monumenta Missionaria Africana, África Ocidental (1570-1600)**. 2º série. Volume IV. pp 159-174, 1968.

¹⁷³ *Memorial de André Donelha a Francisco Vasconcelos da Cunha, 7 de novembro de 1625.* In: BRÁSIO, António. BRÁSIO, António. **Monumenta Missionaria Africana**. Segunda Série. Volume 5. África Ocidental (1623-1650). pp. 90-146, 1979.

¹⁷⁴ *Roteiro da Costa da Guiné, Lisboa, 1635.* In: BRÁSIO, António. **Monumenta Missionaria Africana**. Segunda Série. Volume 5. África Ocidental (1623-1650). pp. 287-293, 1979.

	francesa crescente		holandeses	holandeses	comércio
--	-----------------------	--	------------	------------	----------

Desde o início do século XVI o rio Senegal e seu comércio já se encontravam virtualmente inacessíveis para a órbita comercial lusitana, tanto que, como se percebe na tabela 1, muitos dos interlocutores portugueses da época nem chegavam a comentar sobre o comércio nesse porto, visto que sua preocupação principal de muitos deles, acreditamos, era informar os produtos e mercadorias obtidos *para* a fazenda real. Somente André Donelha e Francisco Pires de Carvalho descrevem o rio; o último, de modo breve, comenta que os portugueses não tinham acesso ao trato do Senegal, ao passo que muitos outros europeus tinham. Já André Donelha, faz uma colocação ainda mais interessante:

“O trato antigo desta ilha de Santiago, que nas partes de Guiné fazia, era do rio Sanaga (Senegal) até a Serra Leoa; o resgate de Sanaga durou pouco mais de sessenta anos, por causa dos corsários e piratas franceses, se perdeu, de então para cá, que há mais de cem anos.”¹⁷⁵

Destaco aqui o uso do passado nas colocações de Donelha, que já não considera mais o rio Senegal como parte do comércio lusitano, ou afro-lusitano, na Senegâmbia, perdido por conta dos corsários e principalmente dos franceses “há mais de cem anos”. No Senegal havia grande comércio de ouro, cera, marfim, couro de diversos animais e muitos tecidos diversos, inclusive de algodão. É o território do reino dos jalofos, ainda unidos sob o Grão-Jalof, embora possivelmente em uma estrutura menos centralizada do que no século anterior, sobre os quais muitos documentos lusitanos retratam insatisfação pelo fato de fazerem muito comércio com os franceses, ao ponto de falar sua língua.

Richard Rainolds também comenta, em 1591, sobre essa relação próxima entre os jalofos e franceses:

“Os franceses (...) têm negociado por lá há mais de trinta anos: e normalmente com quatro ou cinco navios por ano, dos quais duas pequenas embarcações entram no rio Senegal. (...) Onde em todos os lugares geralmente eles eram bem amados e entretidos pelos negros, como se tivessem naturalmente nascido no país. E muito frequentemente os negros vão para a França e retornam, o que aumenta mais o amor e amizade mútuos.”¹⁷⁶

¹⁷⁵ *Memorial de André Donelha*. p. 117

¹⁷⁶ Tradução nossa: “*The Frenchmen of Diepe and New-hauen haue traded thither aboue thirty yeres: and commonly with four or five ships a yere, whereof two small barks go into the riuer of Senega. (...) Where in all*

A região de Bezeguiche é a bacia em torno da atual Ilha de Gorée, onde os portugueses construíram um forte ainda no século XVI, mas ao longo dos séculos passou para o domínio de ingleses, franceses e também holandeses. Gorée foi um dos principais entrepostos para o embarque de africanos escravizados em direção às Américas, e hoje constitui um importante local de memória da escravidão. Em 1617, os holandeses conquistaram a fortaleza de Gorée, momento que coincide com o maior número de comentários sobre a presença holandesa na Senegâmbia, sobretudo nessa região.

A baía de Bezeguiche, como é chamada por Francisco de Andrade, pertencia ao reino jalofo de Caior, cujo soberano era o Budumel, um dos mandatários mais poderosos da época, que vê seu poderio aumentar ainda mais com o advento do comércio atlântico. De acordo com André Almada, no final do século XVI a “Angra de Bezeguiche” tem a presença constante de ingleses e franceses, que abrigam suas embarcações nas enseadas sem grandes problemas, utilizando-se dos ilhéus próximos da costa para consertarem seus barcos. Antigamente esse era o maior trato que os habitantes de Cabo Verde tinham com a Senegâmbia.¹⁷⁷

Na década de 1620, o porto de Bezeguiche é descrito como a principal locação de tráfico dos inimigos lusitanos Donelha se queixa de que os povos jalofo são mais próximos deles do que dos portugueses, “porque deles recebem maior proveito”.¹⁷⁸

Entretanto, como já destacado, o rio Gâmbia possuía um grande número de portos, e uma infinidade de nações espalhadas por suas margens norte e sul. Em alguns locais, os portugueses eram bem-vindos, inclusive eram os comerciantes exclusivos de um grande porto, o de Cação. Enquanto em outros, eram ingleses e franceses os principais mercadores. Mas é certo, sobretudo a partir da análise das fontes, que também neste rio o comércio lusitano declinou com o passar dos anos, uma vez que o próprio Almada, ao final do século XVI, enfatiza a presença de outros europeus no Gâmbia sem mencionar o comércio português.

Sobre o porto D’Ale, Donelha relata a existência de lançados cristãos protegidos pelo mandatário jalofo, que, provavelmente se trata da mesma aldeia lusitana descrita por André Almada algumas décadas antes. Essa aldeia, entretanto, não garantiu à coroa hispânica nenhum acesso ao comércio nessa área, como destaca André Donelha ao comentar que aquele era o porto mais importante para o comércio dos estrangeiros.¹⁷⁹

places generally they were well beloved and as courteously entertained of the Negroes, as if they had been naturally borne in the country. And very often the Negroes come into France and returne againe, which is a further increasing of mutuall loue and amity.”

¹⁷⁷ ALMADA *Tratado breve*. pp. 249-250.

¹⁷⁸ *Memorial de André Donelha*. p. 121

¹⁷⁹ *Ibid*, 165

O rio Barbacin também já desde a década de 1580 não é visto como um local onde lusitanos encontram comércio seguro, embora tenha sido diferente no passado, como se queixa André Almada, ao comentar que “Este Rei fazia muito bom pagamento aos nossos, que deixaram hoje este resgate por causa dos Ingleses, e habitam na terra deste os lançados que adquirem os despachos aos inimigos.”¹⁸⁰ Por algum motivo, Almada não menciona franceses, enquanto Andrade, ao contrário, comenta apenas sobre eles, dizendo também que costumava-se comercializar muitos escravos, marfim e âmbar antes da chegada dos franceses.

O rio Gâmbia é descrito por Baltasar Barreira, no início do século XVII, como um espaço povoado de barbacin, jalofos e mandingas, e lamenta-se que havia grande resgate de marfim e escravos, mas hoje esse comércio é todo tomado pelas outras nações europeias.

Salta aos olhos que sobre o rio Casamansa, todos os relatos não entram em detalhes, afirmando, algumas vezes, que não há comércio, ou, quando há, apenas em pequena quantidade, sendo deslocado para o rio São Domingos, de maior importância na região. Este espaço em específico será discutido mais profundamente no capítulo 3, sobretudo por sua importante relação com o comércio de cera de abelha e as hipóteses levantadas na pesquisa.

Ainda mais ao sul, chega-se ao Rio São Domingos, o norte desse rio é terra habitada sobretudo pelos Felupos e pelos Buramos, também chamados de Papéis. Poucos anos antes do Tratado Breve, portugueses conviviam e habitavam nas aldeias nativas “debaixo da palavra e guarda de seus hóspedes” (Almada aqui parece compreender, ou pelo menos confere atenção à importância da palavra nessas estruturas sociais). Ao que parece, nos últimos anos houve muitas disputas, mortes e roubos, ao ponto que os lusitanos passaram a viver em uma aldeia separada, construída pelos mesmos sem nenhum auxílio da coroa, e que também funciona como proteção contra ingleses e franceses, habituais inimigos e saqueadores do comércio português.

Ao contrário das regiões e rios comentados acima, o rio São Domingos segue um padrão bastante diferente, permanecendo com presença portuguesa ininterrupta por todo o período analisado. Isso ocorre sobretudo em função da aldeia de Cacheu, onde se constrói um forte português no início do século XVII, e é um espaço descrito como fundamental para o comércio da coroa ibérica na região.

Em 20 de abril de 1607, o capitão Sebastião Fernandes Cação envia uma carta ao Rei Filipe II propondo a construção de uma fortaleza em Cacheu, para defesa do comércio e proteção contra os ataques de piratas e dos Bijagós, ferozes habitantes das Ilhas Bijagós que assolavam tanto comerciantes estrangeiros quanto outros reinos da região, sobretudo os

¹⁸⁰ ALMADA *Tratado breve*. p. 259.

Biafadas. Em seu pedido, Cação destaca que há marfim e cera em grande quantidade, os quais precisam ser protegidos dos interesses de franceses, flamengos, ingleses e outros inimigos da coroa, que muito prezam por essas mercadorias.¹⁸¹

O rio Grande é descrito como sendo um porto de comércio de tamanha importância que é comum avistar-se de vinte a trinta navios navegando em sua extensão. Todos eles, segundo Andrada, comercializam escravos, marfim e ouro, que vêm do interior. Este também é um território cobiçado pelos franceses que “de dois anos a esta parte vão os franceses a este rio com suas naus e lanchas d’armada e que roubam todos os navios que há”.¹⁸²

Entretanto, por conta de sua posição geográfica, ao sul da Senegâmbia, e provavelmente em função do fortalecimento de Cacheu, a posição lusitana nos rios do sul não chegou a ser tomada por outros europeus, embora o temor de que isso ocorresse continuou existindo, bem como eventuais ataques de corsários. Como se percebe ao longo das décadas, tanto o rio Grande como o rio do Nuno,¹⁸³ continuaram um espaço onde os portugueses conseguiam comercializar sem a grande presença de ingleses ou franceses.

A Serra Leoa era o local mais desejado pela classe mercantil cabo-verdiana, como já discutido, existiram projetos de colonização deste espaço, e alguns dos próprios documentos aqui analisados eram, além de uma descrição dos reinos, povos, rios e comércio da Senegâmbia, uma tentativa de apresentar as possibilidades do povoamento da região e os benefícios para a coroa que tal empresa poderia trazer. André Almada, Baltasar Barreira e André Donelha comentam extensivamente em seus relatos sobre esse tópico.

Talvez justamente por esse interesse particular, apesar de, como sabemos, a Serra Leoa ter permanecido com uma presença portuguesa muito maior do que demais nações, menciona-se muito as atividades comerciais de ingleses, holandeses e franceses, principais inimigos da monarquia hispânica.

Efetivamente, o único dos relatos analisados que não menciona diretamente o trato de outras nações na Serra Leoa é o de André Álvares de Almada, talvez um dos que mais

¹⁸¹ BRÁSIO, António. **Monumenta Missionaria Africana, África Ocidental (1570-1600)**. 2º série. Volume IV p.250, 1968.

¹⁸² *Relação de Francisco de Andrade*. p. 105

¹⁸³ Embora seja pouco comentado na presente pesquisa, o rio do Nuno, assim chamado em homenagem ao navegador Nuno Tristão, é um espaço deveras particular dentro da realidade socioeconômica dos rios da Senegâmbia. Este era um rio sem muito comércio de cera, marfim, ouro, couros ou escravizados, tanto que é até mesmo pouco comentado em algumas fontes, entretanto, ele era o mais importante centro de comércio de tintas de toda a Guiné. Sobre o rio Nuno, André Álvares de Almada afirma que as tintas não eram como aquelas obtidas no restante da costa, “estas deste Rio são diferentes, porque são árvores como hera, e vão ttependo pelas outras árvores, e têm as folhas largas. E os negros, no tempo, apanham estas folhas e as pisam, e fazem uns pães como de açúcar, assim gratides, enfolhados com as folhas de cabopa, e vêm os nossos navios a carregarem-se destas tintas, que é um grande trato, para o Rio de São Domingos.” *Tratado Breve*. p. 342

fervorosamente apoia o povoamento da região. Entretanto, Almada articula a esperança de que, com a ocupação lusitana, europeus de outras nações não conseguiriam comercializar com os povos nativos, em passagem curiosa, o antigo capitão diz que os povos da Serra Leoa “jamais terão amizade com Franceses nem Ingleses, que lhes consintam na sua terra terem nenhum trato, como na dos Jalofos, salvo se forem induzidos pelos nossos, quando lançados das nossas partes, porque sempre tiveram ódio formado a estas nações.”¹⁸⁴

O intervalo de tempo aqui investigado apresenta um claro recuo do comércio lusitano na região intitulada pelos próprios de Rios da Guiné do Cabo Verde: destes rios, apenas aqueles ao sul de Casamansa continuam com uma atividade mercantil considerável a partir de mercadores ibéricos, enquanto os rios Gâmbia e Senegal, dois dos principais eixos econômicos da região, presenciaram um aumento da presença de agentes de outras nações, dentre as quais destacamos ingleses e franceses, mas ressalta-se que eles não eram os únicos. Mesmo após o fim da União Ibérica, em 1640, essa situação não seria revertida.

Esse período é também quando as exportações de cera de abelha, como discutir-se-á mais detalhadamente no capítulo seguinte, aumentam em grande quantidade para o Atlântico, assim como se espalham de forma rápida pelos portos de boa parte da Senegâmbia. A cera já nos primeiros anos do século XVII era uma das principais mercadorias da região, nesse sentido, a construção do forte de Cacheu, um dos principais espaços de produção e venda da cera, ao mesmo tempo em que assegurou aos portugueses um importante centro comercial dentro do continente africano, fez com que a cera representasse uma das mercadorias fundamentais para todo o mercado atlântico lusitano.

De acordo com Michel Tuck, os registros da *Royal African Company* apontam que as exportações de cera nos anos de 1665-66 somavam cerca de 10.000 libras (cerca de 4,5 toneladas), enquanto em 1734 aumentaram para mais de 45.000 libras (aproximadamente 20 toneladas). No início da década de 1730 a cera de abelha correspondia a 25% do valor total de mercadorias trazidas do Rio Gâmbia.¹⁸⁵

Em 1622, Dom Francisco de Moura, antigo capitão e governador de Cabo Verde, advertia a coroa da fragilidade do comércio hispânico na Senegâmbia, e do quanto esse comércio era lucrativo para franceses e ingleses. De acordo com o governador, *as naus*

¹⁸⁴ ALMADA. *Tratado Breve*. p.375

¹⁸⁵ TUCK. *Everyday Commodities*. p. 292.

*estrangeiras que deixavam a costa da Guiné levavam, cada uma, cerca de 400 quintais de cera em direção à Europa ou às Américas, sem pagar taxas e impostos à coroa.*¹⁸⁶

Duas décadas mais tarde, já no período pós União Ibérica, encontramos informações no Memorial do Visitador da Guiné de 1647,¹⁸⁷ texto escrito ao Rei João IV por João D’Almeida, acerca do comércio de “estrangeiros” na Guiné. Demonstrando que os temores lusitanos permaneceram mesmo após a independência do Reino de Portugal. Ainda neste documento, João D’Almeida comenta especificamente sobre a cera, estimando que todos os anos franceses, ingleses e holandeses obtinham mais de 4.000 quintais de cera e marfim dos portos:

“E porque os Estrangeiros, scilicet, Francezes, Ingrezes e Olandezes, metem todos os annos nos resgates de Guiné mais de doze mil quintais de ferro, sem o qual não se pode fazer nenhū commercio; e passante de oitenta mil cruzados de fazendas, como hé coral, christal, alambre, panno uermelho, catalufas, olandas, ruõis, estanho, bronze, cobre, trassados, facas, papel, e outros muitos géneros, em naos poderozas; leuando de retorno o melhor de setenta mil couros vaccuüs e de antas, e mais de quatro mil quintais de sera e marfim, e perto de 18 ou vinte mil quintais de pao de camo, semelhante ao de campeche para suas tintas, com algum pouco de oiro, âmbar, e negros, que resgatão com os mesmos gentios e com os portuguezes. E é impossivel atalhar se tam grande desordem sem que haja poderosas embarçaois de V. Magestade, e se levem estes géneros deste Reino.”¹⁸⁸

¹⁸⁶ BRÁSIO, António. **Monumenta Missionaria Africana**. Segunda Série. Volume V. África Ocidental (1623-1650). 1979. p.701.

¹⁸⁷ BRÁSIO, António. **Monumenta Missionaria Africana**. Segunda Série. Volume V. África Ocidental (1623-1650). 1979. pp.454-458.

¹⁸⁸ BRÁSIO, António. **Monumenta Missionaria Africana**. Segunda Série. Volume V. África Ocidental (1623-1650). 1979. p.456

Capítulo 3

Integração ao Mundo Atlântico e o Comércio de Cera de Abelha

Este último capítulo, de caráter mais extenso e de maior análise documental, parte das discussões já estabelecidas anteriormente, da historicidade da cera de abelha e sua importância no cenário da Senegâmbia pré-colonial, para analisar questões que se relacionam diretamente com as hipóteses construídas até aqui, bem como com a historiografia africana de forma geral.

A primeira seção do capítulo, intitulada “*Agentes africanos, lançados e as mercadorias da Senegâmbia*” dialoga com temáticas bastante atuais, e por vezes polêmicas, nos debates historiográficos africanistas. Após longas décadas, desde o final do século XIX, de estudos de espaços não-europeus a partir de visões descaradamente racistas, os debates a partir da metade do século XX passaram a girar em torno do desenvolvimento, ou do subdesenvolvimento das regiões africanas. Em um reducionismo vulgar, esses debates colocaram perspectivas pautadas pelo marxismo de um lado, e outras de caráter mais liberal de outro, em discordância tanto sobre a causa como sobre os impactos no desenvolvimento do continente africano.

A despeito de suas discordâncias, ambos os modelos se baseavam em estudos mais “amplos” dos processos históricos, tratando das estruturas sistêmicas em um conjunto geral, sem atenção particular aos indivíduos e principalmente ao aspecto cultural. Foi essa justamente a faceta mais criticada, não somente desses estudos mas de todo um modelo dos estudos sociais, a partir das últimas décadas do século XX, com a virada dos estudos culturais. A partir de então, emergiram numerosos estudos em diversas áreas das humanidades destacando, dentro do paradigma culturalista, a questão da agência dos povos historicamente marginalizados, tanto na realidade material quanto em suas análises sociais.

Nesse contexto, dentro da historiografia africanista, as discussões acerca da agência de sujeitos africanos, sobretudo dentro das análises sobre a escravidão, têm se destacado como forma de rechaçar as perspectivas que reforçam a passividade de personagens não-europeus nas narrativas históricas.

Embora esta pesquisa esteja inserida em um campo de análise atlântica, destacando mudanças socioeconômicas no espaço da Senegâmbia, e tendo a cera de abelha como objeto

de estudo, a dimensão da agência encontra-se intrinsecamente ligada a essa análise. Tal como se relaciona diretamente com a nossa hipótese sobre a cera ser mobilizada sobretudo por pessoas comuns que, através dela, se inseriram no chamado mundo atlântico.

Dessa forma, a primeira parte deste capítulo se volta para uma breve discussão sobre a agência em tempos de comércio atlântico, buscando mobilizar tanto africanos como outro grupo primordial para o funcionamento das estruturas de troca na Senegâmbia, os chamados lançados, ou tangomaos, portugueses que se estabeleceram no continente e passaram a tecer relações muito mais próximas dos nativos e de outras nações, transitando entre distintas esferas culturais.

Buscou-se observar, também, de que forma tais agentes apareciam nas principais fontes trabalhadas ao longo da pesquisa, que ilustram a realidade histórica da Senegâmbia, ao mesmo tempo em que problematizam os desenvolvimentos e conflitos na região. Uma vez que tais sujeitos são considerados os verdadeiros agentes das estruturas comerciais no espaço aqui trabalhado, julgamos conveniente também apresentar, ainda que de forma breve, algumas das principais mercadorias transitando através desses agentes, muitas vezes em conjunto com a própria cera de abelha.

Dentre as dezenas de mercadorias que eram produzidas e comercializadas na Guiné, comentaremos especificamente sobre cinco: marfim, couro, sal, noz de cola e o ferro. A escolha para isso não é aleatória; tal qual a cera de abelha, as duas primeiras mercadorias, marfim e couros, são produtos com base na exploração animal, que dependem inteiramente da interação humana com outros seres vivos, mais do que somente com aspectos ecológicos e ambientais. Além disso, tanto o marfim quanto o couro são, juntamente com ouro, cera e africanos escravizados, as principais mercadorias citadas nos registros levantados sobre o comércio na Senegâmbia.

Já as três últimas mercadorias citadas, ferro, sal e a noz de cola, pertencem a uma categoria de produtos que, apesar de produzidos em grande quantidade pela costa africana, não eram destinados para o mercado externo, no Atlântico. Estes eram produtos extremamente valorizados pelas sociedades da Senegâmbia, e eram constantemente vendidos por mercadores lusitanos em determinados pontos comerciais da Senegâmbia. Isso ocorre pela grande diversidade ecológica da região, como já comentamos, o que, na prática, significava que em determinadas regiões alguns produtos eram encontrados, enquanto em outras não, sendo muito requisitado. O sal, por exemplo, era extraído sobretudo nos arquipélagos ao longo da costa, enquanto a cola vinha das florestas tropicais ao sul da Senegâmbia. Assim, quantidades significativas desses produtos eram adquiridas por mercadores portugueses no

litoral e nas ilhas, para então serem trocadas, juntamente com o ferro, com africanos em locais onde havia grande demanda por tais produtos.

Em seguida, se abordará o conjunto de transformações sociais, políticas, culturais e econômicas ocorridas na região a partir do século XV, com grandes desdobramentos do século XVI em diante. Argumenta-se que, ao passo em que o comércio atlântico (especialmente a escravidão) em grande escala foi o grande catalisador dessas mudanças, elas também ocorrem em conjunção com processos internos já em curso no continente, bem como a partir das relações desenvolvidas entre sujeitos e estruturas de dois mundos até então separados.

A ascensão do reino mandinga de Gabu e o enfraquecimento da Confederação Jalofa, dando lugar para o fortalecimento dos reinos na costa, são provavelmente os processos mais bem documentados e analisados dessas mudanças nas estruturas de poder da região. Entretanto, tais impactos também foram sentidos por grupos menores, pequenas sociedades e reinos apartados, que, de diferentes maneiras, buscaram responder às pressões atlânticas e às efervescências históricas em curso em seu território.

O terceiro tópico constitui o principal trabalho de análise de fontes dessa pesquisa, ao encarar diretamente muitos dos questionamentos colocados desde a concepção do projeto de pesquisa e as problemáticas pensadas a partir do tema. Argumentamos que a cera de abelha, apesar de sua pouca visibilidade na historiografia e de seu relativo desconhecimento frente à outros produtos em circulação no mercado atlântico, foi um importante bem de exportação africano, e esteve vinculado diretamente com o processo de integração de sujeitos marginalizados e grupos fora do controle comercial ao Mundo Atlântico.

Entretanto, apesar da extensa pesquisa nos mais diversos corpos bibliográficos irem ao encontro dessa hipótese, resta investigar a fundo a cera de abelha nos documentos da época, e, mais do que isso, pensar historicamente seu lugar no Atlântico e sua relação com os indícios levantados até então. Em outras palavras, apesar dos debates levantados no primeiro e no segundo capítulo, ainda nos falta de fato *encontrar* a cera de abelha.

Nesse sentido, realizamos um levantamento minucioso de todas as menções à cera de abelha em dez dos principais locais de comércio por toda a costa da Senegâmbia a partir de cinco relatos diferentes, que datam desde 1582 até 1635. Esse levantamento resultou em um mapeamento da cera que pôde ser analisado tanto geograficamente quanto temporalmente, e resultou também em uma análise mais completa do lugar da cera de abelha na região, o papel de povos nativos e a relação com comerciantes estrangeiros.

Em conclusão, a última parte do capítulo consiste em uma análise mais breve sobre a cera de abelha em Angola, a título de comparação sobre suas principais características em

relação a Guiné, principalmente em função de Angola, a partir do século XVIII, vivenciar um grande crescimento no comércio desse produto em direção ao atlântico, tal qual a Senegâmbia anteriormente. Argumenta-se que, salvo suas diferenças espaciais e temporais, nesses dois espaços há alguns pontos em comum sobre as características da cadeia mercantil desse produto, levando a novas possibilidades de pesquisa sobre o tema.

Agentes africanos, lançados e as mercadorias da Senegâmbia

As pesquisas historiográficas sobre a História da África têm, nos últimos anos, buscado frisar a participação africana no comércio atlântico de forma ativa, sobretudo a partir do controle do território, bem como a partir da imposição de normas, regras e condutas a serem seguidas pelos mercadores estrangeiros em seu território.¹⁸⁹ Tal movimento se faz necessário, sobretudo para combater visões ultrapassadas da passividade de sujeitos historicamente marginalizados, assim como para demonstrar que a materialidade histórica é um processo muito mais complexo do que um simples painel entre sujeitos despersonalizados, sem agência e voz ativa de um lado, e sujeitos historicamente relevantes, que constroem ativamente os processos históricos de outro.

Essa dissertação confere um maior destaque a outras formas de participação africana no comércio atlântico, que talvez ainda recebam menos destaque na historiografia. A coleta e produção de uma substância pouco comercializada, e eventual transformação desta em um dos principais produtos do Atlântico, não é um processo que poderia acontecer sem a agência de grupos africanos familiarizados com a criação de abelhas e a coleta de mel e cera. Ademais, tal fenômeno também se encontra completamente relacionado com a luta para escapar das guerras e ataques que se intensificaram com o crescimento do comércio escravista.

Entretanto, a cera também faz parte de uma cadeia estruturada a partir dos portos comerciais, que dão vazão a diversas mercadorias para o Atlântico, e se encontram sob o controle de diversos mandatários africanos, como se têm destacado no campo da historiografia africana. Dessa forma, faz-se também necessário ressaltar que mercadores europeus, cada vez mais presentes na costa da Senegâmbia, desde o século XV até pelo menos o início do século XIX, encontravam-se sujeitos às regras e imposições dos líderes africanos.

Um desses costumes mais comentados é o de, ao chegar em um território para comprar e vender produtos, comerciantes estrangeiros oferecerem presentes aos reis e líderes locais.

¹⁸⁹ THORNTON.. *A África e os Africanos na Formação do Mundo Atlântico*.

Tais presentes eram, em grande medida, objetos simbólicos, que eram ostentados como símbolos de poder. Embora o termo utilizado seja “presente”, essa é uma prática que em pouco tempo de contato tornou-se praticamente obrigatória: era esperado que, ao chegar na costa para comercializar, mercadores estrangeiros sempre trouxessem aos líderes africanos seus presentes pela permissão de realizar suas atividades mercantis na região, correndo o risco de serem expulsos caso contrário, ou, pelo menos, de não conseguirem realizar suas atividades com segurança

Um exemplo dessa prática foi relatado pelo inglês, Richard Rainolds, viajando na região do Porto D’Ale, próxima a atual Ilha de Gorée, que descreve que, no dia 12 de novembro de 1591, os subordinados diretos dos reis locais embarcaram nos navios com suas canoas para receber “os deveres dos reis pela ancoragem permitindo o ambiente tranquilo de sua embarcação”.¹⁹⁰

Nesse mesmo trecho do relato, em passagem bastante curiosa, Rainolds comenta que os nativos ficaram satisfeitos ao ver que não havia nenhum português na embarcação de Rainolds e Dassel, dizendo que, caso não trouxessem portugueses durante as trocas, seriam sempre bem vistos pelo rei e seu povo. Era bem visto que os comerciantes ingleses viessem por si próprios, “tal como os franceses sempre fizeram e ainda fazem.”¹⁹¹

Esse relato é bastante importante por destacar justamente a relação de sujeição dos povos estrangeiros no continente, bem como os jogos de poder dos quais líderes e soberanos africanos tomavam parte ativamente. Não somente os nativos marcadamente rejeitavam a presença portuguesa na região, como também suas normas e avisos colocavam franceses e ingleses no mesmo patamar, grupos que, a princípio, deveriam estar competindo pelo protagonismo no comércio. Ali, ingleses e franceses atuavam de forma parecida, controlada e sob as regras do rei local.

Em virtude da constante atividade econômica na costa, com o passar do tempo algumas vilas e pequenas povoações de europeus, sobretudo lusitanos, foram surgindo na Senegâmbia, sempre às margens dos principais rios que desembocam no Atlântico. Na prática, isso serviu para aproximar os comerciantes dos locais de troca, mas também acabou por aproximá-los da vida no continente, dos hábitos e costumes das nações africanas, ao passo

¹⁹⁰ Tradução nossa: “*The alcaide or gouernor thereof with a great traine came aboard in their canoas to receiue the kings dueties for ankerage and permitting the quiet setting vp of our pinnesse*”

¹⁹¹ Tradução nossa: “*...who liked passing well that no Portugall came in the shippe, saying, we should be better thought of by the king and people, if we neuer did bring Portugall, but come of our selues as the Frenchmen euer did and doe.*”

em que se distanciaram de alguns aspectos da vida como súditos da Coroa. Uma boa parte desses homens e mulheres acabaram formando o grupo social caracterizado nas fontes e na historiografia como lançados.

Com efeito, os lançados eram, a princípio, agentes da coroa portuguesa que deveriam estabelecer relações comerciais com as regiões para as quais eram designados. Foram eles os primeiros personagens a efetivamente habitar o continente, não apenas o arquipélago de Cabo Verde, e travar relações mais próximas com os reinos da costa. Esse movimento acabou por tornar esses sujeitos muito mais próximos das estruturas sociais e econômicas da região, dominando com o passar dos anos a língua e os hábitos locais, os caminhos pelo interior e os métodos tradicionais de navegação (muitas vezes desconhecidos pelos estrangeiros, e derradeiros fatores que impediam o acesso a determinados locais).

Os lançados desenvolveram também interesses próprios, separados dos interesses da Coroa, uma vez que sua vida já não se encontrava na metrópole: muitos deles se casaram e construíram seu cotidiano nas novas terras. Isso foi alvo de crescente irritação por parte do aparato administrativo metropolitano, assim como de mercadores lusitanos e cabo-verdianos, conforme se observa em diversos documentos da época:

“Este Rio, (rio Gâmbia) de que imos tratando, era o melhor que havia em Guiné, de mais resgate que todos; fazia-se nele com cinco e seis coisas diferentes um escravo, que não saía comprado por cinco cruzados de bom dinheiro. Hoje está perdido, devassado dos lançados, que andam adquirindo os despachos para os Ingleses e Franceses (...)”¹⁹²

Não somente os lançados se aproximaram mais do comércio continental do que qualquer mercador que realizava suas atividades nos portos da costa, a partir de sua embarcação, como muitos deles também passaram a comercializar e intermediar relações com inimigos jurados da Coroa Ibérica: franceses e ingleses.

Almada se queixa dos laços construídos entre os portugueses lançados com esses europeus de outras nacionalidades, concluindo de maneira bastante fatalista que “por esta causa estão estes resgates de toda esta costa do Cabo Verde até o Rio de Gâmbia perdidos. E não tratam neles senão estes lançados com os inimigos (...)”¹⁹³ Diz ainda sobre esse assunto que, não fossem os portugueses lançados, franceses e ingleses jamais teriam o comércio que tinham na Senegâmbia, conferindo o crescimento do comércio das nações inimigas, bem como a diminuição da atividade portuguesa na costa, às ações desse grupo.

¹⁹² ALMADA. *Tratado Breve*. pp. 285-286.

¹⁹³ *Ibid*, p. 251

Os lançados, tal como qualquer estrangeiro, conseguiam se estabelecer no território apenas com o consentimento dos mandatários locais. Apesar de seus eventuais poderes políticos ou econômicos, adquiridos através do comércio, a relação dos lançados com os chefes da região nunca deixou de ser hierárquica. Ao mesmo tempo, essa posição permitiu a esse grupo realizar o verdadeiro comércio direto com os nativos, em uma estrutura que se tornou comum não somente no rio Gâmbia, mas em boa parte das rotas fluviais da Senegâmbia, como no sul, onde um relatório de 1606 descreve povoações habitadas por lançados lidando diretamente com as mercadorias mais preciosas do trato local:

“Mais adiante está a outra boca do mesmo Rio Grande, que se chama Biguba, no qual os portugueses têm outra povoação em que há muitos tangomaos e fazem por ali muitos resgates com os negros da terra, de marfim, ouro, cera e escravos.”¹⁹⁴

Inegavelmente, existiam também muitos lançados que eram importantes parceiros comerciais dos portugueses, como diversos trechos do relato de André Donelha, por exemplo, deixam evidente. Isso, contudo, apenas demonstra a maneabilidade das relações desenvolvidas por esses sujeitos, transitando entre dois universos culturais distintos, e sem os quais, segundo a historiadora Maria Emília Madeira dos Santos, o comércio na região seria muito menos volumoso, uma vez que enquanto importantes intermediários nas trocas os lançados “aumentavam o montante das transações que sem sua interferência seriam de muito menor vulto e não atingiriam o sertão em tão grande profundidade”¹⁹⁵

Um contraponto final, bastante importante em nossa perspectiva, é de que apesar do comércio na África era de fato relação pautada pelos africanos, isso não serve de forma alguma como justificativa para dizer que esse comércio foi igualmente lucrativo para todos envolvidos, como leituras mais radicais das teses do protagonismo africano podem sugerir. Sim, não foram poucos os africanos que lucraram com o comércio atlântico, em grande parte com o tráfico de escravizados, e percebemos, inclusive em nossas fontes, a quantidade de poder que líderes africanos tinham sobre o tráfico. Entretanto, essa não foi uma relação igualitária em dois sentidos: o primeiro deles deve ser entendido a longo prazo, e o segundo deles deve ser analisado a partir de uma relação de classes.

¹⁹⁴ BRÁSIO, António. **Monumenta Missionaria Africana, África Ocidental (1570-1600)**. 2º série. Volume IV p. 211

¹⁹⁵ SANTOS, M. E. M. Lançados na Costa da Guiné: Aventureiros e Comerciantes. In: Albuquerque, Luis (Org.) Portugal no Mundo, 6 Volumes, Lisboa: Alfa, 1989. p. 87.

Marfim

O material do qual são feitas as presas dos elefantes é uma mercadoria bastante valiosa e procurada na África. Desde antes da chegada dos europeus no século XV, o marfim já fazia parte das rotas transaarianas, sendo transportado através da Senegâmbia em direção ao Norte. Já no século XVI, o marfim é amplamente comercializado em muitos dos portos e postos comerciais estabelecidos no rio Gâmbia, os quais se encontravam, em sua maioria, sob o controle dos Mandingas e mais tarde do reino de Gabu.¹⁹⁶ Há um direcionamento significativo de uma mercadoria, bastante presente nos antigos circuitos comerciais no interior da África Ocidental, para o litoral em resposta ao surgimento de um mercado competitivo e dinâmico na costa.

Almada afirma que há muito marfim no rio Gâmbia, “mais que em nenhum outro Rio de Guiné”,¹⁹⁷ entretanto tal sentença provavelmente se refere ao marfim comercializado, pois a região que vai dos rios ao sul do Gâmbia até Serra Leoa era particularmente conhecida pela presença de marfim.¹⁹⁸ Isso corrobora a tese de que o Gâmbia se tornaria uma importante via comercial do Atlântico através do protagonismo de africanos diretamente envolvidos com o mercado na costa, tratando de impulsionar as trocas econômicas a partir dos bens ali disponíveis e de seus próprios interesses.

O trato de marfim foi um dos mais importantes na Senegâmbia nesse período, e continuou sendo após o século XVII, com o estabelecimento de mercadores e companhias de comércio inglesas, francesas, holandesas e até mesmo alemãs. O marfim tinha um valor agregado superior à grande maioria dos produtos comercializados na Senegâmbia, sendo utilizado pelos africanos que dominavam seu circuito comercial no interior para acirrar a disputa comercial entre os europeus.

Embora seu comércio não tenha sido tão volumoso nas primeiras décadas de interação com o mundo atlântico, sobretudo pelo principal interesse lusitano na época ser o ouro, já no final do século XVI, com outros europeus na Senegâmbia, numerosas caçadas de elefantes eram empreendidas ao longo da costa, resultando em uma matança desordenada desses animais e - tal qual acontece com o comércio de escravos - em um avanço constante da fronteira de caça em busca de novas áreas de fornecimento de marfim.

A partir do final do século XVI, o comércio de marfim, seguindo um padrão geral do comércio na Guiné, se aproximava de comerciantes franceses, ingleses, holandeses, entre

¹⁹⁶ MALACCO. *O Gâmbia no Mundo Atlântico*. pp. 46-49.

¹⁹⁷ ALMADA. *Tratado Breve*. p. 272.

¹⁹⁸ BARRY. *Senegambia and the Atlantic slave trade*. p. 38.

outros, ao passo que os hispânicos viam sua influência diminuir em importantes pontos da costa. A caçada de elefantes, o comércio e o uso do marfim tinha, também, um caráter simbólico e ritualístico, que chamou a atenção dos europeus e demonstra a considerável importância do marfim para os povos da África Ocidental. Era um produto muitas vezes utilizado como presente ou tributo, fosse nas relações comerciais, fosse nas relações políticas e sociais dentro das sociedades africanas. Sobre a caça de elefantes, Colleen Kriger afirma:

[...] era realizada apenas pelos caçadores mais habilidosos e experientes e apenas raramente até o final do século XVIII. Caçadores também costumavam pagar uma parte ou taxa para os donos das terras em que a matança aconteceu, que poderia ser designada como uma das duas presas. Essas restrições colocaram limites na quantidade de marfim que estaria disponível para exportação, levando pessoas comuns sem qualificação a procurar carcaças e presas de elefante na zona rural.¹⁹⁹

Couro

De acordo com Felipe Malacco, com base em Jean Boulègue, o couro de animais pode ser considerado o principal produto da economia de reinos Jalofos e Mandingas, que controlavam os principais portos nos rios da Senegâmbia. Essa suposição ocorre do fato do couro, ainda que seu valor agregado seja bastante inferior ao marfim, ser encontrado em praticamente todos os portos da Gâmbia, mesmo entre aqueles de difícil acesso pela navegação, o que mostra a disposição europeia para adquirir esse produto.²⁰⁰

O principal couro exportado na região era o bovino, e seu desenvolvimento é associado ao crescimento do poder político e militar dos Fulas, tradicionais pastores e criadores bovinos. A expansão do comércio atlântico e a consequente aumento pela procura de couro de animais estimulou a ocupação de áreas de rebanho e pastoreio, tornando o maciço de Futa Jalom um espaço ainda mais vital para os processos históricos desenvolvidos na Senegâmbia, por ser uma das melhores áreas da região para criação animal, e por fim, forneceu as bases econômicas para as *jihads* empreendidas pelos Fulas entre os séculos XVIII e XIX.

¹⁹⁹ Tradução do inglês: “The hunting of elephants was carried out only by the most skilled and experienced hunters and only rarely with guns until the late eighteenth century. Hunters also customarily owed a share or fee to masters of the lands in which the kill took place, which might be assessed as one of the two tusks. These constraints placed limits on the amount of ivory that would be available for export, leading unskilled ordinary people to scavenge for elephant carcasses and tusks in the countryside.” In: KRIGER, Colleen E. *Making Money: Life, Death, and Early Modern Trade on Africa's Guinea Coast*. Ohio University Press, 2017, p. 60.

²⁰⁰ MALACCO. *O Gâmbia no Mundo Atlântico*. pp. 63-64.

No período aqui analisado, o comércio de couro e peles também se encontra vinculado à própria cadeia mercantil do marfim, visto que a pele dos elefantes vítimas de caçadas também era aproveitada e comercializada, assim como a de outros animais da região, embora em um grau bastante inferior. De acordo com George Brooks e Coleen Kriger, esse comércio também deve ter estimulado o aumento de grupos e populações que passaram a trabalhar diretamente com peles e couro de animais,²⁰¹ possivelmente mesmo em grupos descentralizados ou sem grandes rebanhos de animais, visto que a criação de gado pode ser realizada em escala doméstica, e provavelmente foi incentivada pelo comércio atlântico.

O comércio de couro na Senegâmbia não apenas fez surgir novas interações na costa, entre africanos e europeus, modificando estruturas sociais entre as populações em contato com esse comércio e transformando as relações humanas com a fauna local, como também foi um importante fator para o estabelecimento dos Fulas como o grupo social mais poderoso e rico da região durante o século XVIII.²⁰²

Sal

Presente nas rotas mercantis do Oeste africano desde antes do século XV, o sal é um dos produtos mais importantes para o comércio na Senegâmbia. Analisar sua cadeia mercantil permite compreender as interações entre comerciantes europeus e africanos como uma relação mais dinâmica do que a simples troca entre exportações e importações. O sal está associado a uma necessidade básica de todas as populações humanas: a alimentação. Através da conservação de alimentos o sal é um recurso vital e bastante procurado por grandes impérios e pequenas comunidades. As regiões produtoras de sal na costa e nos arquipélagos da Senegâmbia foram um dos principais espaços econômicos da Senegâmbia até o século XV, quando ainda era uma região secundária das rotas transaarianas, e também uma das razões para o avanço do Império Mali em direção ao litoral.

No momento de chegada dos portugueses à Senegâmbia, o sal era parte de um circuito comercial movimentado pelas populações mandingas mais próximas à costa, produzido sobretudo por populações costeiras e ribeirinhas, como os Niominka,²⁰³ e seus maiores compradores eram reis e senhores jalofos distantes da costa. Com a instalação lusitana em Cabo Verde e o desenvolvimento de relações comerciais na costa, os mandingas foram

²⁰¹ BROOKS. *Western Africa*. p. 129, KRIGER. *Making Money*. p. 109

²⁰² BARRY. *Senegambia and the Atlantic slave trade*. p. 96.

²⁰³ BROOKS. op.Cit. p. 13.

substituídos por portugueses e luso-africanos na posição de intermediários do comércio de sal na região.

Na bibliografia consultada não fica claro de que forma esse processo acontece, mas o fato de uma quantidade razoável de sal ser trazida da Europa para o comércio na África,²⁰⁴ e não serem exatamente os Mandingas os produtores do sal, nem possuírem o controle de uma parcela significativa do comércio,²⁰⁵ nos permite considerar uma transição gradativa do comércio de sal de agentes comerciais mandingas para as mãos de mercadores lusitanos, capazes de adquirir e comercializar o sal em maior quantidade a partir da posição estratégica do arquipélago de Cabo Verde.²⁰⁶ A importância do sal para os povos e reinos do interior não deixa de ser notada por Almada:

[...] fazem muito sal neste rio, que levam para vender por ele rio acima. E vale muito, porque das sessenta léguas deste rio para cima não o há, nem o fazem senão donde chega água salgada [...] tem muita valia o sal na terra destes [Fulas], mais que nenhuma outra mercadoria [...]²⁰⁷

Noz de cola

Além do sal, a noz de cola, um fruto cujo comércio é ancestral, era bastante importante para o comércio na Alta Guiné. A noz de cola era extraída na região de florestas tropicais ao sul da Senegâmbia, sobretudo na Serra Leoa, e transitava por rotas comerciais controladas por mercadores banhuns, mandingas e beafares em direção ao norte da África. Almada descreve a cola como um produto:

[...] tão estimado entre os negros que todos os mais deles a querem e compram e a levam até os mouros; dão por ela todas as coisas de mercadorias que em Guiné há [...] e todo o mais que por ela quiserem. Em este Rio de Gâmbia vale mais que em todos os outros de Guiné e usam estes negros dela como na nossa Índia do betele, por que com uma cola, que é como uma castanha, caminha um negro todo o dia comendo nela e bebendo nela.²⁰⁸

²⁰⁴ MALACCO. *O Gâmbia no Mundo Atlântico*. p. 65.

²⁰⁵ Tanto jalofos, como fulas e mandingas no interior da Senegâmbia, eram grandes compradores de sal, uma vez que entre a costa e as reservas de sal no Sahel esse era um produto relativamente escasso. Mesmo com populações Mandingas comercializando algum sal na costa, isso não era o bastante para suprir a demanda no interior. Acredito que a introdução de comerciantes lusitanos no interior da Senegâmbia pelos rios foi capaz de movimentar esse comércio em maior quantidade.

²⁰⁶ KRIGER. *Making Money*. p. 25. O sal também era obtido de graça no arquipélago de Cabo Verde, gerando enormes lucros aos mercadores lusitanos quando trocavam sal e outras mercadorias por escravizados no continente.

²⁰⁷ ALMADA. *Tratado Breve*. p. 285.

²⁰⁸ ALMADA. *Tratado Breve*. pp. 283-284.

Almada ainda agradece aos céus, em seu texto, pelo fato de haver apenas noz de cola na Serra Leoa, e em mais nenhum território da Senegâmbia, ainda que tenham havido tentativas de semear a fruta em outros locais, mas que nunca vingaram de forma de fato produtiva. É perceptível que isso se encontra diretamente relacionado com o recuo do comércio lusitano, em contrapartida com o aumento de relações econômicas dos reinos da região com mercadores de outras nacionalidades. Para Almada e seus conterrâneos, ao menos, o importante comércio da noz de cola não estava nas mãos de ingleses, franceses ou holandeses.

A noz de cola era extremamente valorizada por ser um alimento rico em nutrientes, e tinha grande procura entre os “mouros”. Seu sucesso entre os mulçumanos se deve principalmente ao fato da noz de cola ser um poderoso estimulante, tido como artigo de luxo de bastante procura. O comércio atlântico, tal qual a cadeia mercantil do sal, modificou profundamente as rotas comerciais da cola na Senegâmbia. No século XVI o tráfico de escravos e a ascensão do reino de Gabu fizeram as redes controladas por mercadores banhuns e beafares, responsáveis pela transição da noz de cola pelo complexo mercantil do rio Gâmbia, passarem para o controle da antiga província mandinga. Entretanto, o valor do fruto para os africanos na Guiné e para o mundo Islâmico não passou despercebido à classe mercantil cabo-verdiana.

Através de Cabo Verde, os mercadores lusitanos tinham acesso a uma extensa área no litoral africano, de Arguin, no norte, à Serra Leoa, principal região produtora da valiosa noz de cola. Percebendo a grande demanda do fruto no rio Gâmbia, fosse para o consumo, para importantes fins ritualísticos ou para o comércio com o norte islâmico, as caravelas portuguesas passaram a fazer escalas em Serra Leoa, comprar várias remessas de noz de cola para serem trocadas por escravos, ouro e outras mercadorias na Senegâmbia, agindo como intermediários no comércio interno do oeste africano.

Ferro

Por fim, um breve comentário sobre o lugar do ferro nas transações comerciais da Senegâmbia se faz necessário. Barras e manufaturados de ferro já existiam na lógica do interior africano, compondo grande parte das redes mercantis que cortavam a Senegâmbia. Evidências arqueológicas apontam para registros de fundição de ferro em sítios no Senegal, Camarões e na Nigéria há milhares de anos,²⁰⁹ entretanto, desde as primeiras relações

²⁰⁹ KRIGER. *Making Money*. p. 15

comerciais com o Atlântico, o ferro se mostrou o produto de maior demanda na costa, sobretudo no sul da Senegâmbia, o que sugere que, pelo menos no litoral, a quantidade de metal disponível era limitada ou de baixa qualidade. Almada também descreve a presença de ferro africano no rio Gâmbia,²¹⁰ entretanto, em praticamente todos seus relatos de transações comerciais na Guiné, o ferro, em formato de barras, é descrito como uma mercadoria trocada por escravizados e outros bens.

No rio Gâmbia não havia necessidade de comércio de ferro, pois na terra há muito desse metal e existem muitos ferreiros, nas tribos e reinos, que o fundem em inúmeras armas, fato que não passou despercebido à Almada, ao dizer que é a terra com “mais armas que em nenhuma outra de Guiné”.²¹¹ Em outros locais, sobretudo entre sociedades menos centralizadas que jalofos e mandingas, o ferro era comumente descrito como um dos principais objetos de troca por mercadorias africanas.

A partir do século XVI e principalmente do XVII em diante, a barra de ferro torna-se a principal unidade de medida para os valores relativos a outras mercadorias, sendo ela mesma uma importante *commodity* importada. O ferro foi a mercadoria mais exportada da Europa para a Senegâmbia,²¹² perdendo importância apenas para o sal no interior do continente, provavelmente por conta da regularidade de oferta que o comércio atlântico trouxe para as populações mais afastadas do circuito interno do metal, trazendo um aumento significativo nas fundições de ferramentas, acessórios e, tardiamente, de armas pelos habitantes da Senegâmbia. Um dos motivos para o aumento do preço de africanos escravizados no século XVII, ou da queda do preço das importações de ferro, talvez se encontre também no crescimento vertiginoso de transações com barras de ferro introduzidas por holandeses e ingleses no comércio com a África.²¹³

Transformação do espaço e reordenação socioeconômica

²¹⁰ ALMADA. *Tratado Breve*. p 281. “Do ferro que há nesta terra fazem os negros uns ferros do comprimento de um palmo, de largura, no começo, de três dedos, e no cabo de dois; este ferro resgatam os nossos, e o levam ao Rio Grande e de S. Domingos [...]”

²¹¹ ALMADA. *Tratado Breve*. p. 273

²¹² Especialmente no século XVII, quando holandeses e ingleses passaram a comercializar quase exclusivamente com barras de ferro. Nas primeiras décadas de comércio com portugueses o comércio de ferro se encontra proibido por bulas papais, embora alguma quantidade ainda fosse trocada, pouco ferro entra na Senegâmbia em comparação com o período seguinte.

²¹³ KRIGER. op.Cit., p. 30.

Com o desenvolvimento do tráfico transatlântico em direção às possessões ibéricas nas Américas, no século XVI, o comércio de africanos escravizados tornou-se cada vez mais importante frente a outras mercadorias trocadas com os portugueses. Em particular, argumenta-se aqui, com base em Boubacar Barry, que tal processo redesenhou as estruturas políticas no espaço da Senegâmbia uma vez que, em maior ou menor escala, boa parte dos reinos, cidades e vilarejos da região começaram a interagir com o tráfico escravista.²¹⁴ Fosse essa interação enquanto agentes comerciantes, reis ou líderes de principados na costa, que vendiam cativos de territórios conquistados e grupos subjogados, ou como habitantes derrotados em conflitos bélicos e populações alvo constante de ataques para alimentar o comércio de escravizados, foram poucos os africanos na Senegâmbia que não sentiram algum tipo de impacto do tráfico em seu cotidiano.

Tal realidade foi especialmente cruel para muitos dos grupos que habitavam os rios do sul da Senegâmbia. Povos das ilhas Bijagós²¹⁵ e cidades mandingas na margem sul do rio Gâmbia, mais centralizados politicamente, organizavam ataques sistemáticos às variadas populações dessas terras alagadas. Populações como os balantas, papéis, bagas, nalus e até mesmo os comerciantes banhuns, que até o início do século XV possuíam considerável influência política e econômica na região, se tornaram as primeiras vítimas do tráfico negreiro. É natural pensarmos que os ataques aumentaram a tendência isolacionista desses grupos, especialmente em uma região repleta de manguezais que serviam como refúgio para pequenos e médios agrupamentos humanos, como sugere Boubacar Barry.²¹⁶

Ao fim e ao cabo, acreditamos que tal isolamento acabou-se por esvaziar a ocupação política, ainda que indireta e descentralizada, como era característica das populações do sul, de uma importante área da Senegâmbia, ao mesmo tempo em que, justamente através da captura e venda de escravizados, uma cidade mandinga ao sul do rio Gâmbia se destacava frente às demais e viria a se tornar a principal unidade política da região. Situada entre os rios Casamansa e Gâmbia, Gabu era um reino mandinga na Senegâmbia, tributário do Império do Mali, que se utilizou das transformações sistêmicas na região para crescer política e economicamente durante o século XVI, sobressaindo-se perante as demais unidades

²¹⁴ BARRY. *Senegambia and the Atlantic slave trade*. pp. 42-45.

²¹⁵ As Ilhas Bijagós são um caso à parte na história da Senegâmbia. Divididos em dezenas de pequenas ilhas, os habitantes Bijagós não estabeleceram nenhum comércio com europeus na região, ao contrário, eram verdadeiros senhores da guerra que levavam terror a portugueses e outros grupos nativos da região, sem distinção.

²¹⁶ BARRY. op.Cit. p. 43. Barry afirma, contudo, que foram os grupos minoritários da região Tenda – Bassari, Coniagui e Badyaranke vivendo entre as montanhas do Futa Jalom e os rios do Sul – as principais vítimas do tráfico de escravizados.

mandingas. Nesse período Gabu estendeu sua autoridade aos principados mandes em ambas as margens do Gâmbia, posição antes somente ocupada pelo distante Império do Mali.

De acordo com Almada, a disposição política dos grupos e reinos da região se devia a quem prestava obediência a quem, ou seja, uma relação de dominação tributária e baseada no controle daqueles em uma posição mais forte:

“Esta terra dos Beafares é muito grande, e assim como é grande há muitos Reis, uns metidos pelo sertão, outros ao longo do Rio, os quais guardam os mesmos costumes e leis. E há mais de dez Reis nesses Reinos dos Beafares. E os do sertão ficam sendo superiores aos mais chegados ao mar. [...] Sobre os Beafares fica um farim, que é como imperador entre eles, quem todos os Reis dos Beafares dão a obediência, chamado Farim-Cabo, a quem também a dão os Mandingas do Rio de Gâmbia, da banda do Sul dele.”²¹⁷

Nesse trecho, tratando dos domínios bijagós e beafadas (beafares), Almada se refere a um *Farim*, uma denominação para governadores mandingas vassalos do Mali, como Cabo, que é outra possível grafia da época para o reino de Kaabu ou Gabu. Enquanto Gabu ainda deve obediência ao Mali, visto que seu governante é chamado de *Farim*, sua abrangência política vai além de um Estado vassalo mandinga ao se tornar a força política dominante do sul da Senegâmbia. De fato, o período em que Almada escreveu o *Tratado Breve*, ao final do século XVI, é justamente o período de crescimento político de Gabu e início da emancipação em relação à soberania do Império Mali, como argumenta Felipe Malacco.²¹⁸

Essa ascensão do reino de Gabu se encontra interligada a diversos fatores regionais e externos. De acordo com Boubacar Barry, a própria invasão de Koli Tengela ao final do século XV já promoveu a expansão de Gabu em direção aos povos do sul, visto que a tomada de Futa Jalom trouxe mudanças estruturais sobre a demografia da região.²¹⁹ Entretanto, os principais gatilhos para esse processo não podem ser desvinculados do comércio atlântico e do tráfico negreiro na Senegâmbia a partir do século XVI. Como já exposto acima, os ataques em busca de cativos entre populações descentralizadas e pequenos vilarejos, ao sul da Senegâmbia, acabaram por gerar um vácuo de poder na região.

A reestruturação dos reinos da costa para comercializar com mercadores portugueses,²²⁰ aos poucos se integrando ao sistema do tráfico negreiro e de outras mercadorias no comércio atlântico, foi especialmente forte nos reinos e principados

²¹⁷ ALMADA. *Tratado*. Op. Cit. pp. 323, 327.

²¹⁸ MALACCO. *O Gâmbia no Mundo Atlântico*. p. 148

²¹⁹ BARRY. *Senegambia and the Atlantic slave trade*. p. 20.

²²⁰ Em geral, homens se mobilizando em grupos para *raids* contra grupos vizinhos e inimigos e mulheres ficando responsáveis pela alimentação e trabalhos domésticos. BARRY. op.Cit, p. 43

mandingas, que passaram a organizar razias de larga escala na região. Gabu, já em uma posição bastante estratégica geograficamente, fortaleceu-se ainda mais com essa política e iniciou um processo de expansão de domínios e de territórios tributários pelo sul da Senegâmbia.

Expandir em direção ao Sul e não ao Norte não foi uma escolha aleatória. Ao Norte se encontrava o território jalofo, forte militarmente o bastante para fazer frente ao poderio de Gabu, de forma que tal expansão não ocorreria facilmente. O clima ao Sul também era mais agradável, lembrava o país mandinga, mas provavelmente o fator mais importante era o de que as populações do Sul ofereceram menos resistência ao avanço militar, ao mesmo tempo em que eram capturadas e escravizadas.²²¹

A atitude de Gabu nesse processo é corroborada pelos relatos de que o *Farim* de Gabu era o “caçador de escravizados mais enérgico da região”.²²² Nesse sentido, o domínio das redes de comércio antes sob o controle dos bainuks e beafadas ao longo de rios como Casamansa, Geba e São Domingos, além do próprio Gâmbia, conferiu ao reino de Gabu uma prosperidade econômica que suportou e alavancou a sua expansão, assim como a motivou.

Além desses fatores, o comércio atlântico foi possivelmente um fator de peso para o declínio do domínio maliano na Senegâmbia, que permitiu o fortalecimento de Gabu e sua eventual independência do Império do Mali.²²³ A razão para essa hipótese é simples, uma vez que, como demonstramos, a Senegâmbia até o século XV não era economicamente ou politicamente autônoma, dependendo das redes caravaneiras do Norte e do Leste, e orbitando dentro da área de influência dos grandes Impérios da África Ocidental. O comércio atlântico inverteu essa situação, e tornou a região um relevante eixo econômico não apenas do Mundo Atlântico em formação, como também do oeste africano, com o redirecionamento de caravanas e rotas transaarianas para a costa.

Nesse processo, o rio Gâmbia acabou por se constituir na principal via mercantil da região, com dezenas de portos e uma grande extensão navegável, obtinha-se grandes quantidades de roupa branca de algodão, escravos, marfim e cera, que eram trazidos para a ilha de Cabo Verde e em direção ao Atlântico. Para os ibéricos, o principal porto do rio Gâmbia era o de Cantor, o qual era de uso exclusivo da coroa.

²²¹ NIANE, D. T. *Histoire des Mandingues de l'Ouest*. Paris : Edition Karthala. 1989. p. 36

²²² Tradução do inglês: “The Farim of Kaabu was the region's most energetic slave hunter.” BARRY. p. 43

²²³ Existem certas imprecisões sobre a data de independência de Gabu. Enquanto o real declínio da soberania do Mali sobre os reinos da África Ocidental ocorre apenas no século XVII, e relatos do século XVI conferem que o *mansamussa*, soberano do Mali, ainda era alvo de pelo menos alguma obediência simbólica de seus mandatários na Senegâmbia, um olhar sobre a atuação política do reino de Gabu já na segunda metade do século XVI fortalece a hipótese de que já não havia domínio real, prático, do Mali sobre o Gabu nesse período.

Toda a extensão do rio, percorrendo 1.130 km desde o planalto de Futa Jalom até a costa, era intensamente povoada por pequenos reinos e principados mandingas “e cada espaço de vinte léguas há um Rei deles, sujeito a outros, que se chamam Farões”²²⁴. O termo Farões, empregado por André Almada, decerto se refere aos *Farins*, que governantes de outros governantes. Felipe Malacco, em sua dissertação, confere maior destaque aos portos individuais existentes por todo o leito do rio, enquanto aqui trataremos mais do Gâmbia como uma unidade comercial, ainda que seja a com mais volume e destaque em termos comerciais.

Por fim, o esfacelamento da Confederação Jalofa, enfraquecida desde a invasão fula e o estabelecimento da dinastia Denianke, no Futa Toro, também contribuiu para a supremacia de Gabu na região. Mais que um fator para o crescimento do domínio do reino de Gabu, a dissolução da Confederação Jalofa foi um processo concomitante à ascensão de Gabu na Senegâmbia, e igualmente promovida, ou ao menos acelerada, pelo comércio atlântico, que acabou por garantir que Gabu fosse a principal unidade política da Alta Guiné na virada do século XVII.

Comentada no segundo capítulo, a Confederação Jalofa era a união entre os Estados de Salum, Ualo, Caior, Sine e Baol, cujo centro político ficava no interior, personalizado na figura do Grão-Jalofa, autoridade máxima dentro da confederação que congregava populações e reinos plurais. Os jalofos e sua organização são descritos detalhadamente por Almada no primeiro capítulo de seu tratado, que nos conta de sua estrutura e seu declínio no trecho a seguir:

“Este Reino dos Jalofos era muito grande e estava debaixo da obediência de um Rei muito poderoso e grande o qual era entre esta nação como Imperador e quando se falava nele se dizia Grão Jalofa. Tinham outros Reis que lhe davam obediência e pagavam tributos, mas como o tempo costuma desfazer uns e a levantar a outros, muitas vezes de nada, assim foi isto do Império dos Jalofos, que sendo muito grande, temido e obedecido, veio o tempo a fazê-lo ser pequeno e sujeito ao Rei dos Galalhos, que é o Grão Fulo, a quem ele não temia, mas antes pelejava com ele muitas vezes e o vencia.”²²⁵

Como vem sendo discutido ao longo da pesquisa, as trocas atlânticas atraíram rotas comerciais e mudaram o eixo econômico da Senegâmbia no século XVI. Nesse contexto, as províncias da Confederação Jalofa mais próximas à costa, sobretudo Caior, Salum e Sine - até então de menor importância quando comparadas com os reinos no interior da Confederação, mais próximos ao Sahel - foram consideravelmente beneficiadas pelo desenvolvimento do

²²⁴ ALMADA. *Tratado Breve*. p. 271.

²²⁵ *Ibid*, p. 234.

comércio na região. Através do comércio atlântico esses Estados enriqueceram e se desenvolveram militarmente para fazer frente ao domínio do Grão-Jalofo, dando início a uma série de revoltas que culminaram na dissolução da Confederação e o surgimento de reinos jalofo independentes ao longo da costa.²²⁶

As estruturas políticas, sociais, culturais e econômicas da Senegâmbia sofreram radicais transformações no período analisado, entretanto, isso não significa que antes do século XVI, estivessem elas inertes, ou que foi somente a integração ao Mundo Atlântico que promoveu esse desenvolvimento. Como argumentamos, processos internos como as invasões fulas e a própria expansão do Império Mali devem ser analisados em conjunto com todo o sistema das mudanças nas estruturas de poder africanas promovidos pelo comércio atlântico.

Além disso, a escravidão atlântica trouxe impactos gigantescos para toda a região, unindo-se aos fatores já citados, ela representou modificações estruturais nas bases sociais das sociedades da Senegâmbia, bem como nas motivações políticas para conflitos, e nas estruturas econômicas que organizavam as relações comerciais. Algumas sociedades passaram a vender outros grupos, cativos em guerras e ataques, enquanto outras passaram a ser o alvo das capturas, muitas transitando entre estes dois locais.

Dadas essas mudanças, o século XVI representou o aumento de poder dos reinos jalofo da costa e de Gabu, juntamente com a introdução de novos agentes estrangeiros no continente, os quais passaram por um processo de africanização, e de novas mercadorias vindas do Atlântico, ao mesmo tempo em que mercadorias locais e suas cadeias mercantis também não permaneceram inalteradas.

Mercadorias como ferro, sal e noz de cola, e muitas outras já presentes em diversas sociedades e redes mercantis do continente, foram também integradas ao comércio marítimo na costa da Senegâmbia, sendo levadas de locais onde elas eram produzidas para territórios com demanda. Roupas e tecidos de algodão, por exemplo, também faziam parte desse processo, como descreve André Almada sobre as peças de algodão na “terra de Borçalo”, de grande qualidade, branca e preta, e que era comprada nos portos em troca de especiarias da Índia e levada para os outros Rios da Guiné, que não possuíam tal mercadoria.²²⁷

Dentre todas essas mercadorias, argumentamos que a cera de abelha foi uma das que mais sofreu impactos com a reordenação do espaço e das estruturas de poder na Senegâmbia. De uma mercadoria pouco comercializada, rapidamente se encontrou presente em grande

²²⁶ MALACCO. *O Gâmbia no Mundo Atlântico*. p. 114.

²²⁷ ALMADA. *Tratado Breve*. p. 270

parte dos principais locais de comércio não somente da Senegâmbia, como é o foco desta dissertação, mas também de outros locais da África como Angola.

Nesse sentido, esse é um processo que muito dialoga com os recentes debates sobre a “agência africana no comércio atlântico”, embora ainda seja pouco discutido, em função do foco sobre a participação africana no comércio do continente estar voltado para as atuações das elites no comércio e suas imposições sobre os estrangeiros. Resta agora, como veremos a seguir, direcionar um olhar mais detalhado na documentação da época sobre a cera de abelha especificamente, buscando rastrear sua relevância e historicidade no espaço atlântico formado a partir dos Rios da Guiné.

Rios do comércio: em busca da cera na Senegâmbia (1582 - 1635)

Ao longo de toda pesquisa, uma das maiores dificuldades, posta desde sua concepção, estava em de fato localizar a cera de abelha na Senegâmbia, sobretudo para dialogar com a hipótese levantada de que ela era comercializada, ou ao menos produzida, por populações descentralizadas e pessoas comuns. Essas mesmas características que fundamentaram tal hipótese, também acabaram por impulsionar a dificuldade mencionada, visto que a cera raramente tem destaque na bibliografia do tema, bem como nos levantamentos específicos sobre o comércio.

Nesse sentido, a saída desse impasse, com o objetivo de ao menos conseguir localizar melhor na Senegâmbia a cera de abelha e analisar se isso vai de encontro ou ao encontro da hipótese levantada, foi abordar minuciosamente todas as menções da cera de abelha na grande abundância de relatos de viajantes e descrições da Costa da Guiné disponíveis, fontes que vêm sendo utilizadas desde o início da pesquisa. Dentre estes relatos, foram selecionados alguns que possuem certas semelhanças entre si, realizados dentro do escopo temporal da pesquisa, a fim de realizar uma comparação entre as informações neles contidas.

Um formato comum dos relatos analisados é a descrição, ou roteiro, da Senegâmbia. Efetivamente, o próprio *Tratado Breve*, de André Álvares de Almada, é uma descrição da costa, assim como o registro de Francisco de Andrade, já analisado no capítulo 2. Dessa forma, foram selecionados documentos que possuem um formato de roteiro do litoral senegambiano e que se aprofundam sobre os principais portos comerciais, os grupos ali residentes, seus costumes, relações sociais e principalmente que descrevem as mercadorias que eram obtidas em cada local. A principal intenção dessa comparação foi analisar a

trajetória da cera de abelha ao longo das décadas, observando os locais onde ela era mais ou menos mencionada, com que frequência e com que destaque os interlocutores dos registros se referiam à ela, para assim superar um dos grandes desafios na análise dessa mercadoria nesse espaço.

Tal qual no segundo capítulo, embora com um propósito totalmente distinto, os relatos utilizados para mapear a cera (e secundariamente também outras mercadorias) foram a *Relação de Francisco de Andrade sobre as Ilhas de Cabo Verde*, escrito em 1582,²²⁸ o também já mencionado *Tratado Breve dos rios de Guiné do Cabo Verde*, de André Álvares de Almada, redigido no ano de 1594;²²⁹ a *Carta do Padre Baltasar Barreira ao Padre João Álvares*, de 1606;²³⁰ o famoso *Memorial de André Donelha a Francisco Vasconcelos da Cunha*, escrito em 1625;²³¹ e, por fim, o *Roteiro da Costa da Guiné*, feito no ano de 1635 por Francisco Pires de Carvalho.²³²

A escolha desses cinco relatos em particular se dá em razão de suas semelhanças quanto à forma e conteúdo, bem como em função do período em que foram escritas, variando da década de 1580 até a década de 1630, permitindo assim uma análise das transformações e continuidades históricas de um mesmo espaço. As similitudes dos relatos ocorrem já em seu escopo territorial, descrevendo toda a costa da Senegâmbia, desde o norte no rio Senegal até Serra Leoa, com informações sobre a organização social e política dos povos, a geografia, a religião e o comércio em cada área.

Obviamente, alguns relatos são mais precisos do que outros em diferentes aspectos, alguns comentam mais sobre o comércio, outros menos, alguns mencionam determinadas regiões que outros não comentam. A própria interlocução é feita por diferentes sujeitos, de forma que não há ilusão de que a comparação entre eles possa ser feita de forma cristalina. Não obstante, a escolha por falar mais sobre um grupo, ou mencionar especificamente quais

²²⁸ *Relação de Francisco de Andrade sobre as Ilhas de Cabo Verde. (26-1-1582)*. In: BRÁSIO, A. **Monumenta Missionária Africana**, 2º série Volume. III. pp. 97-107, 1964.

²²⁹ ALMADA, André Álvares de. *Tratado breve dos rios de Guiné do Cabo Verde dês do Rio de Sanagá até os baixos de Santa Ana de todas as nações de negros que há na dita costa e de seus costumes, armas, trajos, juramentos, guerras*. In: BRÁSIO, A. **Monumenta Missionaria Africana, África Ocidental (1570-1600)**. 2º série. Volume III, pp. 229-378, 1964.

²³⁰ *Carta do Padre Baltasar Barreira ao Padre João Álvares. Porto de São Miguel, 1 de agosto de 1606*. In: BRÁSIO, António. **Monumenta Missionaria Africana, África Ocidental (1570-1600)**. 2º série. Volume IV. pp 159-174, 1968.

²³¹ *Memorial de André Donelha a Francisco Vasconcelos da Cunha, 7 de novembro de 1625*. In: BRÁSIO, António. **Monumenta Missionaria Africana**. Segunda Série. Volume 5. África Ocidental (1623-1650). pp. 90-146, 1979.

²³² *Roteiro da Costa da Guiné, Lisboa, 1635*. In: BRÁSIO, António. **Monumenta Missionaria Africana**. Segunda Série. Volume 5. África Ocidental (1623-1650). pp. 287-293, 1979.

mercadorias eram obtidas em determinado rio, indicam, no mínimo, alguma relevância e proeminência entre as demais mercadorias, ou demais povos.

Com isso em mente, a comparação resultou na confecção da tabela 2, que ordena temporalmente através de cada relato analisado quais foram as principais mercadorias mencionadas obtidas nos principais rios da Senegâmbia. Antes de apresentar a dita análise, algumas explicações, contudo, fazem-se necessárias.

Primeiramente, quais eram os principais rios da Senegâmbia? Muito já se mencionou sobre o rio Gâmbia, visto como a maior rota comercial ligando o Atlântico à Senegâmbia e seu interior.²³³ Entretanto, como a própria nomenclatura da região na documentação sugere, haviam dezenas de rios que compunham a paisagem da Guiné do Cabo Verde, e que com o desenvolvimento histórico de conexão com o Atlântico tornaram-se efetivas rotas comerciais e pontos de troca.

Frequentemente esses rios eram descritos como *resgates*, ou portos de comércio, embora deva-se considerar que diversos portos podiam existir em cada rio, aumentando exponencialmente conforme o tamanho do curso de água e sua navegabilidade. Felipe Malacco, em sua dissertação, confeccionou mapas de todos os portos especificamente do rio Gâmbia, entrando em detalhes sobre sua localização ao longo do rio, as populações que lá habitavam, e, com base na documentação, mapeou as mercadorias comercializadas em cada porto.²³⁴

Nesse sentido os pontos de comércio aqui mencionados não dizem respeito a cada porto específico presente em cada curso de água, mas sim ao rio de forma geral, como era frequentemente descrito nas fontes, compreendendo uma região de comércio tendo como centro de gravidade os rios enquanto locais de troca. Para além do rio Gâmbia, selecionamos outros nove locais que se destacam dentre os principais pontos de troca da Senegâmbia, descritos por Francisco de Andrade como os “dez resgates principais”:

“(…) em toda esta costa, cabos e ilhas e enseadas há dez resgates principais, e em todos eles há muitos portugueses que com os negros da terra fazem seus resgates e despacham os navios e armações que vão desta ilha; os quais dez portos de resgates são os seguintes: o primeiro é o próprio Cabo Verde, que faz a angra de Bezeguice; o 2º, 3º, 4º são o porto d’Ale, Joala, Barbacin, que estão juntos e se mete pouca distância de uns a outros (...); o quinto é o rio da Gâmbia (...); o sexto é o rio de São Domingos, onde também está o resgate de Casamansa (...); o oitavo são as ilhas dos Bijagós (...); o nono é o rio de Nuno (...); o décimo é a Serra Leoa (...)”²³⁵

²³³ MALACCO. *O Gâmbia no Mundo Atlântico*. pp 67-68.

²³⁴ *Ibid*, pp 51-53

²³⁵ *Relação de Francisco de Andrade sobre as Ilhas de Cabo Verde*. pp. 103-104

A partir do paralelo com a descrição dos portos nos outros relatos, optamos por manter o formato de Francisco de Andrade de “dez resgates principais”, porém com algumas pequenas mudanças. Não mencionado por Andrade, o rio Senegal é sempre descrito como um dos principais rios da Guiné do Cabo Verde. Optamos também por aglutinar os portos D’Ale e de Joala em uma só localidade, por serem muito próximos e não raro descritos em conjunto, e por fim, não colocamos na tabela as ilhas Bijagós, por serem seus habitantes mais descritos em função das guerras contra portugueses e outros reinos africanos do que pelo comércio, embora isso não signifique que não existia comércio dos Bijagós com o Atlântico.²³⁶

Assim, do Norte para o Sul, como podemos observar abaixo na figura 3, os locais analisados são: o rio Senegal; a baía de Bezeguiche, chamada assim na documentação lusitana, corresponde a atual ilha de Gorée;²³⁷ o porto D’Ale (aparece como *Portudal* no mapa); o rio Barbacin; o rio Gâmbia; rio Casamansa, São Domingos, rio Grande (aparece como *Guinala* no mapa); rio do Nuno; e, por fim, a Serra Leoa.

Portanto, compreendemos aqui um porto em específico, mas o espaço em torno dos rios e portos de cada região. O que tem bastante relação com o próprio sentido da documentação; quando Almada ou Andrade, por exemplo, se referem ao “resgate do Rio Gâmbia”, eles muitas vezes estão comentando sobre as principais mercadorias que ali se obtêm de uma maneira geral, e não específica de cada porto. Embora, há de se notar, muitas vezes as fontes entrem em detalhes específicos sobre determinado porto, como é o caso de Cação,²³⁸ principal porto de comércio lusitano dentro do rio Gâmbia, ou de Cacheu,²³⁹ aldeia portuguesa localizada no rio São Domingos, que se torna o mais importante espaço lusitano na Senegâmbia. Nesse caso, a escolha foi priorizar as descrições gerais para visualizar a concepção geral de cada espaço.

²³⁶ As guerras empreendidas pelos guerreiros Bijagós resultavam em muitos cativos vendidos como escravizados, mesmo entre os próprios Bijagós, que não raro entravam em guerra contra habitantes de ilhas vizinhas. Almada descreve que os principais cativos eram Buramos e Beafares, e conta que havia um ritual necessário para se comercializar com esse povo: “entrando algum navio nosso em qualquer dos seus portos, vem o fidalgo da terra ao mar na sua almadia; dizem-lhe que aquele navio é seu; tomam o cabo da driça e dão-lha na sua mão; feito isto traz ele da terra uma cabra ou capão, que matam, sangrando-o com uma faca, e tomam um pequeno do sangue e untam ao senhorio do navio nos pés, e põem-lhe a cousa morta nos peitos; fazendo-se esta cerimônia fica tudo seguro; não há que temer, salvo se-forem das outras ilhas.” (*Tratado Breve*, p. 317)

²³⁷ A ilha de Gorée era um dos principais portos seguros de ancoragem próximos da costa. No início havia uma fortaleza construída por portugueses em 1536, mas posteriormente foi dominada por holandeses no início do século XVII, por franceses ao final do mesmo século, e por ingleses no período napoleônico.

²³⁸ Também grafado como Casão.

²³⁹ Há certa confusão em algumas análises sobre Cacheu por este ser também o nome de um rio. Efetivamente, o rio São Domingos mais tarde recebe a denominação de rio Cacheu, sendo esta mais conhecida e atual. O rio São Domingos também era conhecido como rio Farim, e muito provavelmente a denominação São Domingos veio de portugueses, enquanto Farim era como chamavam os povos da costa. Cacheu tornou-se um centro de comércio tão importante na região que este se tornou o principal nome do rio.

Figura 3: Rios da costa da Senegâmbia e o as ilhas de Cabo Verde



Fonte: L'ISLE, G. D. & INSELIN, C. (1718) *Carte de la Barbarie, de la Nigritie, et de la Guinée*. [A Paris: chez l'auteur sur le Quai de l'Horloge a l'Aigle d'Or, i.e. 1718?] [Map] Retrieved from the Library of Congress, <https://www.loc.gov/item/2005625339/>

De forma geral, como foi discutido no capítulo 2, ao norte do rio Gâmbia habitavam jalofos, fulas (ao norte do Senegal e no interior), barbacin e mandingas. Enquanto da margem sul até Serra Leoa encontravam-se a maior parte dos reinos mandingas, banhuns, felupes, beafares, papéis (buramos), balantas, sogas, entre outros. Entretanto, essa própria configuração geopolítica da região mudou ao longo das décadas, como vimos a partir da ascensão de Gabu, e do dismantelamento das rotas comerciais antes dominadas por beafares e banhuns.

Além da escolha dos rios de comércio, devemos também apresentar a questão da escolha das mercadorias apresentadas. Nas embarcações que deixavam os portos da Senegâmbia, com certeza eram encontrados muito mais produtos do que apenas escravizados, ouro, marfim e cera, por exemplo, como aparecem em geral nas descrições dos *resgates* analisados. Novamente, acredita-se que os autores de tais descrições estejam buscando transmitir um panorama geral da região, e não detalhes específicos de cada local, portanto, ainda que determinada mercadoria não apareça nas informações sobre o comércio de um rio,

isso não quer dizer necessariamente que ela não seja comercializada ali. Isso indica, no máximo, que ela não era um dos principais produtos obtidos, como é a intenção dessa pesquisa analisar, com foco na cera de abelha.

Queremos dizer com isso que as passagens analisadas e comparadas ilustram as impressões de seus autores, bem como suas intenções, o que já implica em uma análise crítica de registros que não são de forma alguma um registro neutro sobre a realidade estudada. Ainda que o objetivo desses relatos, em maior ou menor grau, não fosse uma minuciosa exposição das mercadorias comercializadas na Senegâmbia, tais produtos aparecem em descrições mais amplas, e se eles assim aparecem, isso significa que possuem alguma relevância frente a outros que não são mencionados, e não deixam de expressar aspectos de uma realidade.

Outro ponto importante a se observar é a datação de cada um desses documentos. Grande parte dos acontecimentos, eventos e informações relatadas pelos autores não aconteceram no exato ano de publicação de seus textos. Às vezes tais passagens remetem a viagens que aconteceram anos antes, ou mesmo décadas, como justamente demonstra o nome do registro de André Donelha: *memorial*. Outros eventos, além de se passarem muitos anos antes da narração, também não foram vividos pelos narradores, são histórias contadas por outros europeus que já tinham estado na Senegâmbia, ou por portugueses lançados, parceiros de comércio há muito tempo vivendo no continente, ou mesmo por homens e mulheres nativos, nobres, mercadores, sacerdotes.

Ao mesmo tempo, ao passo em que eventos narrados não aconteceram nas datas oficiais que constam na análise, os processos de escrita dos documentos, esses sim, aconteceram nas décadas que aqui discutimos e debatemos a partir da investigação histórica. Isso é extremamente importante uma vez que o contexto histórico de cada ano, e nesse caso de cada década, muda bastante: em 1582, quando Francisco de Andrade escreveu seu relato, Portugal havia acabado de se juntar à Monarquia Hispânica, momento em que os ataques de corsários inimigos da coroa católica se intensificam. Em contrapartida, Francisco Pires de Carvalho redige seu *Roteiro da Costa da Guiné* no ano de 1635, às vésperas da reconquista da independência do reino lusitano, em um contexto de décadas de reconfigurações políticas, sociais e econômicas na própria Senegâmbia.

Portanto, existe aqui um duplo jogo de escalas temporais, entendendo que um discurso apresenta uma narração de um tempo passado em conjunção com as temáticas, conflitos e dinâmicas do tempo presente, ou seja, do momento da escrita. Isso não é estranho no fazer historiográfico, pois o próprio se encontra perpassado pelo diálogo entre o passado e o

presente. Tal processo, aplicado em nossa análise, não exclui o que se pretende a partir do mapeamento das mercadorias comercializadas na costa, ao contrário, também permite que analisemos o grau de importância da cera, em específico, e de outros produtos, para serem comentados nominalmente.

Como veremos a seguir, a tabela 2 junta as descrições dos cinco relatos analisados sobre os principais bens obtidos em cada um dos dez principais locais de comércio da Senegâmbia, já descritos anteriormente. Entretanto, alguns dados não se encontram em todas as relações, e dessa forma não foram colocados na tabela. Isso ocorre geralmente porque o autor não entra em detalhes específicos sobre quais mercadorias eram comercializadas em determinado ponto, optando por comentar sobre outros aspectos, culturais, políticos e sociais, ou, em alguns casos, porque o local não foi comentado (ou foi pouco comentado) pelo autor, como é o caso do rio Senegal, já desde a metade do século XVI com grande presença francesa, que recebe apenas breves menções nos registros de Francisco de Andrade, Baltasar Barreira e André Donelha.

Finalmente, um último comentário: ao informar quais eram as principais mercadorias encontradas em cada local, escolhemos inserir na tabela sua descrição tal qual se encontra na fonte, ou seja, seguindo a ordem em que os produtos são falados, bem como as locuções adverbiais como “muito”, “pouco”, “algum”, que colocam ênfase em alguns bens. As modificações feitas foram os grifos nas menções à cera, e as modificações de linguagem, como vem sendo feito ao longo de todo o texto, da escrita portuguesa das fontes para o português atual, traduzindo “ambre” para âmbar, ou “sera” para cera, por exemplo. Por esse exato motivo, manteve-se a escrita de escravos, e não escravizados, como escolhemos escrever no restante da dissertação.

Tabela 2: Mercadorias dos Rios da Guiné do Cabo Verde

	Francisco de Andrade - 1582	André Alvares de Almada - 1594	Carta de Baltasar Barreira - 1606	Memorial de André Donelha - 1625	Roteiro da Costa da Guiné - 1635
Senegal	-----	marfim	-----	-----	goma arábica, couros, âmbar, marfim e cera
Bezeguiche	escravos, marfim e âmbar	couro, marfim, âmbar, goma, ouro e cera	couro, marfim âmbar e ouro	couro, cera , marfim e pouco ouro	ouro, cera , marfim e couros
Porto D'Ale e Joala	escravos, marfim e âmbar	escravos, roupas, cera e marfim	-----	-----	couros, marfim, cera , âmbar, ouro, tecidos e escravos
Barbacin	escravos, marfim e âmbar	escravos, roupas brancas e pretas, cera e marfim	escravos e marfim	-----	-----
Gâmbia	algodão, escravos, marfim, ouro e cera	escravos, roupas de algodão, muito marfim e muita cera	-----	tecidos, algodão, ouro, marfim, couro e cera	ouro, marfim, cera , escravos e muito couro
Casamansa	não há comércio	arroz e cera	não há comércio	[antigamente] escravos, marfim e cera	cera , marfim, couro, escravos e tecidos
São Domingos	escravos, muita cera e marfim	muitos escravos, arroz, mantimentos e muita cera	-----	muito trato - sem especificar	escravos, cera , marfim e tecidos
Grande	escravos, marfim e ouro	roupa de algodão, escravos e cola	-----	escravos, ouro, cera , marfim, às vezes âmbar e outras coisas	escravos, cera , roupa e marfim
Rio do Nuno	corantes	tintas	escravos, ouro, marfim e tintas	-----	escravos, tintas e marfim e algum ouro
Serra Leoa	escravos, marfim, cera e noz de cola	cola, âmbar, marfim, escravos e muita cera	marfim, cera , cola	cola, ouro, marfim, cera e outras coisas	pau (madeira), marfim, cera e muitas outras drogas

De início, já salta aos olhos as menções à cera de abelha. As mercadorias mais mencionadas são marfim, ouro, escravizados e cera de abelha, com 31, 23, 22 e 24 menções, respectivamente, o que coloca a cera como um dos bens mais procurados na Senegâmbia, apesar de seu relativo ofuscamento quando comparada com as outras mercadorias mais

listadas. Tal constatação reforça e confirma uma das hipóteses que originou a pesquisa, da importância da cera apesar de sua pouca relevância historiográfica.

Como discutido anteriormente, isso não significa que a cera era mais comercializada que africanos escravizados, ouro, tecidos ou outras das mercadorias citadas, e muito provavelmente cativos eram encontrados em todos os locais listados, visto que eram importantes centros comerciais e tendo em mente o grande crescimento no tráfico de escravizados na Senegâmbia nesse período. De fato, é provável que mesmo a cera aparecesse em alguns dos portos onde ela não foi mencionada, pois o que se retratou nas relações analisadas foi apenas a visão geral do trato em cada local.

O que buscamos analisar a partir de então foi precisamente o que indica uma mercadoria ser nominalmente mencionada dentre tantas outras que não o foram: em resumo, isso demonstra tanto sua importância no contexto do comércio atlântico (variando de acordo com o tempo), quanto uma presença relevante em cada local que é mencionada.

Em uma análise espacial, percebe-se outro aspecto teorizado no começo da pesquisa: desde o início do período analisado, na década de 1580, a cera de abelha era encontrada do sul do rio Gâmbia em diante, mais precisamente entre os rios Gâmbia e São Domingos, região habitada majoritariamente por sociedades menos centralizadas, lar de grupos como os diolas, arriatas, cassangas e jabundos.²⁴⁰

André Almada, falando sobre o rio São Domingos, destaca que era um porto onde se resgatava muita cera, conforme se anunciaria décadas mais tarde, com o crescimento de Cacheu enquanto importante centro comercial tendo a cera como um dos produtos de maior destaque. Ainda sobre este rio, Francisco de Andrade destaca a enorme quantidade de ferro que os mercadores europeus direcionavam para o porto, recebendo em troca grandes quantidades de escravos, muita cera e muito marfim:

“Neste rio e feitoria se gasta muita quantidade de ferro, que ninguém pode resgatar sem licença de sua Majestade, (...) gasta-se neste rio todo o algodão que se dá na ilha do Fogo, e deste algodão fazem roupa, que corre toda esta costa de Guiné, a que, dão cores de preto com as tintas que os vizinhos lhe trazem em seus navios do rio do Nuno; gastão-se também muitos vinhos e toda sorte de mantimentos, e pedraria, e roupas da Índia e contas de Veneza; haverá no rio 50 casas de brancos; e o resgate que há são muita cópia de escravos, e muita cera e marfim, e mantimentos (...)”²⁴¹

²⁴⁰ Ao sul do Gâmbia habitavam dezenas de pequenos grupos, muitos dos quais são pouco mencionados entre as fontes analisadas, o Tratado Breve, que talvez seja o relato que mais demonstra uma maior preocupação de caráter etnográfico, ao nomear os grupos, reinos e povos em cada local descrito, menciona nos capítulos que tratam dessa região (chamada por ele de baixo de Santa Ana) especificamente os grupos banhuns, buramos, cassangas, jabundos, felupes, ariantas, e balantas.

²⁴¹ *Relação de Francisco de Andrade sobre as Ilhas de Cabo Verde*. p. 105.

A região entre os rios São Domingos e Gâmbia é um espaço úmido, repleto de pequenos rios que se cruzam e interligam, oferecendo assim algumas das condições ecológicas ideais para o desenvolvimento da apicultura e a coleta de mel e cera. Comentando sobre um desses afluentes, Almada diz que:

"Há neste Rio muita madeira de toda a sorte, e podem fazer nele muitas embarcações, (...) por cima do porto de um farão (farim) chamado Jaroale. entra da banda do Sul deste Rio (o rio Gâmbia) um braço que se chama dos Hereges, que entra até a terra dos Banhuns; nele se resgata muita cera, marfim e algodão."²⁴²

Sobre a Barra de Santa Ana, que corresponde à faixa costeira entre o rio Gâmbia e São Domingos, André Almada comenta que “resgata-se arroz e cera, mas já vão sendo os negros bravos”.²⁴³ Neste espaço habitam algumas poucas populações de origem mandinga, embora a grande maioria pertença ao grande guarda chuva étnico dos atuais diolas, descritos como felupes nas fontes. Tais grupos são relativamente mais isolados que ao norte, no Gâmbia, bem como menos amistosos. A afirmação de que nessa região obtém-se arroz e cera nos direciona para as populações cultivadoras de arroz da Senegâmbia, como os balantas, estudados por Walter Hawthorne, os arriatas e os diolas.

Apesar de dizer que comercializa-se arroz e cera, Almada relata que tais grupos “não têm trato de escravos, por não terem comércio com os nossos”.²⁴⁴ Todavia, se essa é uma das regiões da Senegâmbia com maior presença de colmeias e coletores de mel selvagem, e portanto de cera, conforme sustenta a hipótese dessa dissertação e as fontes demonstram igualmente uma maior presença da cera ao sul do Rio Gâmbia, não faz sentido cegamente assumir a informação de Almada de que esses povos “não tem comércio com os nossos”, como um argumento para demonstrar o isolacionismo comercial de povos descentralizados. No máximo, podemos enxergar isso como manifesto de que não eram todos os grupos que comercializavam *diretamente* com mercadores europeus.

Ora, um ponto central dessa região é o rio Casamansa que também aparece na relação de Francisco de Andrade, cerca de uma década antes, como um local onde não há comércio direto com os nativos: Andrade insere o porto de Casamansa junto ao de São Domingos, destacando a distância dos nativos. Isso se deve, sem dúvida, ao fato de nessa parte da

²⁴² *Tratado Breve*. p. 285

²⁴³ *Ibid*, p. 287

²⁴⁴ *Ibid*, p. 288

Senegâmbia as populações estarem organizadas em unidades descentralizadas, sem grandes cidades ou reinos tal qual jalofos e mandingas, e por vezes, buscarem distância da troca e do comércio diretamente com europeus. Como destaca Jos Van der Klei, o comércio muitas vezes estava longe das mãos estrangeiras, e por vezes até mesmo dos lançados; as relações de troca fluíam através de intermediários nativos, sobretudo mercadores mandingas, e, após algumas décadas, portugueses lançados.²⁴⁵

Analisando o comércio de couro na Senegâmbia, Felipe Malacco descreve como em diversos relatos comenta-se apenas que os arriatas e os felupes se dedicavam à criação de gado, vendendo ocasionalmente produtos oriundos da criação de bovinos. Entretanto, como observa o autor, outros registros mencionam a quantidade de abelhas e a existência de um significativo comércio de cera:

“De acordo com o mercador francês Vincent le Blanc, esses povos não tem nada além de peles e gado. Isso foi confirmado por Almada, que acrescenta que os felupes não fazem comércio com os portugueses: ‘são grandes criadores; há muito gado vacum e cabrum nas suas terras; não têm comércio nenhum conosco’. (...) Por sua vez, assim como Le Blanc fala que é possível obter couros com os felupes, outro francês, Michel de La Courbe, escreveu sobre outra possibilidade comercial: ‘todo este país é cercado por água, e estas árvores nascem, ou as abelhas fazem o seu mel, e é por isso que este é um grande negócio de cera; os povos deste país são Feloupes’. Isso nos dá indícios de que o comércio entre povos senegambianos e europeus por vias atlânticas poderia ter diferenças de acordo com cada nação que faz o comércio.”²⁴⁶

Também comentando sobre Casamansa, obtemos mais detalhes da ausência de um comércio direto segundo Almada:

“Nesta barra de Casamança há mais de vinte e cinco anos que não entram navios, por causa da guerra dos negros, que tendo em cima guerra com o Rei de Casamança, determinaram de lhe defender a entrada de seu Rio. E assim o fizeram e tomaram nela a entrada alguns navios nossos, por ser o Rio muito estreito e ajuntarem estes negros muitas almadias, com que acometem aos navios. E por esse respeito se não servem nem entram por este Rio, senão por via de São Domingos (...)”²⁴⁷

É curioso o fato de Andrada, alguns anos antes, ainda que bastante preocupado em descrever a situação em cada porto de comércio da Senegâmbia, não comente sobre essa

²⁴⁵ VAN DER KLEI, Jos M. *Articulation of modes of production and the beginning of labour migration among the Diola of Senegall*. Old Modes Of Production & Capital In Africa, p. 71, 2013.

²⁴⁶ DE OLIVEIRA MALACCO, Felipe Silveira. O Comércio Atlântico de Couro na Senegâmbia, p. 242

²⁴⁷ ALMADA, *Tratado Breve*. p. 289

situação. Talvez isso ocorra simplesmente por Andrada, quando estava escrevendo seu registro, não tivesse conhecimento de tal disputa, enquanto Almada, já há muitos anos vivendo em Cabo Verde e adquirindo informações de diferentes perspectivas, tenha tido mais contato com as tensões na região.

No início do século XVII, o Padre Baltasar Barreira também endossa o discurso de que os povos dessa região não possuíam comércio, por serem “bárbaros”:

“Do Cabo de Santa Maria, que está a três léguas do porto do Rio Gâmbia, até o Cabo Roxo, ao Sul, há 18 léguas e entre estes dois cabos não há resgates, por serem gente bárbara. Deste Cabo Roxo ao Nordeste se entra no Rio de São Domingos, do qual se dirá abaixo em seu lugar.”²⁴⁸

Já André Donelha, no ano de 1625, diz que costumava haver um comércio muito pequeno, com dois ou três navios por ano, diretamente no rio Casamansa, mas que essa rota entrou em desuso com o crescimento do comércio em São Domingos, rota de mais fácil navegação, e a ascensão de Cacheu.

“(…) antigamente iam desta ilha a esse rio dois e três navios todos os anos a resgatar escravos, levavam vinho, panos, algodão, cavalos; que por escravos, cera e marfim trocavam, mas perdeu-se já esse trato, e também se descobriu no rio de São Domingos um esteiro por onde vão a resgatar (...)”²⁴⁹

Logo, Casamansa estava longe de ser uma das principais rotas mercantis diretamente ligadas ao Atlântico, mas ainda assim é um espaço mencionado em todos os registros, ainda que seja para dizer que lá não há comércio. A hipótese aqui levantada sugere que grandes quantidades de cera comercializada por toda a Senegâmbia partia dos arredores dessa região, o que é reforçado pelas condições climáticas do espaço, e principalmente pela grande presença de cera nos rios adjacentes. Portanto, resta observar tais dinâmicas nas entrelinhas textuais, no que não é dito nos registros, como argumenta Alexsander Gebara, ao discutir as metodologias para a historiografia a partir de relatos de viajantes na África.²⁵⁰

Na maioria dos registros comenta-se que as populações da região costeira entre os rios Gâmbia e São Domingos não eram amistosas, não comercializavam com europeus, e sobre o rio Casamansa em especial, argumenta-se que era um rio de navegação muito difícil e

²⁴⁸ BRÁSIO, António. **Monumenta Missionaria Africana, África Ocidental (1570-1600)**. 2º série. Volume IV p.167, 1968.

²⁴⁹ *Memorial de André Donelha*. p.139.

²⁵⁰ GEBARA, Alexsander Lemos de Almeida. Agências e interações entre africanos e europeus nas expedições britânicas ao rio Níger (1825-1854): os casos de William “Abubakr” Pasco e “Alihéli”. In: Topoi: Revista de História. Rio de Janeiro, v. 20, n. 40, p. 204-228, jan./abr. 2019.

perigosa. Entretanto, a dificuldade em navegar estava posta aos estrangeiros, desconhecedores dos caminhos do interior, da ecologia e do ambiente local. É difícil acreditar que o mesmo vale para as populações nativas, algumas ali residindo há centenas de anos, que, com suas almadias, provavelmente conheciam muito bem os caminhos pelas correntezas dos rios e nunca estiveram desconectadas do restante da região.

No memorial de André Donelha, por exemplo, nota-se uma grande ausência de citações aos felupes, arriatas e outros grupos da região, o que talvez se explique justamente por Donelha se preocupar mais em descrever os grupos com quem tem relações comerciais diretas, cujos reis são de algum modo próximos, ou que podem vir a ser próximos da coroa ibéricos. Assim como no *Tratado Breve*, o que não é dito sobre esses grupos também acaba por revelar importantes peças a construção histórica, sobretudo quando interligamos essas omissões, o conhecimento histórico já estabelecido e comentários anedóticos em outras passagens dos relatos, como o seguinte:

“Como entre estes negros (falando sobre os felupes) não há venderem negros, cresceram tanto que não cabendo na sua terra, passaram o Rio de São Domingos, e ocuparam na entrada dele a terra, da banda do Sul do Rio chamado Putamo, e quase que vão tendo comércio de pou[c]o tempo com os nossos do Rio de São Domingos, pela entrada de um estreito chamado Timis, que ali faz o Rio, e vão tirando deles alguns escravos e vacas, que é o principal resgate para os Bijagós, e se ajuntam já os Buramos numa feira que se aí faz em certo dia (...)”²⁵¹

Falando sobre os felupes, Almada comenta sobre a grande expansão territorial em direção ao interior e ao rio São Domingos. A explicação dada pelo narrador para esse fenômeno é pelo fato de eles não venderem outros africanos escravizados, mas será que essa é uma explicação razoável? Somente a ausência de um comércio de pessoas diretamente com estrangeiros estaria ligada a um crescimento tão grande? Ou será que isso está relacionado ao crescimento comercial vivenciado de maneira desigual mas unânime pelos habitantes da Senegâmbia? As fronteiras das mercadorias como ouro, marfim e escravizados mudaram, se realocaram, expandiram e ocasionaram mudanças no mapa geopolítico da Senegâmbia, isso não pode ser diferente para as populações descentralizadas, e acreditamos que o crescimento do comércio da cera de abelha revelou-se um dos motores para essas transformações.

Retornando para as informações da tabela 2, percebemos também que com o passar dos anos há um aumento nas alusões à cera em outros espaços, indicando que sua importância

²⁵¹ ALMADA, *Tratado Breve*. p. 290

se espalha para o restante da Senegâmbia, sendo encontrada em grandes quantidades principalmente no rio Gâmbia, inclusive em sua margem norte, nos territórios barbacin e jalofos.

Obviamente, o rio Casamansa e seus arredores não eram o único local de produção de cera de abelha na Senegâmbia, e talvez nem fosse o maior, embora acreditemos ser onde as populações mais se voltaram para essa atividade. Nesse contexto, a Serra Leoa e o rio Gâmbia também são descritos como locais onde havia muita cera. O Gâmbia é descrito por Almada como um porto de grande comércio de escravos, mas não somente: também há o trato de roupas de algodão e é também o maior comércio de marfim dentre os Rios da Guiné: “acontece muitas vezes, indo as embarcações por ele, verem bandos de elefantes em terra, como de vacas, e encontram-se muitas vezes os navios com bandos deles (...)”. Além disso, há também “muito mel e cera”.²⁵²

“O Rio é em si doce; no verão se acha água doce como trinta léguas do mar, e no inverno quando há venidas, como seis ou sete léguas do mar. É Rio de grande trato de escravos, roupa de algodão branca e preta, e o mesmo algodão; muita cera, e posto que não façam colmeias são tantas as abelhas, e o mato tanto, que por essa causa há muito mel e cera;”²⁵³

Em seu primeiro capítulo, sobre o Reino dos jalofos, André Almada diz que essa terra é a mais sadia de toda a região da Guiné, descrevendo os inúmeros animais, grãos e mantimentos que circulam ali. Dentre eles se encontra também o mel “que se tira pelas tocas das árvores”.²⁵⁴

No território dos casangas, adentrando o interior através do rio Casamansa, Almada menciona grandes árvores com centenas de colmeias, que servem de base para revelar uma intensa atividade de apicultura, com destaque, mais uma vez, para a cera de abelha:

“Tiram-se desta terra escravos, cera e marfim; estes criam as abelhas em colmeias, que as fazem de palha ao modo de canastras, embarradas com esterco de vacas fresco. E as põem em árvores dependuradas. E há árvores grandes que têm em si mais de duzentas colmeias juntas;”²⁵⁵

No norte do rio São Domingos, território habitado pelos papéis, Almada descreve o início da habitação de uma aldeia de portugueses, construída com a permissão do soberano

²⁵² ALMADA, *Tratado Breve*. p.272

²⁵³ Ibid, p.272

²⁵⁴ Ibid, p.247

²⁵⁵ Ibid, p.297

local. Esse local é a aldeia de Cacheu, onde “ (...) os nossos que estão nesta aldeia têm tratos para os outros Rios e para a Costa, donde vão e mandam tratar em lanchas e outras embarcações, com os Ingleses e Franceses, levando-lhes couros, cera, e marfim.”²⁵⁶

No ano de 1600, Lopo Soares de Albergaria²⁵⁷ descreve que em torno do rio de São Domingos habitam os povos banhuns, casangas e buramos, dos quais muitos falam a língua portuguesa e chegam a se cristianizar. A tendência observada por André Álvares de Almada alguns anos antes, sobre o rio ser bastante frutífero para o comércio da coroa, é também destacada por Lopo Soares. A partir desse momento, o porto de Cacheu, onde já moravam muitos portugueses, foi transformando-se em uma povoação efetivamente lusitana, com diversos pedidos de construção de forte ou fortaleza à coroa para proteção dos súditos e do lucrativo comércio.²⁵⁸

Após o porto de Cacheu encontra-se uma aldeia onde habitam nativos e estrangeiros, de acordo com Almada território dos banhuns, local onde se encontra muita cera “mais que em nenhuma das partes de Guiné”.²⁵⁹ Vemos aqui uma grande correlação com o pedido da *Royal African Company*, cerca de um século mais tarde, para seus empregados na região de Cacheu obterem o máximo de cera possível.

O registro de Baltasar Barreira não tem tantos comentários sobre a cera, mas isso não é particular para esta mercadoria, pois ocorre de forma geral sobre os aspectos econômicos da Senegâmbia. Barreira encontra-se mais interessado em transmitir os costumes, os povos da costa e as ameaças das nações estrangeiras, bem como impulsionar a campanha para a povoação de Serra Leoa. Quando o autor se debruça mais detalhadamente sobre essa região, também comenta sobre a “grande quantidade de marfim, cera e coirama, especialmente naquela parte que chamam a Costa.”²⁶⁰

Em contrapartida, nos relatos de Donelha e Pires de Carvalho, redigidos nas décadas de 1620 e 1630, há dezenas de menções sobre a cera de abelha, juntamente com marfim e escravizados, constituindo os principais produtos exportados da Senegâmbia. Especialmente o *Roteiro da Costa da Guiné*, que é o documento mais descritivo de todos e menos narrativo,

²⁵⁶ ALMADA. *Tratado Breve*. p.301

²⁵⁷ Desconhece-se de fato que foi este personagem, há informações acerca de um fidalgo da Casa Real e do Conselho de Estado, nomeado Deão da Capela Real por D. Manuel de Seabra, com o nome de Lopo Soares de Albergaria. Mas se foi ele o autor da *Relação Sobre a Guiné do Cabo Verde*, de 1600, não o sabemos.

²⁵⁸ BRÁSIO, António. **Monumenta Missionaria Africana, África Ocidental (1570-1600)**. 2º série. Volume IV p.3

²⁵⁹ ALMADA, op.Cit, p.304

²⁶⁰ BRÁSIO, António. **Monumenta Missionaria Africana, África Ocidental (1570-1600)**. 2º série. Volume IV p.171, 1968.

(seguindo uma fórmula de simplesmente apresentar o porto e quais mercadorias se comercializam) a cera aparece em praticamente todos os locais comentados pelo autor.

Por toda a extensão do rio Gâmbia há grande comércio de tecidos, algodão, marfim, ouro, couro de diversos animais e cera. Entretanto, queixa-se André Donelha, todo o ouro, cera, marfim e couros são levados à costa dos jalofos (provavelmente se referindo à margem norte do rio) para os franceses, ingleses e mercadores de outras nações, que tiram grande proveito das mercadorias do Gâmbia.²⁶¹ Ou seja, ao fim do primeiro quartel do século XVII, quando Cacheu se configura como o principal local de comércio lusitano, as principais mercadorias desejadas são levadas à costa dos jalofos aos franceses, ingleses e outras nações, e Donelha considera a cera de abelha uma dessas mercadorias de maior valor.

Em sua estadia no rio Gâmbia, possivelmente no fim da década de 1580, André Donelha recebe notícias de que um comerciante chamado Cristóvão Caiado, vindo de Lisboa com o intuito de “resgatar ouro e outras coisas”, havia falecido na região do porto de Cantor. Donelha então fez preparações para recuperar a nau de Caiado, e navegou em companhia de 4 almadias, provavelmente de reinos aliados ou lançados da terra, que haviam chegado do interior para vender noz de cola em troca “de ouro, cera e outras coisas”.²⁶² Finalmente encontrando a embarcação, Donelha realizou um inventário de todos os bens obtidos por Cristóvão Caiado em sua viagem, citando nominalmente apenas ouro, marfim e cera de abelha.

Vê-se a partir do evento descrito por Donelha que, tal como embarcações que deixavam Lisboa tinham como um de seus “principais alvos” o ouro africano, no cotidiano das trocas e das relações mercantis no interior da Senegâmbia, a cera também pode ser considerada um dos alvos principais de aquisição, e muitas vezes o era.

Discorrendo sobre a fauna e a flora da Serra Leoa, André Donelha comenta brevemente que há muito mel e muita cera das abelhas, a qual se “apanha pelos ramos e tocos das árvores, pelos matos, sem nenhum benefício humano (...)”²⁶³. Esse método é similar ao comentado para as regiões mais ao norte, entre os rios Casamansa e São Domingos, de coleta da cera selvagem. Chama a atenção a expressão “sem nenhum benefício humano”. De acordo com o que foi levantado até aqui, as palavras de Donelha parecem indicar que a cera também era descartada pelos povos da Serra Leoa.

²⁶¹ *Memorial de André Donelha*, p. 134

²⁶² *Ibid*, p. 134

²⁶³ *Ibid*, p. 96

Entretanto, não devemos tomar o testemunho de André Donelha, tal como o de Cadamosto, no início da dissertação, como um indício de que os africanos *não conheciam os usos da cera*, em um sentido que, como era a intenção dos autores, destaca a superioridade europeia conhecer melhor a substância. De fato, é muito mais provável que estes grupos não tivessem grandes usos aparentes para a cera, afinal de contas, não havia funerais ou ritos católicos para que se necessitasse de velas de altar: as celebrações aqui eram outras. A cera, era utilizada em processos do dia a dia, como na construção de casas, na fabricação de pastas e pomadas, entre muitos outros pequenos usos cotidianos que não representam, nas grandes análises, um comércio propriamente dito.

Todos esses exemplos apontam para o fato de que a cera, desde o fim do século XVI, já era um produto bastante difundido na região. Se ela já não possuía tanta relevância nesse período, poucas décadas depois a cera era citada em praticamente todos os grandes eixos comerciais da Senegâmbia, indicando um rápido crescimento em sua relevância para o mercado atlântico.

Também percebemos tal mudança ao analisar a ênfase colocada no comércio da cera: em 1582, Francisco de Andrade não considera necessário comentar sobre quantidades tão grandes de marfim e cera. Ao contrário, diz que no rio Gâmbia comercializa-se *algum* marfim e cera, enquanto registros posteriores passam a relatar que há *muita* cera. Obviamente, isso se relaciona com o crescimento geral experienciado pela região, mas ainda assim, é de se notar que esse crescimento geral não favoreceu apenas o tráfico de escravizados e o ouro (esses, ao contrário, diminuiriam cada vez mais com o passar das décadas na região), mas também a cera de abelha.

Considerações finais sobre o comércio de cera de abelha na Senegâmbia

Combinando as lacunas espaciais e temporais dos cinco relatos analisados, é inegável o destaque da cera de abelha na Senegâmbia, colocada em um patamar semelhante ao do comércio de marfim e de africanos escravizados. No início da pesquisa, desenvolvemos a hipótese de que a cera de abelha era um produto que escapava do controle de grupos mais fortes e diretamente envolvidos com o comércio atlântico, possibilitando a participação de pessoas comuns em seu comércio. Nesse sentido, historicamente os grupos menos fortes, dispersos e sem contatos diretos com europeus se localizavam entre os rios Gâmbia e São Domingos, mais tarde conhecido como Cacheu, em virtude do crescimento econômico da aldeia de Cacheu.

Com o desenvolvimento da pesquisa, sobretudo após a conclusão da comparação entre os registros acima e da análise de seus resultados, em conjunto com a metodologia crítica das crônicas de viajantes, chegamos a conclusão de que essa hipótese está correta, mas também, em alguns pontos, incorreta.

Incorreta, uma vez que constantemente os autores da documentação analisada reforçam, direta ou indiretamente, a existência do controle dos reis e soberanos africanos sobre os portos em que lusitanos e demais europeus comercializavam. Portanto, seria ingênuo crer que a cera de abelha conseguia escapar desse ferrenho controle, considerando que eram justamente tais portos os únicos locais por onde os produtos africanos eram trocados de mãos africanas para as embarcações rumo ao Atlântico.

Mais ainda, se aproximando da metade do século XVII a cera de abelha era encontrada em praticamente todos os grandes postos de comércio na Senegâmbia, do rio Senegal até Serra Leoa, o que exclui a ideia de que a maior parte da cera vinha apenas de uma região, ou que *apenas* sociedades descentralizadas produziam e comercializavam a cera. Os comentários de André Almada acerca de colmeias em diferentes pontos da Senegâmbia também atestam para essa constatação.

Entretanto, nossa análise apontou indícios para, inicialmente, a maior presença da cera nessa mesma região povoada por felupes em sua grande maioria, mas também por casangas, papéis, balantas, banhuns, entre outros povos. Em seguida, nas décadas após 1580, há maior destaque para outros locais onde se comprava a cera de abelha, abrangendo boa parte da Senegâmbia, inclusive no interior. Através dos discursos da época, percebemos que os mercadores europeus não conseguiam acessar diretamente o comércio nessa região habitada por felupes, ao mesmo tempo em que o sucesso posterior de Cacheu enquanto aldeia, fortaleza e centro de comércio lusitano ocorre, em grande medida, graças às grandes quantidades de cera de abelha obtidas na região.

Nas entrelinhas dos relatos levantados surgem questões que apontam para a participação desses povos no comércio de cera, para além da constatação já feita das vantagens oferecidas pelo rio Casamansa e seus arredores para a colheita do mel. A grande expansão territorial dos felupos, apesar de “não fazerem comércio com os portugueses” nem terem trato de escravizados, é de grande relevância nesse contexto.

Em alguns relatos menciona-se que a rota de Casamansa era inutilizada por conta da guerra entre grupos nativos, em outros, comenta-se que era um rio de difícil acesso e navegação, ainda que ocasionalmente uma embarcação lá entrasse, geralmente para obter, entre outros bens, a cera.

Por fim, a própria vila de Cacheu era habitada, principalmente nos primeiros anos após sua construção, por portugueses e europeus que escolheram viver no continente, muitos deles, provavelmente, eram ou viriam a fazer parte do grupo dos lançados, o que os aproximava da possibilidade de comércio com outros povos que não se relacionavam diretamente com europeus. O seguinte trecho presente na Relação da Costa da Guiné do ano de 1606, de autor desconhecido,²⁶⁴ discorre sobre o processo de povoação de Cacheu, que por um lado era destacada como grande exemplo de sucesso (em determinadas fontes, a depender de para quem se estava falando) enquanto, por outro, observa-se um nítido descontentamento com a mudança e rejeição de costumes europeus:

“Neste distrito da Capitania do Cabo Verde há alguns rios onde por respeito dos resgates que se fazem com os negros da terra firme, se fizeram algumas povoações de portugueses, as quais até agora não tem polícia, nem modo de governo, nem ainda justiça, mas os que mais podem e tem mais escravos dominam os outros. A principal destas povoações é a do Rio de S. Domingos, que se chama Cachem (Cacheu), a qual sua Majestade no ano de 605 fez Villa, e concedeu alguns privilégios exortando-os a viverem com polícia e justiça, mas os moradores não aceitaram isto, e estão como alevantados”.²⁶⁵

Para populações que não participavam diretamente do comércio atlântico, e aqui estamos falando sobretudo do tráfico de africanos escravizados (as sociedades mais descentralizadas eram as grandes vítimas deste tráfico) a coleta e venda da cera de abelha significou, de fato, um modo de inserção neste sistema. Esse comércio sem sombras de dúvida funcionava a partir de intermediários, sobretudo grupos de mercadores nativos, mandingas em sua maior parte, mas talvez também tenha ocorrido a partir de *lançados*.

Em relação ao controle sobre a mercadoria, as próprias características únicas da cera e da criação de abelhas, já destacadas no capítulo 1, tornam muito difícil que grupos mais centralizados consigam monopolizar tal comércio, daí a argumentação de que esse produto não apenas permitia que pessoas comuns entrassem no comércio atlântico, mas também que lá permanecessem.

A tendência observada na tabela 2, de crescimento e expansão dos locais onde se comercializava cera já no início do século XVII, condizem com os estudos históricos que apresentam uma relação geral do comércio na Senegâmbia em décadas posteriores. De acordo com Walter Rodney, nos séculos XVII e XVIII a cera ultrapassou o comércio de escravos na

²⁶⁴ BRÁSIO, António. **Monumenta Missionaria Africana, África Ocidental (1570-1600)**. 2^o série. Volume IV pp. 208-217, 1968.

²⁶⁵ Ibid, p. 210.

Alta Guiné, e no início do século XIX, representava 9/10 de todos os produtos exportados do rio Gâmbia.²⁶⁶

Destacamos por fim que a cera de abelha se encontra inserida em um processo onde as dinâmicas da mercadoria eram sobretudo relacionadas à natureza, às chuvas, à temperatura, e aos métodos de extração e demais cuidados com as colmeias, ao contrário de outras mercadorias de destaque na Senegâmbia, como marfim e escravizados, que dependiam de uma fronteira de caça, de zonas de influência sujeitas à ataques e disputas.

A cera de abelha em Angola

Embora a maior parte dessa pesquisa se encontre dedicada à discussão sobre o surgimento de um comércio de cera de abelha voltado para o Atlântico na região da Senegâmbia, possibilitado sobretudo a partir da série de profundas transformações nas estruturas sociais, políticas e econômicas da região em curso desde o fim do século XV, esta não foi a única região onde a cera de abelha provocou um *boom* no mercado atlântico.

A África Centro-Occidental, mais especificamente em Angola, a partir da metade do século XVII, viria a se tornar a maior exportadora de cera do continente africano.²⁶⁷ Nesse sentido, este tópico final pretende apresentar algumas das características da cera de abelha na região, sobretudo a partir da pesquisa do historiador Jean-Luc Vellut, que produziu um dos poucos artigos discutindo especificamente esta mercadoria. Além de Vellut, africanistas como Joseph Miller também comentaram sobre o lugar da cera na África Central, mas sem análises mais detalhadas.

Nesse sentido, buscou-se aqui realizar uma sistematização geral da mercadoria na região a partir do corpo bibliográfico analisado, a fim de ressaltar semelhanças entre as características da produção e do comércio da cera nas duas regiões. Semelhanças tais que julgamos cruciais para o entendimento de sua cadeia mercantil, bem como para a compreensão do ofuscamento da cera na historiografia, um dos principais objetivos desta dissertação.

O historiador francês Jean-Luc Vellut, em seu artigo *Diversification de l'économie de cueillette: miel et cire dans les sociétés de la forêt claire d'Afrique centrale*,²⁶⁸ estabelece um diálogo com um artigo de Sérgio Buarque de Holanda publicado na Revista dos *Annales* em

²⁶⁶ RODNEY, Walter C. *A History of the Upper Guinea Coast*. Oxford: Oxford University Press, 1970. p. 158

²⁶⁷ CRANE. *The world history of beekeeping and honey hunting*. p. 500

²⁶⁸ VELLUT, J.-L. *Diversification de l'économie de cueillette*, pp. 93-112.

1950, intitulado *Les civilisations du miel*,²⁶⁹ onde o estudioso brasileiro apresenta alguns pontos que seriam desenvolvidos mais tarde em seu ensaio, *Caminhos e Fronteiras*, publicado pela primeira vez em 1957, cujo capítulo 3 é intitulado “a cera e o mel”, discorrendo sobre a relação de sociedades americanas com o consumo e comércio dessas substâncias.²⁷⁰

Segundo Sérgio Buarque de Holanda, em florestas úmidas como no Brasil e no Paraguai, a colheita do mel e da cera selvagem formaram um tipo de atividade econômica, ou de subsistência, essencial em sociedades ameríndias nômades. Já Vellut, introduzindo a discussão sobre coleta de cera na África Centro-Occidental, comenta que, ao passo em que em regiões de florestas úmidas o mel era recolhido, em regiões mais densamente povoadas, como nos Grandes Lagos, a produção do mel vinha de técnicas mais intensivas, com o uso de abelhas domesticadas.²⁷¹ Isso implica em uma ideia de apicultura em grande parte manipulada e dominada pelo homem, que talvez nem mesmo se aplique a mesma ideia de atividade extrativista simples, “sem nenhum benefício humano” que muitos dos registros de viajantes podem demonstrar.

Em muitas regiões no continente africano a apicultura se constituiu enquanto uma função especializada: no Burundi e em Ruanda, por exemplo, o hidromel figurava em destaque dentre as doações e serviços em espécie prestados aos notáveis. A apicultura em ambos os locais era relativamente intensiva, bastante semelhante à que era praticada na Europa desde a Antiguidade, e que sobreviveu até a época moderna particularmente nas regiões onde a agricultura, a criação e a colheita coexistiam lado a lado.²⁷²

Vellut aponta também que as técnicas de colheita nas florestas tropicais eram mais extensivas que no interior, ou seja, as colméias não eram agrupadas no sentido de extrair o máximo de mel em um único processo. Neste processo, chamado pelo autor, de extensivo, apenas os coletores mais habilidosos eram capazes de não causar dano aos enxames no processo de confundir e acalmar as abelhas a partir da fumaça de tochas. Tal constatação vai ao encontro de muito do que já foi argumentado aqui, acerca da coleta de mel: ao passo que possa parecer uma atividade simples, requer conhecimentos e técnicas específicas de manejo e comunhão com o mundo natural.

Tal como descreve Almada sobre as colmeias nas árvores da Senegâmbia,²⁷³ Vellut também comenta que, na África Centro-Occidental, as colmeias eram depositadas no topo de

²⁶⁹ DE HOLANDA, Sérgio Buarque. *Au Brésil colonial: Les civilisations du miel*. In: *Annales, Histoire, Sciences Sociales*. Cambridge University Press, 1950.

²⁷⁰ DE HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1975.

²⁷¹ VELLUT. *Diversification de l'économie de cueillette*. p. 95.

²⁷² *Ibid*, p. 98.

²⁷³ ALMADA. *Tratado Breve*. p.297

árvores, sendo construídas e reforçadas com folhas e cascas de árvores. Nesse processo, destaca-se também o caráter “privado” das colmeias: um vizinho não mexia na colmeia de outro, geralmente protegida por rituais que tinham por objetivo afastar pessoas que não fossem as donas das colmeias: “sozinho dentre todos os produtos da floresta, o mel de uma colméia é propriedade privada”.²⁷⁴

Ora, tal descrição corrobora precisamente com as proposições que temos defendido até aqui para a historicidade da cera de abelha na Senegâmbia. Em grande medida, a produção de cera e seu eventual comércio foi promovido por sociedades de pequenos agricultores e pessoas comuns, uma vez que, por conta das características descentralizadas da criação de abelhas, a coleta de cera nunca foi uma atividade concentrada a partir de poderes políticos, militares ou econômicos.

Assim como observa-se na Senegâmbia, as técnicas da apicultura na África Centro-Occidental são provavelmente muito antigas; segundo Vellut, desde o século XVI documentos escritos mencionam as colmeias utilizadas na região Ndongo. Os primeiros grupos de língua banto também estavam familiarizados com abelhas e o mel, utilizando a técnica de colocar colmeias ocas dentro de troncos de árvores. O mel, nesses casos, era extraído manualmente dos bolos de cera, e consumido tal como saía ou utilizado para a fabricação de bebidas alcoólicas.²⁷⁵

Diferentemente dos ameríndios que, de acordo com Sérgio Buarque, utilizavam a cera para a fabricação de seus utensílios, armas, entre outros bens, Vellut afirma que as sociedades da África Central não tinham tantas utilidades para a cera de abelha, ao contrário do mel. Algumas sociedades utilizavam a cera no reparo de ferramentas, mas isso não parece ter sido o suficiente para o estabelecimento de um comércio em escala significativa.. Sobre o comércio de cera na África, o historiador francês afirma que:

“Faltam informações concretas sobre as origens do comércio de cera da África: o Magreb tradicionalmente exportava cera para a Europa no século XVII, mas ao sul do Sahara, encontramos apenas alusões ocasionais (...) No século XVI, os portugueses, seguidos por comerciantes de outras nacionalidades, exploraram a cera na Alta Guiné, seguidos por europeus de outras nacionalidades, principalmente na Gâmbia, na Bissau, etc. Em vários casos, os mestiços (lançados) parecem ter dominado o comércio.”²⁷⁶

²⁷⁴ Tradução nossa: “*seul parmi tous les produits de la forêt, le miel d'une ruche est propriété privée*”. VELLUT. *Diversification de l'économie de cueillette*. p. 96

²⁷⁵ VELLUT. *Diversification de l'économie de cueillette*. p. 96

²⁷⁶ Tradução nossa: “*On manque de renseignements sur les débuts du commerce de la cire en Afrique: le Maghreb en exportait traditionnellement en Europe, mais au sud du Sahara, on ne trouve que des allusions occasionnelles (ainsi aux jarres de miel échangées au marché d'Awdaghost, et sur le fleuve Niger). Au XVIe s., les Portugais, et bientôt des commerçants d'autres nationalités, ont exploité la cire en Haute-Guinée, et surtout*”

A afirmação sobre o comércio de cera na região da Alta Guiné encontra ecos em nossa pesquisa, incluindo a grande participação de lançados, chamados por Vellut de mestiços, em seu desenvolvimento. Ao passo em que traçar as *origens* embrionárias deste comércio na África possa estar fora de nosso alcance, sobretudo porque suspeitamos que a cera, até o século XV, não tinha o *status* de uma mercadoria propriamente dita, procuramos demonstrar que é precisamente a partir da interação com o Atlântico que a cera, a partir de sujeitos familiarizados com o manejo de colmeias e a coleta de mel, que pode-se traçar as origens do crescimento do comércio de cera tal qual observado após o século XVI, superando o comércio de africanos escravizados na região sul do Senegal.²⁷⁷

Na África Central, Angola não era a única região onde se produzia a cera de abelha. Possessões portuguesas em Moçambique e na região da Zâmbia também exportavam a mercadoria, mas foi sobretudo em Angola que ela adquiriu grande importância econômica nesse território. Vellut, analisando a *História Geral das Guerras Angolanas*, de António de Oliveira de Cadornega, à época da ocupação holandesa em Luanda, encontra inúmeras menções à cera de abelha no cotidiano da cidade no século XVII, sobretudo relacionadas às velas de altar, como por exemplo ao tratar de um período de escassez, onde o preço da cera aumentou exponencialmente:

“...em um período de escassez (...)o que mais faltava era a *cera* para o culto divino, pois se estavam acendendo poucas velas (...) ela (a cera) não chegou do norte, o que fez seu preço subir em Masangano até 4000 réis de prata (...) Isto porque um comerciante de Luanda tinha trazido alguma (cera) daquela cidade, e que, por a cera estar apenas em suas mãos, ele exigiu o preço que ele queria. (...) preço normal de 4-5 tostões (400-500 réis)”²⁷⁸

No século XVII, na região de Quissama, em Angola, a cera era trocada sobretudo por outros produtos africanos que não existiam na região, como o óleo de palma. Uma vez trazida ao comerciante, a cera era então purificada: nesse período cada comerciante já era o fundidor da própria cera. Por volta de 1680, de acordo com os textos de Cadornega, já se conhece a

en Gambie, à Bissau, etc. Dans plusieurs cas, les métis (lançados) semblent avoir dominé le marché.” VELLUT. p. 97.

²⁷⁷ Nesse ponto, o islamismo e as particularidades históricas da Senegâmbia, sobretudo a partir das *jihads*, devem ser levados em conta ao se discutir a diminuição do tráfico escravista da região.

²⁷⁸ Tradução nossa: “ (...)une grande pénurie (...) ce qui manquait le plus était la cire pour le culte divin, car on allume peu de cierges (...) il n'arrivait donc du nord aucune cire, ce qui amena son prix à monter dans Masangano jusqu'à 4000 réis d'argent (...) Ceci parce qu'un négociant de Luanda en avait emmené de cette ville, et que, comme la cire se trouvait seulement entre ses mains, il en exigeait le prix qu'il voulait.” VELLUT. pp. 98-99.

existência de artesãos africanos que vendiam não apenas cera, mas as próprias velas: às vezes trabalhava-se por encomenda. Outro fator que contribuiu para o grande volume desse mercado, além dos próprios cultos e talvez mesmo superando estes, era o uso dessas mesmas velas em serviços funerários.²⁷⁹

Já no século XIX, o comércio de cera para a fabricação de velas de altar se encontrava tão difundido, aponta Vellut, que a associação que agrupava os principais comerciantes de Luanda tinha duas fábricas de velas, em Pungo Andongo e Luanda. Nessa época, comenta um visitante alemão, “nenhuma moradia, por mais humilde que fosse, não era acesa com luzes de velas fabricadas a partir da cera.”²⁸⁰

A expansão da produção da cera na África Central ocorreu essencialmente para atender as demandas de mercados internacionais, em vista da grande demanda não somente na Europa como também nas Américas, através do Atlântico. Não há motivos para crer que essa informação não possa ser válida também para a região da Senegâmbia; ao contrário, os indícios são de que a cera de abelha, a despeito das diferenças regionais, seguiu trajetórias históricas semelhantes nas duas regiões. Ademais, a produção de cera nas Américas também se encontrou vinculada com a cera africana a partir do momento em que ela se tornou parte do sistema atlântico de trocas, como podemos perceber a partir das flutuações de preços da cera no Brasil analisadas por Sérgio Buarque.

O historiador brasileiro descreve que, no início do regime colonial, a produção de mel e de cera no Brasil cresceu em grandes proporções: o mel era consumido em quantidade significativa pelos portugueses, enquanto a cera era utilizada por eles como moeda no interior, e provavelmente alimentava um grande consumo de velas. Entretanto, fatores externos em conjunção com a diminuição de abelhas na América portuguesa,²⁸¹ resultaram em um rápido aumento nos preços: o custo da cera se multiplicou por 14 entre 1594 e 1681, e novamente dobrou entre 1700 e 1714.²⁸²

O crescimento do comércio de cera em Angola também foi acompanhado de uma mudança nas estruturas de comércio no interior da colônia portuguesa. Ao longo do século XVIII, o lugar de pequenos comerciantes nesse trato cresceu na organização do comércio,

²⁷⁹ VELLUT. *Diversification de l'économie de cueillette*. p. 99.

²⁸⁰ Tradução nossa: “*A cette époque, pas de demeure, si umble soit-elle, qui ne soit éclairée de chandelles de cire, s'étonne un visiteur allemand.*” VELLUT. p. 99.

²⁸¹ A exploração da cera pelos métodos extensivos resultava, muitas vezes, na destruição dos enxames e levava à diminuição das abelhas: apenas lentamente os métodos indígenas mais intensivos se espalharam pelas regiões ocupadas pelos portugueses.

²⁸² DE HOLANDA. *Les civilisations du miel*. pp. 79-80.

diminuindo os monopólios administrativos enraizados desde o início do século anterior. Tal desenvolvimento coincide com os apontamentos levantados aqui para a região da Senegâmbia, no sentido da cera ser uma opção viável que escapava de grandes monopólios. Em Angola, a expansão da economia comercial no século XVIII foi o resultado de uma multiplicação de pequenos comerciantes no interior, dentro da qual a cera de abelha constituía uma importante peça.

Com o declínio do tráfico transatlântico de escravizados, o mercado internacional da cera apresentava características bastante favoráveis à produção em Angola. Por sinal, o reino de Portugal era um importante exportador de cera nos circuitos europeus, pelo menos desde a Baixa Idade Média, mas se encontrava com a produção em declínio constante desde o início do século XVI. Assim, na segunda metade do século XIX, a recuperação das exportações lusitanas do produto ocorreu graças à importação de cera de Angola.

A proeminência de Angola no século XIX pode ser explicada também por uma diminuição nas exportações da África Ocidental. Na Senegâmbia, em específico, fatores internos também entram em consideração, uma vez que a região passa pelas tumultuosas *jihads*, que são o grande fator para a diminuição de exportação não somente da cera como de diversas outras mercadorias, inclusive a de africanos escravizados. No norte da Senegâmbia, região em que as consequências das *jihads* foram mais sentidas, a produção de cera mantinha suas características antigas: a cera era produzida essencialmente no Futa Jalom e trazida à costa pelo rio Senegal e os demais rios ao sul. No século XIX, seu comércio na região costeira era dominado por casas de comércio de Gorée, francesas e belgas, e no interior por contratantes africanos, luso africanos e cristão-novos. A partir da metade do século o crescimento do comércio na região privilegiou outros produtos como amendoim e a cera passou a ter um papel mais secundário.

Vellut conclui dizendo que, desde seu estabelecimento, o comércio de cera de abelha foi obra de pequenas organizações individuais ou familiares, demonstrando a visível ligação entre o desenvolvimento do comércio de cera e a liberalização do comércio interior. Resguardando suas diferenças, inclusive no modelo de organização “individual ou familiar” a que podemos retratar para Senegâmbia e Angola, na região da Guiné do Cabo Verde a cera de abelha apresentou desenvolvimentos históricos semelhantes.

“Em conclusão, a produção e o comércio da cera constituíram uma via de acesso essencial aos produtos importados pelas populações da floresta clara, isso até o desenvolvimento da produção de borracha, sobretudo nos anos de

1880. A partir dessa época, a produção da cera se manteve em alto nível, mas sua parte dentro do montante de exportações angolanas caiu bastante.”²⁸³

²⁸³ Tradução nossa: “*En conclusion, la production et le commerce de la cire ont constitue une voie d'accès essentielle aux produits importés pour les populations de la forêt claire, et ceci jusqu'au développement de la production du caoutchouc des herbes, surtout dans les années 1880. A partir de cette époque, la production de cire se maintint a un haut niveau, mais sa part dans le montant des exportations angolaises decrut nettement*” VELLUT. p. 99.

Conclusão

A historiografia africanista tem, cada vez mais, reafirmado o lugar e a importância da África na história em suas diferentes escalas, dos processos locais aos mundiais, destacando as muitas maneiras pelas quais africanos e africanas se fizeram importantes agentes destes movimentos. Esta dissertação procurou ampliar, ou melhor, adicionar novas dimensões a este debate, ao analisar a trajetória de uma mercadoria africana bastante comum no comércio e na formação histórica do Mundo Atlântico, que, talvez justamente por ser tão ordinária, escapou de olhares mais atentos a suas dinâmicas.

Vimos como, na Europa Antiga, a cera era um produto bastante presente em diversos processos cotidianos: a cera vegetal, especialmente a cera de abelhas, era conhecida no Oriente Próximo, Egito e no Mediterrâneo desde a Antiguidade. A produção de mel, sobretudo para fabricação de hidromel, e de cera só começou a declinar na Europa com o crescimento do consumo de cana de açúcar. Nesse sentido, em uma escala global, a própria historicidade da cera de abelha se encontra relacionada com outras cadeias de produtos, como é o caso do consumo de açúcar. Em nações católicas, as manifestações religiosas, inclusive os funerais, mobilizavam uma infinidade de velas de altar feitas a partir da cera.

Nas sociedades coloniais americanas, foi particularmente desenvolvido o gosto pela pompa e pela iluminação promovido a partir destes rituais, onde as velas estavam sempre presentes, como argumentam Sérgio Buarque de Holanda e Jean-Luc Vellut.

O século XV inaugurou o surgimento de um grande e valioso comércio de cera na África Ocidental, vinda das primeiras regiões onde comerciantes europeus travaram comércio com nações africanas, a partir dos portos de comércio que se multiplicaram na costa ao longo dos anos. Naturalmente, esse processo se encontra relacionado com a grande demanda por cera de abelha de alta qualidade, vinda das Américas e da própria Europa, que acabam por transformar a África Ocidental no maior centro de exportação da cera no mundo.²⁸⁴

Especialmente a Senegâmbia configurou-se como um dos principais locais onde mercadores e traficantes de escravos portugueses adquiriam a cera, junto com outras mercadorias, seguidos ao longo das décadas por estrangeiros de outras nações.

O advento do comércio atlântico na Senegâmbia foi possível, em grande parte, pela disposição geográfica e ecológica dos muitos rios da costa, bem como o uso que deles fizeram

²⁸⁴ HORN, Tammy. *Bees in America: How the honey bee shaped a nation*. University Press of Kentucky, 2005. p.32.

os agentes comerciais - africanos e europeus - enquanto rotas mercantis. Esses cursos d'água, em especial o Senegal e o Gâmbia por sua dimensão, acabaram por tornar-se parte do sistema atlântico. John Thornton argumenta que a combinação das rotas fluviais e marítimas definiu a estrutura da zona atlântica, de modo a complementar sociedades, estados e mercadorias no interior - sobretudo da África e da América - com as rotas marítimas em si.²⁸⁵ Mais que vias comerciais, os rios também são vias de comunicação entre sociedades geograficamente distantes, e foi sobretudo a capacidade de se comunicar, locomover e comercializar mais rapidamente que fez do comércio atlântico um dos fenômenos fundacionais do mundo contemporâneo.

Observamos como o rio Gâmbia se constituiu em uma grande rota mercantil da Senegâmbia, além de ser a fronteira geográfica de diferentes ecossistemas e de estruturas sociais diferentes, e se tornou a principal via ligando comercialmente o interior ao Atlântico. Entretanto, buscamos também dar destaque para outros espaços que se mostraram igualmente importantes, como é o caso do rio São Domingos, ou rio Cacheu, que também pode ser considerado um espaço central de comércio na Senegâmbia, ao menos a partir das fontes analisadas. Talvez ele tenha tido menos reconhecimento histórico justamente por ser um espaço habitado por populações menos centralizadas. Um narrador da época comenta que “neste Rio de São Domingos há mais escravos que em todos os outros de Guiné, porque dele os tiram estas nações: Banhuns, Buramos, Casangas, Jabundos, Felupos, Arriatas, Balantas. É rio de muito trato de arroz e outros mantimentos, e muita cera (...)”.

Inserida neste fenômeno histórico, a dissertação deu destaque, principalmente, para dois processos que se entrelaçam:

Primeiro, em consonância com os debates envolvendo as historiografias africanistas, atlânticas, e aquelas que, em alguma medida, dialogam com interpretações sistêmicas dos eventos históricos, coloca-se a região da Senegâmbia como parte vital da formação do chamado Mundo Atlântico; integrando espaços antes desconectados e promovendo mudanças estruturais de ordem política, social, cultural e econômica.

As intensas transformações no espaço geopolítico e social da Senegâmbia foram aceleradas pelo contato com o Mundo Atlântico, assim como o inverso também é verídico: o Atlântico foi transformado pelo contato com a África, e isso deve ser frisado para não incorrerem em visões que reduzem a participação africana na história. Em nossa pesquisa ressaltamos que destacar os impactos do tráfico de escravos e do comércio atlântico não implica em reduzir o protagonismo dos africanos à mera passividade, ou dizer que os

²⁸⁵ THORNTON. *África e os africanos*. p.55.

processos internos na África não foram fundamentais no desenvolvimento histórico da região, como argumenta os críticos de teses sobre transformações na África Ocidental causadas pelo tráfico transatlântico de escravos.

Esta pesquisa argumenta precisamente que, ao trazer para o centro da discussão histórica a cera de abelha, percebe-se nessa atividade uma possibilidade de inserção comercial de populações que possuíam o conhecimento da apicultura e não estavam diretamente conectadas com as redes comerciais estabelecidas na costa entre mercadores estrangeiros e soberanos africanos.

O segundo destaque é o que primariamente se pretendeu argumentar ao longo da dissertação: a importância especificamente da cera de abelha na formação histórica da Senegâmbia, a despeito de suas raras menções na historiografia, seu *status* marginal frente a outras mercadorias e seu suposto ofuscamento nas fontes.

Suposto pois, como se percebeu ao longo da análise documental, a cera foi efetivamente bem mais mencionada do que se acreditava, ainda que muitas vezes de forma rasa, ou anedótica. Analisamos como a região em torno do rio Casamansa, habitado por sociedades descentralizadas, configurou-se em um dos principais locais para se adquirir a cera, primeiramente para mercadores lusitanos, seguidos no século XVII pela *Royal African Company*, que instruía seus agentes a comprar o máximo de cera possível na região.

Entretanto, até o início do século XVII, essa mesma região era majoritariamente descrita como um espaço onde não havia comércio, em que os habitantes eram hostis aos portugueses e nenhum produto valioso se obtinha. Isso reforça a participação de agentes intermediários no comércio de cera, uma vez que os dados ecológicos, bibliográficos e documentais apontam para o grande número de colmeias na região. Em pouco tempo, o comércio da cera se espalhou por quase todos os principais portos da Senegâmbia.

Já no final do século XVII, no ano de 1685, o viajante francês Michel de La Courbe escreveu, ao comentar sobre a região do rio Casamansa que “todo este país é cercado por água, e estas árvores nascem, ou as abelhas fazem o seu mel, e é por isso que este é um grande negócio de cera; os povos deste país são Feloupes”.²⁸⁶

O volume de cera circulando pelo Atlântico sugere que houve não somente um aumento no número de pessoas criando abelhas e comercializando sua cera, como também uma mudança na organização social de populações nativas, que se voltaram para a produção e

²⁸⁶ MALACCO, Felipe Silveira. *A Conformação do Espaço Senegambiano – Séculos XV ao XVII*. *Revista África e Africanidades* – Ano XII – n. 32, nov. 2019

venda de cera como atividade principal em um contexto de mudanças geopolíticas, ataques violentos em busca de escravizados, e uma crescente efervescência nas trocas sociais, culturais e econômicas.

Além de uma mercadoria, a cera de abelha é também um produto de origem animal, em um processo onde, até sua eventual extração, não há participação humana. Entendemos que isso estimula outro aspecto importante da pesquisa; ao atribuir maior relevância aos aspectos ecológicos, do papel de fauna e flora, em processos históricos, reforçando o crescente diálogo entre história e meio ambiente no meio acadêmico.

A centralidade de abelhas no continente africano em uma cadeia mercantil atlântica não apenas evidencia, como mencionado brevemente por Linda Newson,²⁸⁷ o papel que a ecologia e o meio ambiente exercem na história, mas sobretudo reforça a importância da África para o processo de Intercâmbio Colombiano, entendido como o constante fluxo ecológico, de doenças, alimentos, fauna e flora, entre o “Novo Mundo” e o “Velho Mundo”.²⁸⁸ O papel africano nesse processo é especialmente ressaltado por Judith Carney,²⁸⁹ sobretudo por conta do desconhecimento, tanto pelo público em geral como por boa parte das publicações sobre o assunto, do continente no intercâmbio de outros bens para além da mão-de-obra escravizada.

Portanto, esta é outra das implicações da análise da cera de abelha, para qual a pesquisa procurou contribuir, identificando na cera a presença, ainda que muitas vezes oculta, de saberes tradicionais, protagonismo africano e mudanças socioeconômicas de caráter estrutural, que devem ser trazidas para o foco das discussões em torno da História da África.

Por fim, ao mesmo tempo em que, como procurou-se demonstrar, o fenômeno do crescimento em grande escala do comércio de cera na Senegâmbia foi obra de sociedades nativas, muitas das quais sem grande poder econômico e político tal qual os líderes africanos que negociavam diretamente com estrangeiros, esse processo também denota eventos que dizem respeito ao desenvolvimento histórico da África de forma geral, sobre o qual é

²⁸⁷ NEWSON, Piety, beeswax and the Portuguese African slave trade to Lima, Peru, in the early colonial period, p 2.

²⁸⁸ Termo cunhado por Alfred Crosby, em *O Intercâmbio Colombiano*. Aqui o continente africano é entendido como parte do Velho Mundo, embora receba pouco protagonismo em sua análise.

²⁸⁹ No artigo “*Navegando contra a corrente: o papel dos escravos e da flora africana na botânica do período colonial*” e em no livro *In the Shadow of Slavery: Africa’s Botanical Legacy in the Atlantic World*. 1. ed: University Of California Press, 2009, Judith Carney aborda o papel da África e de africanos escravizados no processo de Intercâmbio Colombiano, reforçando a importância e a contribuição desse espaço para a agricultura, conhecimentos de botânica e de doenças.

impossível não se falar sobre o processo de mercantilização, intrinsecamente relacionado às temáticas da exploração e do capitalismo no continente africano.

A mercantilização da terra, do trabalho e do mercado, que, segundo Dale Tomich, fundamenta a escravidão enquanto processo histórico aliado ao capitalismo,²⁹⁰ enuncia um processo histórico que hoje culmina no que muitos autores percebem como a mercantilização de toda vida social e natural. As transformações vivenciadas no interior da Senegâmbia a partir do século XVI não se encontram, quando interpretadas em uma escala ampliada, à parte desse processo; como o desenvolvimento do sistema escravista e também a própria história da cadeia mercantil da cera de abelha nos permitem observar. Até o século XV a cera era um produto pouco comercializado no interior do continente, algumas vezes desperdiçado, e configurava-se majoritariamente como uma atividade secundária do extrativismo de algumas sociedades; em pouco tempo suas estruturas mudaram drasticamente.

A pesquisa em torno da cera de abelha na Senegâmbia se relaciona com esses debates principalmente por sua centralidade na mercadoria, assim como no processo de mercantilização e as relações dialéticas a partir dele. Por meio da discussão de fronteiras das mercadorias de Jason Moore,²⁹¹ articulamos a produção e circulação de *commodities* como fator essencial para a reestruturação do espaço na economia-mundo. Ora, mesmo o continente africano, que, de acordo com Immanuel Wallerstein, principal nome da teoria de sistemas-mundo, inicia seu processo de integração à chamada economia mundial por volta de 1750;²⁹² já em meados do século XVII passa por uma profunda reestruturação de seu mapa geopolítico por conta do desenvolvimento do tráfico transatlântico de escravizados (e de outras mercadorias do mercado atlântico).

Isso é sentido especialmente em Angola, na Costa da Mina e na Senegâmbia, onde o crescente fluxo de ataques em busca de escravizados trazem constantes locomoções humanas, o comércio de marfim, com seu apetite insaciável, modifica os padrões de movimento de manadas e transforma áreas antes ricas em vida animal em espaços vazios. O comércio de cera de abelha não teve tão drásticas, em parte, há de se argumentar, pela produção ter permanecido nas mãos de populações africanas detentoras de saberes tradicionais da

²⁹⁰ Tomich. *A Escravidão no capitalismo histórico: rumo a uma história teórica da segunda escravidão*. pp. 82-83. in: MARQUESE, Rafael de Bivar; SALLES, Ricardo. *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX. Cuba, Brasil e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

²⁹¹ MOORE, Jason W., “Sugar and the Expansion of the Early Modern World-Economy: Commodity Frontiers, Ecological Transformation, and Industrialization”, in: *Review – A Journal of the Fernand Braudel Center*, XXIII, 3: 409-433, 2000.

²⁹² WALLERSTEIN, I. “A África e a economia-mundo”

apicultura, além das próprias características da produção de cera, muito menos nocivas que a escravidão e o comércio de marfim. Ainda assim, os desenvolvimentos históricos em torno da mercantilização da cera não se encontram excluídos desse processo.

Referências

Fontes:

ALMADA, André Álvares de. Tratado breve dos rios de Guiné do Cabo Verde. *Monumenta Missionária Africana, África Ocidental (1570-1600)*, v. 3, p. 229-378, 1964.

BRÁSIO, António. *Monumenta Missionária Africana*. Segunda Série. Volume 3. África Ocidental (1570-1600). Agência geral do Ultramar, 1964.

_____. Segunda Série. Volume 4. África Ocidental (1600-1622). 1968.

_____. Segunda Série. Volume 5. África Ocidental (1623-1650). 1979.

_____. Segunda Série. Volume 6. África Ocidental (1651-1684). Academia Portuguesa da História, 1991.

CRONE, Gerald Roe (Ed.). *The voyages of Cadamosto and other documents on Western Africa in the second half of the fifteenth century*. Routledge, 2017.

DES BRUSLONS, Jacques Savary. *Dictionnaire universel de commerce*. 1765.

LEVETT, John. *The ordering of Bees: or, the True History of Managing them...with their hony and wax, showing their nature and Breed As also what trees, plants, and hearbs are good for them, and namely what are hurtfull: together with the extraordinary profit arising from them. Set forth in a dialogue, resolving all doubts whatsoever. By the late unparalell'd experience of John Levett, Gent.*, first edition, London, Printed by Thomas Harper, for John Harison, 1634. Early English Books Text Creation Partnership, 2011. Disponível em: <http://name.umdl.umich.edu/A05403.0001.001>

RAINOLDS, Richard; DASSEL, Thomas. *The Voyage of Richard Rainolds and Thomas Dassel to the Riuers of Senega and Gambra Adioning Vpon Guinea, 1591 with a Discourse of the Treasons of Certaine of Don Antonio his Seruants and Followers*. The Project Gutenberg eBook, The Principal Navigations, Voyages, Traffiques, and Discoveries of The English Nation, Vol. 11, by Richard Hakluyt, Edited by Edmund Goldsmid. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/files/12693/12693.txt>

Referências Bibliográficas:

AJAYI, J.F. (ed.) História Geral da África, vol. VI. : *África do século XIX à década de 1880*. Brasília:UNESCO, 2010.

AMSELLE, Jean-Loup; M'BOKOLO, Elikia. *No centro da etnia: etnias, tribalismo e Estado na África*. Editora Vozes Limitada, 2017.

ARMITAGE, D. *Three Concepts of Atlantic History* .In: *The British Atlantic World: 1500 –1800*. New York: Palgrave MacMillan, 2002, pp. 21-23.

BARRY, Boubacar. *Economic anthropology of precolonial Senegambia from the fifteenth through the nineteenth centuries*. In: COLVIN, L. G., BA, C., BARRY, B., & FAYE, J. (Org). *The uprooted of the Western Sahel: migrants quest for cash in Senegambia*. Praeger: New York, 1981. pp. 27-57.

_____, Boubacar. *Senegâmbia: O Desafio da História Regional*. Rio de Janeiro: SEPHIS – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2000.

_____, Boubacar. *Senegambia and the Atlantic Slave Trade*. Cambridge: University Press, 2002.

_____, Boubacar. *A Senegâmbia do século XVI ao XVII: a evolução dos Wolofes, dos Sereres e dos Tucoiores*. In: OGOT, B. A. (Org.). *História Geral da África - A África do Século XVI ao Século XVIII – Vol. V*. São Paulo: Ática/UNESCO, 2011.

BAUM, Robert M. *Shrines of the slave trade: Diola religion and society in precolonial Senegambia*. Oxford University Press, 1999

BECKERT, Sven. *Empire of Cotton. A Global History*. New York: Vintage Books, 2014.

BOGDANOV, Stefan. *Beeswax: uses and trade*. *The Beeswax Book*, p. 1-16, 2009.

BRADBEAR, Nicola. *Production and trade of beeswax*. In: *Bees and their role in forest livelihoods*. FAO, Rome, Italy, 2009.

BROOKS, George. *Yankee Traders, Old Coasters and African Middlemen. A History of American Legitimate Trade with West Africa in the Nineteenth Century*. Boston University Press, 1970.

_____, George. *Eurafricans in western Africa: commerce, social status, gender, and religious observance from the sixteenth to the eighteenth century*. Ohio: Ohio University Press, 2003.

_____, George E. *Landlords and strangers: ecology, society, and trade in Western Africa, 1000-1630*. Routledge, 2019.

BROWN, Ron. *Beeswax*. Butler & Tanner Ltd. Frome Frome, GB; v. 3, p. 87, 1995

CARDIM, Pedro. “*La aspiración imperial de la monarquía portuguesa (siglos XVII y XVIII)*”, in CARDIM, Pedro. *Portugal y la Monarquía Hispánica (ca. 1550-1715)*. Madrid: Marcial Pons, 2017, pp. 347-385.

CARNEY, Judith. *Navegando contra a corrente: o papel dos escravos e da flora africana na botânica do período colonial*. *África*, n. 22-23, p. 25-47, 2004.

CARNEY, Judith; ROSOMOFF, Richard Nicholas. *In the shadow of slavery: Africa’s botanical legacy in the Atlantic world*. Univ of California Press, 2011.

CRANE, Eva. *The world history of beekeeping and honey hunting*. Routledge, 1999.

CROSBY, Alfred. *The Columbian exchange: biological and cultural consequences of 1492*. Westport, Conn.: Greenwood Publishing Co., 1972.

CURTIN, Philip D. *Economic Change in pre-colonial Africa*, Madison. 1975.

CURTO, Diogo Ramada. “Remédios ou Arbítrios”, in: Curto, Diogo Ramada. *Cultura imperial e projetos coloniais (séculos XV-XVIII)*. Campinas: Unicamp, 2009, p. 177-194.

DAMS, M.; DAMS, L. “Spanish Rock Art Depicting Honey Gathering During the Mesolithic”. *Nature*. 268 (5617): 228–230. 1977.

DE HOLANDA, Sérgio Buarque. *Au Brésil colonial: Les civilisations du miel*. In: *Annales, Histoire, Sciences Sociales*. Cambridge University Press, 1950.

_____, Sérgio Buarque. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1975.

DE OLIVEIRA MALACCO, Felipe da Silveira. *O Gâmbia no mundo atlântico: fulas, jalofos e mandingas no comércio global moderno (1580-1630)*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

_____, Felipe Silveira. *O Comércio Atlântico de Couro na Senegâmbia: 1580-1700*. *AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos*, v. 3, n. 3. Outubro de 2019.

_____, Felipe Silveira. *A Conformação do Espaço Senegambiano – Séculos XV ao XVII*. *Revista África e Africanidades – Ano XII – n. 32*, nov. 2019.

ELLIOT, John. “Una Europa de monarquias compuestas”. In: *España en Europa. Estudios de historia comparada*. Valência: Universitat de València, 2002, pp. 65-93.

FRANKEMA, Ewout; WILLIAMSON, Jeffrey; WOLTJER, Pieter. *An economic rationale for the African scramble: the commercial transition and the commodity price boom of 1845-1885*. National Bureau of Economic Research, 2015.

GEBARA, Alexsander Lemos de Almeida. *Agências e interações entre africanos e europeus nas expedições britânicas ao rio Níger (1825-1854): os casos de William “Abubakr” Pasco e “Alihéli”*. In: *Topoi: Revista de História*. Rio de Janeiro, v. 20, n. 40, p. 204-228, jan./abr. 2019.

GREEN, Toby. *Brokers of Change: Atlantic Commerce and Cultures in Pre-Colonial Western Africa*. New York: Oxford University Press, 2012.

GUSTAFSSON, Ny Björn. *Beeswax in metalworking in Viking Period Gotland*. *Fornvännen*, v. 111, n. 2, p. 97-101, 2016.

HAWTHORNE, Walter. *Planting Rice And Harvesting Slaves: Transformations Along The Guinea-Bissau Coast*. Portsmouth: Heinemann, 2003.

HOPKINS, A. G. *Yankee Traders, Old Coasters and African Middlemen. A History of American Legitimate Trade with West Africa in the Nineteenth Century*. 1971.

HOPKINS, Terence; WALLERSTEIN, Immanuel. *Commodity Chains: Construct and Research*, In GEREFFI, Gary; KORZENIEWICZ, Miguel. (Ed) *Commodity chains and global capitalism*. Westport (USA): Praeger, 1994

HORN, Tammy. *Bees in America: How the honey bee shaped a nation*. University Press of Kentucky, 2005.

HORTA, José da Silva. “O nosso Guiné”: representações luso-africanas do espaço guineense (sécs. XVI-XVII). In: Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades. Lisboa, 2-5 de Nov., 2005

_____, José da Silva; DIAS, Eduardo Costa. *La Sénégambie: Un Concept Historique et Socioculturel et un Objet d’Etude Réévalués*. Mande Studies. n. 9, 2007, p. 9-19.

_____, José da Silva. *A “Guiné do Cabo Verde”: produção textual e representações (1578-1684)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2011

_____, José da Silva. *Nações, Marcadores Identitários e Complexidades da Representação Étnica nas Escritas Portuguesas de Viagem. Guiné do Cabo Verde (séculos XVI e XVII)*. *Vária História*, Belo Horizonte, vol. 29, p. 649-675, set/dez 2013.

KIMBALL, Eric. *An Essential Link in a Vast Chain: New England and the West Indies, 1700-1775*. 2009. Tese de Doutorado. University of Pittsburgh.

KRIGER, Colleen E. *Making Money: Life, Death, and Early Modern Trade on Africa’s Guinea Coast*. Ohio University Press, 2017.

LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MAGALHÃES, E. de O.; BORGES, I. L. *Manual de Apicultura Básica: módulo I*. Ilhéus: CEPLAC/CENEX, 2012. 36p.

MARK, Peter. “Portuguese” Style and Luso-African Identity: Precolonial Senegambia Sixteenth-Nineteenth Centuries. Bloomington: Indiana University Press. 2002.

MARQUESE, Rafael de Bivar; SALLES, Ricardo. *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX. Cuba, Brasil e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MILLER, Joseph Calder. *Way of death: merchant capitalism and the Angolan slave trade, 1730–1830*. Univ of Wisconsin Press, 1997.

MINTZ, Sidney; PRICE, Richard. *O nascimento da cultura afro-americana. Uma perspectiva*, 2003.

MOORE, Jason W., “Sugar and the Expansion of the Early Modern World-Economy: Commodity Frontiers, Ecological Transformation, and Industrialization”, in: Review – A Journal of the Fernand Braudel Center, XXIII, 3: 409-433, 2000.

MOTA, T. H. *A Outra Cor de Mafamede: Aspectos do islamismo da Guiné em três narrativas Luso-Africanas (1594-1625)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2014.

NEWSON, Linda A. “Piety, beeswax and the Portuguese African slave trade to Lima, Peru, in the early colonial period.” *Atlantic Studies* 16.2 (2019): 144-162.

NIANE, D. T. *Histoire des Mandingues de l’Ouest*. Paris : Edition Karthala. 1989.

OLLÉ, T. de A., LF WOLFF, and E. H. da SILVA. *Métodos simplificados de derretimento de favos e reciclagem da cera de abelhas*. Embrapa Clima Temperado-Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento (INFOTECA-E). 2018.

PÉLISSIER, René. *História da Guiné: portugueses e africanos na Senegâmbia (1841-1936)*. Lisboa: Editorial Estampa, 2001. p. 39.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação. As origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PUJOL, Francisco Xavier Gil. *Un rey, una fe, muchas naciones. Patria y nación en la España de los siglos XVI-XVII*. In: *La monarquía de las naciones: patria, nación y naturaleza en la monarquía de España*. Fundación Carlos de Amberes, 2004. p. 39-76

RIBEIRO, F. A. C. *No rastro do Viajante: Cabo Verde e a Senegâmbia no Tratado Breve de André Álvares de Almada (1550 - 1625)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2016.

RICHARDS, John. *The World Hunt: An Environmental History of the Commodification of Animals*. Univ of California Press, 2014.

RIELLO, Giorgio. *Cotton: the fabric that made the modern world*. Cambridge University Press, 2013.

RODNEY, Walter C. *A History of the Upper Guinea Coast*. Oxford: Oxford University Press, 1970.

SANTOS, Beatriz Carvalho dos. *Entre mouros e cristãos: os mandingas da “Guiné de Cabo Verde” (séc. XVI e XVII)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013. p.65.

SANTOS, Maria Emília Madeira. *As estratégicas Ilhas de Cabo Verde ou a “Fresca Serra Leoa”: uma escolha para a política de expansão portuguesa no Atlântico*. UC Biblioteca Geral 1, 1988.

_____, Maria Emília Madeira. *Lançados na Costa da Guiné: Aventureiros e Comerciantes*. In: Albuquerque, Luis (Org.) *Portugal no Mundo*, 6 Volumes, Lisboa: Alfa, 1989

SANTOS, Vanicléia Silva.; PAIVA, Eduardo.; GOMES, René. (Orgs.) *O comércio de marfim no mundo atlântico: circulação e produção (séculos XV a XIX)*. Belo Horizonte : Clio Gestão Cultural e Editora, 2018.

SAPOZNIK, Alexandra. *Bees in the medieval economy: religious observance and the production, trade, and consumption of wax in England, c. 1300–1555*. *The Economic History Review*, v. 72, n. 4, p. 1152-1174, 2019.

SEARING, James F. *West African Slavery and Atlantic Commerce: The Senegal River Valley, 1700-1860*. Cambridge University Press, 2003.

SILVA, Alberto da Costa e. *A Manilha e o Libambo: a África e a escravidão de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

THORNTON, J. K. *A África e os Africanos na Formação do Mundo Atlântico, 1400 – 1800*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

TOMIC, Dale. *O Atlântico como espaço histórico*. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 26, nº2, 2004, pp 221-240.

TOPIK, STEVEN; FRANK, ZEPHYR; MARICHAL, CARLOS (Org.). *From Silver to Cocaine: Latin American Commodity Chains and the Building of the World Economy, 1500–2000*. [S.l.]: Duke University Press, 2006.

TUCK, Michael W. *Woodland commodities, global trade, and local struggles: the beeswax trade in British Tanzania*. *Journal of Eastern African Studies*, v. 3, n. 2, p. 259-274, 2009.

_____, Michael W. “*Everyday Commodities, the Rivers of Guinea, and the Atlantic World: The Beeswax Export Trade, c.1450-c1.800.*” In: *Brokers of Change: African Commerce and Cultures in Pre-colonial Western Africa*, edited by Toby Green, 285-303. Oxford: Oxford University Press, 2012.

VAN DER KLEI, Jos M. *Articulation of modes of production and the beginning of labour migration among the Diola of Senegal*. *Old Modes Of Production & Capital In Africa*, 2013.

VELLUT, J.-L. *Diversification de l'économie de cueillette: miel et cire dans les sociétés de la forêt claire d'Afrique centrale (c. 1750-1950)*. *African Economic History*, No.7, *Contributions to a History of Agriculture and Fishing in Central Africa* (Spring, 1979), pp. 93-112.

WALLERSTEIN, I. “*A África e a economia-mundo*”, in: AJAYI, J.F. (ed.) *História Geral da África*, vol. VI. : *África do século XIX à década de 1880*. Brasília:UNESCO, 2010. pp. 27 - 46

WHEAT, David. *Atlantic Africa and the Spanish Caribbean, 1570-1640*. UNC Press Books, 2016.

WONDJI, C. *Os Estados e as Culturas da Costa da Alta Guiné* In: Ogot, B. A. (Ed.) *África do Século XVI ao XVIII*. Brasília: UNESCO, 2010.

WRIGHT, Donald R. *Beyond migration and conquest: Oral traditions and Mandinka ethnicity in Senegambia*. *History in Africa*, v. 12, p. 335-348, 198

